



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LX - Nº 075 - TERÇA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 23</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Delcídio Amaral – PT</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p><b>LÍDER DO PT – 13</b> <b>Delcídio Amaral – PT</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p><b>LÍDER DO PTB – 3</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p><b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO PL – 4</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p><b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>João Capiberibe</b></p> <p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago)</p> <p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Aloizio Mercadante – PT</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>José Jorge – PFL</b></p> <p><b>VICE-LÍDERES</b> Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p><b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 13</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p><b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 247, de 15 de abril de 2005**, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$ 586.011.700,00, para os fins que especifica*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 17 de junho de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 6 de junho de 2005. — Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 76ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE JUNHO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2005 (nº 1.514/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco..... 17854

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2005 (nº 1.519/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba..... 17857

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2005 (nº 1.520/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campeche a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina..... 17861

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2005 (nº 1.526/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal, Estado de São Paulo..... 17864

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2005 (nº 1.531/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul..... 17866

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2005 (nº 1.534/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia..... 17868

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2005 (nº 1.541/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo..... 17871

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2005 (nº 1.543/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco..... 17875

Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2005 (nº 1.544/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia – TO (AMNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins..... 17877

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2005 (nº 1.508/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará..... 17880

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 264 a 273, de 2005..... 17884

#### 1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 121/2005, de 25 de maio último, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 170, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 17884

Nº 180/2005, de 23 de maio último, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 99, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 17884

Nº 515/2005, de 25 de maio último, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 121, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 17884

#### 1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nº 187/2005, de 24 de maio último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 146, de 2005, do Senador Valdir Raupp..... 17884

#### 1.2.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 147, de 2005 (nº 318/2005, na origem), de 25 de maio último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Ivan Oliveira Cannabrava*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos..... 17884

Nº 148, de 2005 (nº 319/2005, na origem), de 25 de maio último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Ivan Oliveira Cannabrava*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Belize..... 17896

Nº 149, de 2005 (nº 328/2005, na origem), de 31 de maio último, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Katia Godinho Gilaberte*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Gâmbia..... 17907

Nº 150, de 2005 (nº 315/2005, na origem), de 25 de maio último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005..... 17918

Nº 151, de 2005 (nº 316/2005, na origem), de 25 de maio último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005 (nº 955/2003, na Casa de origem), que inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria, sancionado e transformado na Lei nº 11.120, de 25 de maio de 2005..... 17918

Nº 152, de 2005 (nº 317/2005, na origem), de 25 de maio último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, sancionado e transformado na Lei nº 11.121, de 25 de maio de 2005..... 17918

#### 1.2.6 – Ofício

Nº 20/2005-CN (nº 540/2005, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal

do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2005..... 17918

#### 1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à citação por edital..... 17918

#### 1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 593, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as informações que menciona..... 17919

Nº 594, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona..... 17920

Nº 595, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona..... 17921

Nº 596, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003, seja, ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da Comissão constante do despacho inicial..... 17922

Nº 597, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003, seja, ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão constante do despacho inicial..... 17922

Nº 598, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, seja, ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da Comissão constante do inicial..... 17922

#### 1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comentários à entrevista do Deputado Roberto Jefferson concedida ao jornal **Folha de S.Paulo**. Elogios à ação das autoridades federais e estaduais na resolução dos conflitos envolvendo o Quilombo Silva, reduto urbano remanescente dos escravos no Rio Grande do Sul. Solicita urgente aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Saúda o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no último domingo, dia 5 de junho..... 17922

SENADOR PAPALÉO PAES, como Líder – Considerações sobre as denúncias de corrupção veiculadas pela imprensa do país..... 17928

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise de pesquisa sobre o Governo Lula, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**. A necessidade da instalação de CPI para apurar denúncias de corrupção no governo..... 17929

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Posicionamento favorável à instalação de CPI para apurar denúncias de corrupção no governo. ....	17931	lbama, da concessão de licenças para construção de obras em infra-estrutura no País, especialmente na Amazônia. Risco de déficit no fornecimento de energia e a necessidade de investimentos no setor. Apelo ao Congresso Nacional para seguir a agenda positiva sugerida pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. ....	17948
SENADOR JOSÉ JORGE – Encaminha requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, solicitando a convocação do Deputado Roberto Jefferson para esclarecer entrevista publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , envolvendo o Governo Federal em denúncias de corrupção. ....	17933	SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Defesa da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que prevê a exposição, em tempo real, das receitas e das despesas de todos os entes públicos. ....	17951
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Preocupação com o assédio da Oposição ao Governo Lula. Defesa da instalação de CPI para investigar o denominado “mensalão”, porém, que se estenda ao governo passado. Comentários à matéria publicada na <b>CartaCapital</b> da semana passada, que mostra o quadro de gravidade que gira em torno do petróleo. ....	17935	SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Clamor da sociedade brasileira para a apuração de denúncias de corrupção no Governo Lula. ....	17952
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a gravidade das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Lula. ....	17937	SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Comentários à entrevista do Deputado Roberto Jefferson, concedida ao jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , que corrobora a necessidade da instalação da CPI dos Correios. Proposta da criação da CPI do “Mensalão”. ....	17957
SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Destaque aos aspectos positivos do Governo Lula. Defesa Da integridade moral do Presidente Lula, nos episódios de denúncias de corrupção veiculados pela imprensa. ....	17937	SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Defesa da apuração rigorosa das denúncias de corrupção. ....	17958
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Gravidade das denúncias do Deputado Roberto Jefferson, de que congressistas aliados recebiam o que chamou de um “mensalão” de R\$30 mil do tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares. ....	17941	SENADOR SIBÁ MACHADO – Preocupação com a transformação da CPI dos Correios em palco político. ....	17959
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Eficácia do governo Lula no combate à corrupção. Refuta as denúncias do Deputado Roberto Jefferson. ....	17944	SENADOR MARCO MACIEL – Dia Internacional da Ecologia e Meio Ambiente. ....	17961
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a iminência de crise institucional em decorrência das denúncias do Deputado Roberto Jefferson. ....	17944	<b>1.2.10 – Leitura de requerimentos</b>	
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Réplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. ....	17945	Nº 599, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial). ....	17962
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários à entrevista concedida pelo Deputado Miro Teixeira em que admite a existência do mensalão. Cobranças de atitude do Presidente Lula para afastar aqueles que prejudicam seu governo. ....	17946	Nº 600, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando a retirada do Requerimento nº 574, de 2005, de sua autoria. <b>Deferido.</b> ....	17963
SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Considerações sobre a entrevista do Deputado Roberto Jefferson ao jornal <b>Folha de S.Paulo</b> . Necessidade da participação do Congresso Nacional nas investigações de denúncias de corrupção nos Correios e da distribuição de mesadas aos integrantes de partidos aliados ao governo. ....	17946	Nº 601, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando autorização para participar do Painel sobre Novas Fontes de Financiamento do Desenvolvimento, promovido em Nova Iorque pela União Interparlamentar da Organização das Nações Unidas, no período de 8 a 12 do corrente. ....	17963
SENADOR VALDIR RAUPP – Elogios à atuação do Sr. Márcio Thomaz Bastos à frente do Ministério da Justiça. Preocupação com a paralisação, pelo		<b>1.2.11 – Comunicações da Presidência</b>	
		Término do prazo, no último dia 3, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 16, de 2005 (OFS nº 27/99), que suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo,	



e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 17963

Término do prazo, no último dia 3, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 17, de 2005 (OFS nº 40/2000), que suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 17963

Designação de Relatores revisores dos Projetos de Lei de Conversão nºs 8 a 13, de 2005 (provenientes das Medidas Provisórias nºs 235, 238, 233, 237, 234 e 239, de 2005, respectivamente). .... 17964

#### **1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR ALVARO DIAS – A crise no setor agrícola brasileiro..... 17964

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário sobre o artigo do colunista Clóvis Rossi intitulado “Conspiração x fatos”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de maio do corrente.... 17965

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro do artigo intitulado “Governo paralelo”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 31 de maio do corrente..... 17966

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre artigo do jornalista Fernando Rodrigues, intitulado “Aqui é mais seguro”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 de maio do corrente. .... 17967

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro de matéria intitulada “Discutindo a relação”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 de maio do corrente..... 17968

SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro de matéria intitulada “PT: dois pesos e duas medidas”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 23 de maio do corrente. .... 17970

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a morosidade da justiça em nosso país. .... 17971

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da visita a Manaus, na semana passada, do Presidente

da Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp, o empresário Paulo Skaf, criando uma expectativa de diálogo entre as classes empresariais de São Paulo e do Amazonas..... 17972

#### **1.2.13 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 7, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 17973

#### **1.3 – ENCERRAMENTO**

#### **2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

Do Senador Sérgio Zambiasi, proferido na sessão do dia 5 de maio de 2005..... 17975

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão do dia 3 de junho de 2005. .... 17976

#### **3 – ATOS DO PRESIDENTE**

Nºs 73 e 74, de 2005. .... 17980

#### **4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

Nº 78, de 2005. .... 17981

#### **5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 2.462 a 2.471, de 2005. .... 17981

#### **SENADO FEDERAL**

#### **6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

##### **7 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

##### **8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

##### **9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

##### **10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

##### **11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

##### **12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

##### **13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

#### **CONGRESSO NACIONAL**

##### **14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

##### **15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

##### **16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

##### **17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

##### **18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

# Ata da 76ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Roberto Saturnino e Sibá Machado*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2005**

(Nº 1.514/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 640, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **MENSAGEM Nº 564, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 424, de 28 de agosto de 2003 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cul-

tural “Rádio FM” de Mirangaba, na cidade de Mirangaba – BA;

2 – Portaria nº 554, de 5 de novembro de 2003 – Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, na cidade de Manoel Vitorino – BA;

3 – Portaria nº 640, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Rádio Comunitária de Manari, na cidade de Manari – PE;

4 – Portaria nº 682, de 9 de dezembro de 2003 – Rádio Comunitária “Ondas de Paz” FM, na cidade de Imbituva – PR;

5 – Portaria nº 728, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Baixa Grande, na cidade de Baixa Grande – BA; e

6 – Portaria nº 746, de 19 de dezembro de 2003 – Associação e Movimento Comunitário Aliança, na cidade de Arco Verde – PE.

Brasília, 2 de setembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 617 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária de Manari – PE, na cidade de Manari, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto



com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53103.000100/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 640, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000100/00 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.484/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária de Manari, com sede na Rua Costa e Silva, s/nº – Centro, na cidade de Manari, Estado de Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º57'37"S e longitude em 37º37'35"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, cm caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Miro Teixeira.**

#### **RELATÓRIO Nº 277/2003-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.103.000.100-00, protocolizado em 3-5-00.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Rádio Comunitária de Manari – PE, localidade de Manari, Estado de Pernambuco.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Rádio Comunitária de Manari – PE, inscrita no CNPJ sob o número 3.710.222/0001-96, no Estado de Pernambuco, com sede na Rua Costa e Silva, s/nº, cidade de Manari, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 24 de março de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 9 de Abril de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisados e arquivados. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação de Eventos Sociais Urbanos de Manari – PE – Processo nº 53.103.000.133-99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “... Em decorrência de análise inicialmente efetuada nos autos do processo em epigrafe, constatarem-se algumas pendências passíveis do cumprimento das exigências formuladas no ofício nº 684/03, datado de 31-01-2003. Ocorre que o referido documento foi devolvido pelos Correios, pelo seguinte motivo: mudança de endereço, por outro foi utilizado como referência o único endereço informado pela Entidade requerente, desta forma e considerando que não há possibilidade de comunicação entre o Departamento responsável pela análise dos processos e a interessada na prestação do serviço de radiodifusão comunitária, os autos do processo estão arquivados...” conforme comunicado à entidade

por meio do ofício nº 2.478/03, datado de 23-4-2003 (cópia anexa).

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Costa e Silva, s/nº, na cidade de Manari, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 8º52'27"S de latitude e 37º34'21"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 45, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos III, V, VIII e X da Norma nº 2/98, comprovação do devido registro da ata de fundação e do estatuto social da entidade, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ válido da requerente e declaração do endereço da sede. A Entidade foi selecionada, tendo

sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 48 a 220)

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 220, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 221 e 222. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 214 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

## III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação

de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Rádio Comunitária de Manari — PE

• **quadro diretivo**

Presidente: José Romilson Vieira

Vice-Presidente: Neuza Ricardo de Melo

Secretário: Cícera Maria de Oliveira

Tesoureiro : José Gerivaldo Vieira

Dir. Patrim. Manoel Vieira de Lima

1º Dir. Cultural: José Roberto Correia de Jesus.

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Nova, s/nº, Centro, cidade de Manari, Estado de Pernambuco.

• **coordenadas geográficas**

08º57'37" de latitude e 37º37'35" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 221 e 222, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 220 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Rádio Comunitária de Manari — PE, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.100-00, de 3 de Maio de 2000.

Brasília, 23 de setembro de 2003. – Relatora da conclusão Jurídica **\_ Sibela Leandra Portela** Chefe de Divisão/SSR \_ Relatora da conclusão Técnica **Regina Aparecida Monteiro** Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

A consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 23 de setembro de 2003. \_ **Jayme Marques de Carvalho Neto** Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

A consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 23 de setembro de 2003. \_ **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 265, DE 2005**

(Nº 1.519/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 642, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 640, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 559, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Garças, na localidade de Alto Garças – MT;

2 – Portaria nº 642, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande, na cidade de Alagoa Grande – PB;

3 – Portaria nº 733, de 15 de dezembro de 2003 – Fundação Pedra Branca para o Desenvolvimento e Assistência Social, na cidade de Pedra Branca – CE;

4 – Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – ACICOM, na cidade de Santa Cruz do Sul – RS;

5 – Portaria nº 42, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Rádio Comunitária Campeche, na cidade de Florianópolis – SC;

6 – Portaria nº 55, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema – "ACEC", na cidade de Capanema – PR;

7 – Portaria nº 145, de 16 de abril de 2004 – Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, na cidade de Samambaia – DF;

8 – Portaria nº 180, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural Comunitária, na cidade de Duartina – SP;

9 – Portaria nº 219, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação “Alternativa FM”, no município de Mirante do Paranapanema – SP; e

10 – Portaria nº 220, de 28 de abril de 2004 – Sociedade Comunitária Costa Sul – SCCS, na localidade de Boiçucanga, no município de São Sebastião – SP.

Brasília, 28 de setembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 105 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande – ACrag, na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53103.000347/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

## **PORTARIA Nº 642, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000347/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.448/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande, com sede na Rua Getúlio Vargas, s/nº – Centro, na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º02'17"S e longitude em 35º37'59"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**.

## **RELATÓRIO Nº 322/2003-DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53.103.000.347-01, protocolizado em 13-9-01.

**Objetivo:** Requerimento exploração Radiodifusão de autorização para a do Serviço de Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande ACrag, localidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.

### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande – ACrag, inscrita no CNPJ sob o número 4.618.348/0001-06, no Estado da Paraíba, com sede na Rua Getúlio Vargas, s/nº, Centro, cidade de Alagoa Grande, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 29 de Agosto de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.



2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 11 de Dezembro de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras três (3) entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação dos Artistas de Alagoa Grande – Processo nº 53.730.000.819-98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “A Entidade não foi caracterizada como de natureza comunitária, diante do fato de atender apenas aos indivíduos ligados à determinado grupo restrito da comunidade local em infringência ao art. 1 da Lei nº 9.612/98”, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 3.812/01, datado de 31 de Maio de 2001 (cópia anexa)

b) Associação Cultural de Radiodifusão de Magoa Grande – Processo nº 53.103.000.059-00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “A entidade foi descaracterizada frente ao disposto nos arts. 16, 17 e 35, vez que além de imputar ao Conselho de fundadores, com mandato permanente, a aprovação da programação d emissora, a entidade admite que distribuirá comissão aos agenciadores o que demonstra limitação de opinião no que se relaciona aos anseios da comunidade local e ainda, objetivo de obtenção de lucros. Outrossim, a entidade tem como principal atividade econômica a atividade de rádio o que demonstra que a requerente é uma empresa de radiodifusão e não um sociedade civil — Associação comunitária, sem fins lucrativos como determinam os arts. 1 e 7 da Lei nº 9.612/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 2.384/02, datado de 19 de Abril de 2002 (cópia anexa).

c) Associação Rádio Comunitária de Alagoa Grande – Processo nº 53.730.000.849-98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “A Entidade não foi caracterizada como de natureza comunitária, em infringência ao art. 1º da Lei nº 9.612/98 de 19-2-98”, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 200/01, datado de 12 de Janeiro de 2001 (cópia anexa).

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Getúlio Vargas, s/nº, Centro, na cidade de Alagoa Grande, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 07°02'19"S de latitude e 35°37'48"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas mediante solicitação datada de 16 de Abril de 2002, passando a estar em 07°02'17"S de latitude e 35°37'59"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 11-12-2001.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 107, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos X da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ retificado da requerente, declaração do endereço da sede e ainda indicação de novas coordenadas. Após o cumprimento

das referidas exigências, constatou-se a regularidade do processo, tendo sido solicitada à apresentação do projeto técnico (fls. 108 a 133).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 132, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 134 e 135. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 119, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, depois de detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande – ACRAG;

- **quadro diretivo**

Presidente: Satiro Coelho Ayres

Vice-presidente: Jaelson Barbosa Rodrigues

Secretário: Josildo de Oliveira Lima

Tesoureiro: Maria Auxiliadora no N. Lima

Membro Efetivo: Rita de Cássia Martins

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Getúlio Vargas, s/nº centro, cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.

- **coordenadas geográficas**

07°02'17" de latitude e 35°37'59" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 134 e 135, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 132 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande – ACRAG, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.347-01, de 13 de Setembro de 2001.

Brasília, 29 de Outubro de 2003. – **Sibela Landra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 29 de Outubro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 266, DE 2005**

(Nº 1.520/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campeche a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.**

o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 42, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campeche a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 640, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 559, de 5 de novembro de 2003 — Associação Comunitária Cultural Garças, na localidade de Alto Garças – MT;

2 – Portaria nº 642, de 9 de dezembro de 2003 — Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande, na cidade de Alagoa Grande — PB;

3 – Portaria nº 733, de 15 de dezembro de 2003 — Fundação Pedra Branca para o Desenvolvimento e Assistência Social, na cidade de Pedra Branca — CE;

4 – Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 2004 — Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul — ACICOM, na cidade de Santa Cruz do Sul — RS;

5 – Portaria nº 42, de 15 de janeiro de 2004 — Associação Rádio Comunitária Campeche, na cidade de Florianópolis — SC;

6 – Portaria nº 55, de 16 de janeiro de 2004 — Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema — “ACEC”, na cidade de Capanema — PR;

7 – Portaria nº 145, de 16 de abril de 2004 — Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, na cidade de Samambaia — DF;

8 – Portaria nº 180, de 16 de abril de 2004 — Associação Cultural Comunitária, na cidade de Duartina — SP;

9 – Portaria nº 219, de 28 de abril de 2004 — Associação Comunitária de Comunicação “Alternativa FM”, no município de Mirante do Paranapanema — SP; e

10 – portaria nº 220, de 28 de abril de 2004 — Sociedade Comunitária Costa Sul — SCCS, na localidade de Boiçucanga, no município de São Sebastião — SP.

Brasília, 28 de setembro de 2004, – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 96 em

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Campeche, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por vossa excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o grupo de trabalho, instituído por meio da portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de fracionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.002258/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do congresso nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

**PORTARIA Nº 42, DE 15 DE JANEIRO DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.002258/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 0034/2003, resolve:

Art. 1º outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Campeche, com sede na Rua Valdemiro José Vieira, nº 346, Campeche, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º40'50"S e longitude em 48º29'03"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do congresso nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Miro Teixeira.**

**RELATÓRIO Nº 445/2003-DOSR/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53.740.002.258/99, protocolizado em 13 de outubro de 1999.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Rádio Comunitária Campeche, localidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

**I – Introdução**

1. A Associação Rádio Comunitária Campeche, inscrita no CNPJ sob o número 03.434.315/0001-35, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Valdemiro José Vieira, 346, Campeche cidade de Florianópolis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 15 de outubro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão

Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 12 de dezembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-98, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-98 e Norma nº 02/98, de 6-8-98.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Catavento, 251, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 27º40'50"S de latitude e 48º29'04"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas mediante solicitação datada de 25 de junho de 2003, passando a estar em 27º40'50"S de latitude e 48º29'03"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 17 de dezembro 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 51 e 52, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arma-

mento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, IX e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 55 a 129).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 108, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 133 e 134. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 129, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto

no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Rádio Comunitária Campeche;

#### • quadro diretivo

Presidente: Lúcio Flávio Haeser

Vice-Presidente: Aldo Guido Votto –

1º Secretário: Joel Viganó

2º Secretário: Ângela de Fátima de Maria – 1º Tesoureiro: Edson Maciel Lanes

2º Tesoureiro: Serapião Manoel da Silva

Diretor de Patrim: Ubiratan de Mattos Saldanha.

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Cata-Vento — 251 – Campeche, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

#### • coordenadas geográficas

27°40'50" de latitude e 48°29'03" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 133 e 134, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 108 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Rádio Comunitária Campeche, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.002.258/99, de 15 de outubro de 1999.

Brasília, 17 de dezembro de 2003. — Relatora da conclusão Jurídica, **Vilma F. Alvarenga**, Chefe de Serviço/SSR – Relatora de conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 267, DE 2005**

(Nº 1.526/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.303, de 16 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de outubro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 863, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.012, de 20 de junho de 2002 – Rádio Transamérica FM Ltda., na cidade de Ponta Porã – MS;

2 – Portaria nº 1.264, de 12 de julho de 2002 – Fundação Fraternidade, na cidade de Ijuí – RS;

3 – Portaria nº 1.265, de 12 de julho de 2002 – Rádio Marau FM Ltda., na cidade de Marau – RS;

4 – Portaria nº 1.267, de 12 de julho de 2002 – Rádio Imperial FM Ltda., na cidade de Nova Petrópolis – RS;

5 – Portaria nº 1.269, de 12 de julho de 2002 – Cultura FM Radiodifusão Ltda., na cidade de Monte Alto – SP;

6 – Portaria nº 1.303, de 16 de julho de 2002 – Rádio Pontal FM Ltda., na cidade de Pontal – SP; e

7 – Portaria nº 1.426, de 29 de julho de 2002 – Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda., na cidade de Manaus – AM.

Brasília, 8 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 1.285 EM

Brasília, 18 de setembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 1.303, de 16 de julho de 2002, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda., nos termos da Portaria nº 238, de 6 de outubro de 1987, publicada no **Diário Oficial** da União em 7 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53830.000833/97 que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 1.303, DE 16 DE JULHO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000833/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda., pela Portaria nº 238, de 6 de outubro de 1987, publicada no **Diário Oficial** de União em 7 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**



**PARECER JURÍDICO Nº 1.586/97****Referência:** Processo nº 53830.000833/97**Origem:** DMC/SP**Assunto:** Renovação de Outorga**Interessada:** Rádio Pontal FM Ltda.**Ementa:** – Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora, cujo prazo teve seu termo final em 7-10-97.

– Pedido apresentado tempestivamente.

– Regulares a situação técnica e a vida societária.

**Conclusão:** Pelo deferimento.

A Rádio Pontal FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Pontal, Estado de São Paulo, requer renovação do prazo de vigência de sua permissão, cujo prazo teve seu termo final em 7 de outubro de 1997.

**I – Os Fatos**

1. Mediante Portaria nº 238 de 6 de outubro de 1987, publicada no **Diário Oficial** da União de 7 subsequente, foi outorgada permissão à Rádio Pontal FM Ltda., para executar, na cidade de Pontal, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

2. A outorga em apreço começou a vigorar a partir de 7 de outubro de 1987, data de publicação da Portaria de permissão no **Diário Oficial** da União.

3. Cumpre ressaltar que durante o último período de vigência da outorga, a entidade foi multada uma vez, conforme se verifica na informação do Setor Jurídico do Serviço de Fiscalização desta Delegacia, constante de fl. 23.

Ainda de acordo com referida informação, encontra-se em andamento o processo administrativo de apuração de infração nº 53830.001650/95, instaurado por ter a entidade cometido irregularidades na execução do serviço de radiodifusão do qual é permissionária.

**II – Do Mérito**

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o Serviço de Radiodifusão Sonora e 15 (quinze) anos para o Serviço de Televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 § 5º).

5. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785 de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de suas outorgas deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período com-

preendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

6. O pedido de renovação da outorga ora em exame foi protocolizado nesta

Delegacia em 15 de maio de 1997, dentro, pois, do prazo legal (fls. 01).

7. A requerente tem seus quadros societário e diretivo aprovados pelo Poder Concedente, com a seguinte constituição:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>
Néri Colombo	4.000	4.000,00
Nedir Colombo	3.000	3.000,00
Júlio Pedro Colombo	3.000	3.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000,00</b>

CARGONOME

Sócio Gerente

Néri Colombo

8. A emissora encontra-se operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme laudo de vistoria de fls. 14/17 e informação do Setor de Engenharia constante de fl. 18.

9. Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo Artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

10. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fl. 19.

11. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 7 de outubro de 1997, data de seu vencimento.

**Conclusão**

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos à consideração do Sr. Delegado DMC/SPO para posterior remessa à Secretaria de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

É o parecer **sub-censura**.

Setor Jurídico, 8 de dezembro de 1997. – **Nilton Aparecido Leal**, Assistente Jurídico.

De acordo.

SEJUR, 9 de dezembro de 1997. – **Lydio Malvezzi**, Chefe.

1) De acordo

2) Encaminhe-se o processo à Secretaria de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

São Paulo, 10 de dezembro de 1997. – **Eduardo Graziano**, Delegado.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 268, DE 2005**

(Nº 1.531/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 525, de 8 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 520, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades adiante relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 525, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária Farol do saber, na cidade de Restinga Seca – RS; e

2 – Portaria nº 654, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Água Fria e Barra, na cidade de Água Fria – BA.

Brasília, 20 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 470 EM

Brasília, 24 de outubro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Farol do Saber, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em

conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da

filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo a integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53790.000147/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

**PORTARIA Nº 525, DE 8 DE OUTUBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 92 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000147/00 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.252/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Farol do Saber, com sede na Rua Afonso Germano Pötter, nº 938, Bairro São Luiz, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º49'33"S e longitude em 53º22'44"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no



prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Podaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

### **RELATÓRIO Nº 65/2003-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53790000147/00, protocolizado em 14-6-00.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária Farol do Saber, localidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária Farol do Saber, inscrita no CNPJ sob o número 03.723.254/0001-26, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Afonso Germano Potter nº 938, São Luiz, cidade de Restinga Seca, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de abril de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 7 de fevereiro de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente o processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei

nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Afonso Potter s/nº, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 53º22'49,31"S de latitude e 29º49'29,89"W de longitude, consoante os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 7-2-02.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 51, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, VIII da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 53 a 98).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" fl. 84/85, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 97 e 98. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço,

diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 99, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária Farol do Saber

#### • quadro diretivo

Presidente: Jorge Luiz da Rosa

Vice-Presidente: Elton Sidnei Ferreira da Silva

1º Secretário: Irineu José Dalmaso

2º Secretária: Dejanira Belladona

1º Tesoureira: Zilda Maria Joras Baumart

2º Tesoureiro: Jorge Luiz Lopes dos Passos

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Afonso Germano Potter nº 938, São Luiz, cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul

#### • coordenadas geográficas

29°49'33"S de latitude e 53°22'44"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 97 e 98, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 84/85 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Farol do Saber, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53790000 147/00, de 14 de junho de 2000.

Brasília, 13 de maio de 2003. – **Cristina Cavalheiro Rodrigues**, Relator da conclusão Jurídica. – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 16 de maio de 2003. – **Jaime de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2005

(Nº 1.534/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 554, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 564, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à

apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 424, de 28 de agosto de 2003 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural “Rádio FM” de Mirangaba, na cidade de Mirangaba – BA;

2 – Portaria nº 554, de 5 de novembro de 2003 – Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, na cidade de Manoel Vitorino – BA;

3 – Portaria nº 640, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Rádio Comunitária de Manari, na cidade de Manari – PE;

4 – Portaria nº 682, de 9 de dezembro de 2003 – Rádio Comunitária “Ondas de Paz” FM, na cidade de Imbituva – PR;

5 – Portaria nº 728, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Baixa Grande, na cidade de Baixa Grande – BA; e

6 – Portaria nº 746, de 19 de dezembro de 2003 – Associação e Movimento Comunitário Aliança, na cidade de Arco Verde – PE.

Brasília, 2 de setembro de 2004. **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC N 509 EM

Brasília, 26 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a Finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e regularidade do Processo Administrativo nº 53640.000578/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 554, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000578/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.297/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, com sede na Avenida Rio Bahia, s/nº – Centro, na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º09'00”S e longitude em 40º15'00”W, utilizando a frequência de 104.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

**RELATÓRIO Nº 219/2003 – DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.640.000.578/01, protocolizado em 9 de outubro de 2001.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, localidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia.

**I – Introdução**

1. A Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, inscrita no CNPJ sob o número 04.679.454/0001-91, no Estado da Bahia, com sede na Avenida Rio Bahia, s/nº – Centro, cidade de Manoel Vitorino, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 1º de outubro de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 24 de maio de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Avenida Rio Bahia, s/nº – Centro, na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia, de

coordenadas geográficas em 14°09'00"S de latitude e 40°15'00"W de longitude, consoante os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 24-5-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 54, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e III da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração do endereço da sede e projeto técnico, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, (fls. 57 a 108).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 54, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 109 e 110. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 108 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em



conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino;

- **quadro diretivo**

Presidente: Juraci Lima dos Santos

Vice-presidente: Augusto Alves dos Anjos

1º Secretário: Ivanildo dos Santos Rodrigues

2º Secretário: João Batista Meira de Souza

1º Tesoureiro: Ruy César de Jesus Silva

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. Rio Bahia s/nº, Centro, cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia;

- **coordenadas geográficas**

14º09'00" de latitude e 40º15'00" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 109 e 110, bem como "Formulário de Informações Técnicas – fls. 66 e 67 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.000.578/01, de 9 de outubro de 2001.

Brasília, 18 de agosto de 2003. –

  
Relator da conclusão Jurídica

  
Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviço de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 219/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2005

(Nº 1.541/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.833, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria de nº 635, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 739, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.833, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 635, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

Brasília, 8 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 179 EM

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio, na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância dessa iniciativa, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.002489/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

**PORTARIA Nº 2.833, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002489/1998, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio, com sede na Praça Monsenhor Guilherme Arnold s/nº, Vila Pereira, na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21°35'22"S e longitude em 46°51'55"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

**PORTARIA Nº 635, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002489/98 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.470/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 2.833, de 11 de dezembro de 2002, publicada no **Diário Oficial** da União, de 13 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio, com sede na Praça Monsenhor Guilherme Arnold s/nº, Vila Pereira, na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**



**RELATÓRIO Nº 609/12002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.830.002.489-98 de 16 de outubro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio, na localidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

**I – Introdução**

1. Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio, no CNPJ sob o nº 01.747.167/0001-83, com sede na Praça Monsenhor Guilherme Arnold, s/nº, Vila Pereira, na Cidade de São José do Rio Pardo, SP, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 14 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando

com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 01 a 180, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

**III – Relatório****• informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Monsenhor Guilherme Arnold, s/nº, Vila Pereira, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 21º37'24"S de latitude e 46º59'18"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 52 – 55, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”. Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para comprovação do devido registro da Ata de Fundação, apresentação dos subitens 6.1 e 14.2.7.1.1, 6.6, 6,7 IV, VI, VIII e X e 6.11 (Projeto Técnico) da Norma nº 2/98 (fls. 62-179).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 156, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu tem 6.11, folhas 173 e 174.

15. É o relatório

#### **IV – Conclusão/Opinamento**

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### **– nome**

Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio

#### **– quadro diretivo**

Presidente: Luiz Carlos de Moraes Pinheiro

Vice —Presidente: Luiz Carlos Morgan

1º Secretária: Ana Aparecida Dal Bom Toneto

2º Secretária: Regina Célia Malagutti de Melo

1º Tesoureiro: Norma Francisca Morgan

2º Tesoureira: Regina Lúcia Astolpho Bonini

Dir. Conselheiro: Antônio Fernando Nogueira Fontão

#### **– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Antônio Valentim, s/nº, Bairro Santa Luzia, na Localidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

#### **– coordenadas geográficas**

21º35'22"S de latitude e 46º51'55"W correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnica”, fls. 156 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom”, fls. 173 e 174, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.002.489/98 de 16 de outubro de 1998.

Brasília, 21 de novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão.

Brasília, 28 de dezembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 de novembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Aprovo o Relatório nº 609/2002/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Antônio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviço de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 271, DE 2005**

(Nº 1.543/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação de – Movimento Cultural Pro-Cidadão de Buíque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 740, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 219, de 12 de junho de 2003 – Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, na cidade de Buíque – PE;

2 – Portaria nº 237, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri, na cidade de Minduri – MG;

3 – Portaria nº 262, de 12 de junho de 2003 – Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, na cidade de Santa Rita de Jacutinga – MG; e

4 – Portaria nº 490, de 22 de setembro de 2003 – Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), na cidade de Nova Rosalândia – TO.

Brasília, 8 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 257 EM

Brasília, 4 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do

art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53103.000223/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

**PORTARIA Nº 219, DE 12 DE JUNHO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000223/02 e do Parecer/Conjur/MC nº 501/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, com sede na Praça Nanô Camelo, nº 54, na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º35'09"S e longitude em 37º08'54"W, utilizando a frequência de 104,9MHZ.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade

iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. \_ **Miro Teixeira.**

### **RELATÓRIO Nº 59/2003-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.103.000.223/02, protocolizado em 9 de maio de 2002.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, localidade de Buíque, Estado de Pernambuco.

#### **I – Introdução**

1. A Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, inscrita no CNPJ sob o número 05.025.984/0001-89, no Estado de Pernambuco, com sede na Praça Nanô Camelo, 54, cidade de Buíque, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 7 de maio de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 29 de Agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei

nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na PE 270 Km 27, na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 8º35'9"S de latitude e 37º8'54"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, o endereço proposto foi alterado, passando a estar na PE 270 Km 4, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 29-8-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 47, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação do novo dado.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II e III da Norma nº 2/98, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, declaração do endereço da sede e declaração de que a Entidade não possui vínculos, e projeto técnico – subitem 6.11 e seus incisos, (fls. 51 a 75).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 58, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 77 e 78. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço,



diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 75 dos autos, corresponde ao que se segue:

- . Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- . ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- . comprovantes relativos à maioridade e nacionalidade dos dirigentes;

- . manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- . planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- . declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, depois de detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### . nome

Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque

#### . quadro diretivo

Presidente: Adelson Carvalho Batista

Vice-presidente: Carlos Antonio Correia

1º Secretário: Paulo Tarcísio Freire de Almeida

2º Secretária: Ivoneide Maria da Silva Correia

1º Tesoureiro: Sandro Gonçalves da Silva

2º Tesoureiro: Sebastião de França Cavalcanti

#### . localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

PE 270 Km 4, cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.

#### . coordenadas geográficas

08º35'09" de latitude e 37º08'54" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 77 e 78, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls 58 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.223/02, de 09 de maio de 2002.

Brasília, 14 de Maio de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 16 de maio de 2003. – **Jaime de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral da Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2005

(Nº 1.544/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia – TO – (ANNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 490, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 740, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à

apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 219, de 12 de junho de 2003 – Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque, na cidade de Buíque – PE;

2 – Portaria nº 237, de 12 de junho de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri, na cidade de Minduri – MG;

3 – Portaria nº 262, de 12 de junho de 2003 – Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, na cidade de Santa Rita de Jacutinga – MG; e

4 – Portaria nº 490, de 22 de setembro de 2003 – Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), na cidade de Nova Rosalândia – TO.

Brasília, 8 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 433 EM

Brasília, 30 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), na cidade de Nova Rosalândia, Estado de Tocantins, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente

te ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53665.000047/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 490, DE 22 DE SETEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53665.000047/O1 e do Parecer/Conjur/MC nº 1120/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), com sede na Rua 22 de Abril, nº 5, Qd. nº 23, Lote nº 7, na cidade de Nova Rosalândia, Estado Tocantins, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 16º33'53"S e longitude em 48º54'53"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

#### **RELATÓRIO Nº 209/2003-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53665000047/01, protocolizado em 20-2-2001

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), localidade de Nova Rosalândia Estado do Tocantins.

#### **I – Introdução**

1. A Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), inscrita no CNPJ sob o número 3.746.725/0001-11, no Estado do Tocantins, com sede na Rua 22 de Abril, nº 5, Qd. 23, Lote 7, cidade de



Nova Rosalândia, dirigiu-se ao Senhor Ministro das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de Fevereiro de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito

nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 6 de Setembro de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua 22 de Abril, nº 5, Lote 7, Qd. 23, na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins, de coordenadas geográficas em 10°34'02"S de latitude e 48°54'45"W de longitude, ocorre que posteriormente o endereço e as coordenadas foram retificadas, passando em 10°33'53"S de latitude e 48°54'53"W de longitude, na Av. Perimetral, s/nº, Quadra 3, Lote 21, Setor Oeste.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 105, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre ge-

ração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, V, IV e VIII da Norma nº 2/98, comprovação de alteração estatutária, ata de eleição e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 110 a 215).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 112/113, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 143/144. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 215, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no

Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, depois de detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR)

#### • quadro diretivo

Presidente: José Antônio da Silva

Vice Presidente: Fernando Borges e Silva

1º Secretária: Claudenéia Helena de Melo

2º Secretário: Nazaré Campêlo de Souza

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Av. Perimetral s/nº, Quadra 3, Lote 21, cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins:

#### • coordenadas geográficas

10°33'53" de latitude e 48°54'53" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – 1km 143/144, bem como "Formulário de Informações

Técnicas" – fls. 112/113 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR), no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53665000047/01, de 20 de fevereiro de 2001.

Brasília, 31 de julho de 2003. – Relator da conclusão Jurídica, **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSR – Relator da conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 5 de agosto de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de agosto de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 209/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 5 de agosto de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

*(À Comunicação de Educação – decisão terminativa.)*

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2005

(Nº 1.508/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusi-

vidade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **MENSAGEM Nº 558, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.852, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 12, de 14 de janeiro de 2004 — Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida, na cidade de Igaratinga – MG;

2 – Portaria nº 217, de 12 de junho de 2003 — Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, na cidade de Rio Maria – PA;

3 – Portaria nº 753, de 19 de dezembro de 2003 — Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti — “ACODECAJ”, na cidade de Juti – MS.

Brasília, 2 de setembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 255 EM

Brasília, 4 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, na cidade de Rio Maria, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento

e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53720.000394/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Miro Teixeira**.

### **PORTARIA Nº 217 DE 12 DE JUNHO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000394/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 538/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, com sede na Avenida 4, nº 357 — Centro, na cidade de Rio Maria, Estado do Pará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º18'35"S e longitude em 50º03'03"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de

seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

### **RELATÓRIO Nº 52/2003-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53720000394/99, protocolizado em 12-5-99.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, localidade de Rio Maria, Estado do Pará.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, inscrita no CNPJ sob o número 02.633.700/0001-49, no Estado do Pará, com sede na Avenida 4 nº 357, Centro, cidade de Rio Maria, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 4 de maio de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5Km, entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio des-

te, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Travessa 6, esquina com Avenida 14 s/nº, Setor Remor, na cidade de Rio Maria, Estado do Pará, de coordenadas geográficas em 07º18'35"S de latitude e 50º03'03"W de longitude, consoante os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-9-99.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 70, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VI, VIII, da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 72 a 166).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" — fl 143, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 165 e 166. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema



irradiante e estúdio: características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 167, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria;

#### • quadro diretivo

Presidente: Ad-lair Cândido Siqueira

Vice-presidente: João Martins

1ª Secretária: Rosimeire Ferreira da Silva

2ª Secretária: Marlene Oliveira Araújo Gomes

1º Tesoureiro: Dorival Gomes Devid

2º Tesoureiro: Cícero Jorge Ferreira dos Santos

1º Diretor de Patrimônio: Antônio Coelho Lacerda

2º Diretor de Patrimônio: Reginaldo Oliveira da Silva

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Travessa 6 s/nº esquina com Avenida 14, Setor Remor, cidade de Rio Maria, Estado do Pará;

#### • coordenadas geográficas

07°18'35" de latitude e 50°03'03" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 165 e 166, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fl. 143 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53720000394/99, de 12 de maio de 1999.

Brasília, 16 de maio de 2003. \_ Relatora da conclusão Jurídica, **Cristiane Cavalheiro Rodrigues**, Chefe de Serviço/SSR – Relatora da conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Serviço SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 16 de maio de 2003. \_ **Jaime de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 16 de maio de 2003. \_ **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 52/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 16 de maio de 2003. \_ **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 264 a 273, de 2005, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, alínea b, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

- Nº 121/2005, de 25 de maio último, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 170, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 180/2005, de 23 de maio último, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 99, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 515/2005, de 25 de maio último, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 121, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

- Nº 187/2005, de 24 de maio último, do Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 146, de 2005, do Senador Valdir Raupp.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foi encaminhada, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

**MENSAGEM Nº 147, DE 2005**

(Nº 318/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Os méritos do Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de maio de 2005. – **José Alencar.**

EM Nº 153 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE/APES

Brasília, 18 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

**INFORMAÇÃO  
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA**

CPF.: 7508689453

ID.: 412 MRE

- 1941 Filho de Elpidio Vianna Cannabrava e Yonne de Oliveira Cannabrava, nasce em 23/05/41, em Araguari/MG.
- 1964 CPCD - IRBBR.
- 1965 Divisão Jurídica, Auxiliar do Chefe.
- 1965 Terceiro Secretário em 05 de fevereiro.
- 1965 Divisão da Organização dos Estados, Auxiliar do Chefe.
- 1967 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário
- 1967 Segundo Secretário, merecimento, em 31 de dezembro.
- 1970 Embaixada em Assunção, Segundo Secretário.
- 1973 Primeiro Secretário, merecimento, em 01 de janeiro.
- 1974 Departamento das Américas, Auxiliar do Chefe.
- 1975 Divisão da América Meridional-I, Assistente do Chefe.
- 1976 Departamento das Américas, Assessor do Chefe.
- 1976 Reunião Regional para a África, preparatória da Conferência da ONU sobre Água, Adis-Abeba, observador, Chefe de Delegação.
- 1976 Reunião Regional para a Ásia Ocidental, Preparatória da Conferência da ONU sobre Água, Bagdá, observador, Chefe de Delegação.
- 1976 Ordem Nacional do Mérito, Oficial, Paraguai.
- 1977 Reunião sobre a Antártica, Punta Arenas, Chile, observador, Chefe de Delegação.
- 1977 Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Guatemala, Chefe da parte técnica da Delegação.
- 1977 Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil.
- 1977 Conselheiro, merecimento, em 26 de setembro.
- 1978 Reunião do Comitê Científico sobre a Pesquisa Antártica (SCAR), Chamonix, França, observador, Chefe de Delegação.
- 1978 Divisão da América Central e Setentrional, Chefe.
- 1979 Embaixada em Washington, Conselheiro.
- 1982 Ministro de Segunda Classe, merecimento, em 16 de junho.
- 1982 CAE – IRBr - “Aspectos Políticos, Jurídicos e Econômicos do Tratado da Antártica”.
- 1983 Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro.

- 1989 Embaixada em Luanda, Embaixador.
- 1989 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.
- 1990 Medalha do Pacificador do Exército, Brasil.
- 1990 Ministro de Primeira Classe, merecimento, em 19 de dezembro.
- 1991 Embaixada em Tel-Aviv, Embaixador.
- 1991 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial.
- 1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Subsecretário-Geral.
- 1995 Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, Santiago, Chefe de Delegação.
- 1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Oficial.
- 1995 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Primeira Classe.
- 1995 Ordem da Palmeira, Suriname, Grã-Mestre.
- 1995 V Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, Lima, Chefe de Delegação.
- 1995 "Alto Funcionário" do Brasil e Coordenador das negociações de paz entre o Peru e o Ecuador, até 1998, Chefe de Delegação.
- 1996 Representante do Senhor Presidente da República nas cerimônias de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, Luanda, Chefe de Delegação.
- 1996 Ordem Nacional do Mérito, Paraguai, Grã-Cruz.
- 1996 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grã-Oficial.
- 1996 Ordem da Grã-Cruz, Itália, Cavaleiro.
- 1996 Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Grã-Cruz.
- 1996 Orden del Sol del Perú, Peru, Grã-Mestre.
- 1996 Orden del Libertador, Venezuela, Grã-Oficial.
- 1997 XVI Reunião Ordinária de Chanceleres do Grupo do Rio, Assunção, Chefe da Delegação.
- 1997 Ordem do Leão da Rosa Branca, Finlândia, Grã-Cruz.
- 1997 L'Ordre Nacional de la Légion d'Honneur, França, Grã-Mestre.
- 1997 Ordem Honorífica, Portugal, Grã-Cruz.
- 1998 Ordem de San Carlos, Colômbia, Comendador.
- 1998 Delegação do Brasil à XII Conferência de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, Chefe.
- 1999 Ordem do Mérito, Peru, Grã-Cruz.
- 1999 Ordre du Hendes Majestaet, Dinamarca, Grã-Cruz.
- 1999 1a. Conferência dos Estados Partes da Convenção de Ottawa para a Proibição das Minas Terrestres, Chefe da Delegação.



1999	Orden del Libertador San Martin, Argentina, Grã-Cruz.
2000	Coordenador-Geral da 1a Reunião de Presidentes da América do Sul, Chefe de Delegação.
2000	Ordem Nacional Pentru Merit, Romênia, Grã-Cruz.
2001	Embaixada em Tóquio, Embaixador.
2001	Aeronáutica, Brasil, Grande Oficial.
2003	Delegação do Brasil à XIII Conferência de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, Kuala Lumpur, Chefe.

*Claudia D'Angelo*  
**CLAUDIA D'ANGELO**  
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (SGAP)**  
**Departamento da América do Norte, Central e Caribe (DAN)**  
**Divisão do México, América Central e Caribe (DCC)**

## MÉXICO

### DADOS BÁSICOS



BANDEIRA

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República Presidencialista
ÁREA	1.953.162 Km <sup>2</sup>
POPULAÇÃO (est. Jul/2003)	104.908.000 habitantes
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Eurameríndios (60%), ameríndios (30%), europeus ibéricos (9%) e outros (1%)
DATA NACIONAL	16 de setembro (independência)
PIB (2003)	US\$ 646,7 bilhões
PIB/capita	US\$ 6.164,00
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Mexicano
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Vicente Fox Quesada
SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Luis Ernesto Derbez
REPRESENTANTE DIPLOMÁTICO NO BRASIL	Embaixadora Cecilia Soto González
REPRESENTANTE DO BRASIL NO MÉXICO	Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro
MAIORES CIDADES	Cidade do México, Guadalajara, Netzahualcóyotl, Monterrey, Puebla, Juárez

**PERFIS BIOGRÁFICOS****VICENTE FOX QUESADA – PRESIDENTE DO MÉXICO**

- Nasceu em 2 de julho de 1942, na Cidade do México. Diplomou-se em Administração de Empresas pela Universidade Ibero-Americana (Cidade do México) e em Alta Gerência pela Universidade de Harvard, EUA. Articulista de diversos jornais.
- Presidente da “Coca-Cola” no México e na América Central entre 1975 e 1979; Diretor do “Grupo Fox” (produção de calçados, pecuária e agroindústria). Vice-Presidente da Associação dos Empresários do Estado de Guanajuato.
- Presidente e fundador do “Patronato Creche Amigo Daniel” (instituição beneficente para crianças recém-nascidas abandonadas). Presidente do “Patronato

Educativo Loyola promotor da Universidade Ibero-americana e do Instituto Lux, em León, estado de Guanajuato.

- Membro do Partido da Ação Nacional (PAN) desde 1º de março de 1988. Secretário de Finanças do Comitê Diretor Estadual do PAN em Guanajuato.
- Deputado Federal em 1988, León, Guanajuato.
- Eleito Governador do Estado de Guanajuato (1995-1999).
- Conselheiro Nacional do Partido da Ação Nacional.
- Eleito Presidente da República em julho de 2000. Tomou posse em 1º de dezembro de 2000 (mandato de 6 anos)

**LUIS ERNESTO DERBEZ - SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO**

- Nascido em 1945, em São Luis Potosi.
- Realizou Mestrado pela Universidade de Oregon e Doutorado em Economia pela Universidade Estatal de Iowa.
- Foi Secretário de Economia do México no Governo Fox, até 2003
- Foi Assessor e Coordenador da área econômica de Vicente Fox.
- Encarregado do projeto de política econômica e orçamento (2000).
- Consultor do BID em Honduras para a “Preparação dos

Programas Nacionais de Recuperação Econômica e Reabilitação de Infra-estrutura” após a ocorrência do furacão “Mitch” (1999).

- Professor visitante da Universidade John Hopkins (Escola de Estudos Internacionais, 1983-1997).
- Diretor do Programa de Operações do Banco Mundial na Índia, Nepal, Butão e nas regiões oeste e central da África.
- Assessor do Grupo Alfa e da Cervejaria Cuauhtémoc

## MAPA GEOGRAFICO



## POLÍTICA INTERNA

O Presidente Vicente Fox, do Partido Ação Nacional (PAN), no quinto ano de seu mandato, goza de razoável popularidade pessoal, apesar de seu Governo sofrer desgaste *político provocado pela reversão das expectativas* por parte da população mexicana. As promessas de mudanças a serem promovidas pelo Governo "del cambio", que instituiu a alternância do poder após 71 anos de hegemonia política do Partido Revolucionário Institucional (PRI), foram apenas parcialmente cumpridas.

A conjuntura desfavorável vivida pelo Governo tem origem precisamente nas dificuldades inerentes ao período de meio de mandato. Há, ainda, fortes resistências no Congresso mexicano, onde Fox não detém maioria parlamentar, fato que tem dificultado a aprovação de projetos de importantes reformas defendidas pelo Governo, entre elas as reformas energética, fiscal e trabalhista.

Sinal claro dos impasses que têm afetado o desempenho do Governo Fox é o prematuro lançamento do debate político sobre as eleições presidenciais de 2006. Vários nomes têm sido citados como potenciais candidatos e outros já se lançaram em campanha aberta, como é o caso do ex-Chanceler Jorge Castañeda, sem partido.

A figura política que atualmente lidera as pesquisas eleitorais é o Chefe de Governo do Distrito Federal (Cidade do México), Andrés Manuel López Obrador, pertencente ao Partido da Revolução Democrática (PRD). Sua candidatura oficial pelo partido, porém, dependerá muito provavelmente de uma composição com Cuauhtémoc Cárdenas, líder histórico do PRD e três vezes candidato à Presidência da República, igualmente interessado em concorrer pela quarta vez como representante do principal partido de esquerda do México.

López Obrador poderá enfrentar dificuldades em candidatar-se caso venha a ser aprovado o processo de “desafuero” (perda das imunidades políticas) que corre contra ele na Câmara dos Deputados por iniciativa da Procuradoria Geral da República (PGR) e de parlamentares do governista PAN. Se aprovado, o “desafuero” permitirá que o Chefe de Governo do DF seja indiciado penalmente por suposto não-cumprimento de ordem judicial no sentido de suspender obra viária, o que o impediria de disputar a eleição presidencial. Não estão claras as nuances jurídicas que ainda poderão ser invocadas no caso, mas tudo indica que eventual evolução dos acontecimentos no sentido de impedir a candidatura de López Obrador poderia ter repercussão internacional e ser vista como “retrocesso” no caminho do fortalecimento da democracia no México.

No PRI, o principal presidenciável é o dirigente nacional do partido, Roberto Madrazo, bem colocado nas pesquisas, embora outros nomes priistas também nutram aspirações para 2006, tais como Arturo Montiel, Governador do Estado do México; Miguel Alemán, ex-Governador do Estado de Veracruz; Manuel Ángel Núñez Soto, Governador do Estado de Hidalgo; Enrique Martínez, Governador de Coahuila; o líder do PRI no Senado, Senador Enrique Jackson; Tomás Yarrington, ex-Governador de Tamaulipas; e a atual Secretária Geral do PRI, Elba Esther Gordillo.

Pelo partido do Governo, o PAN, as preferências recaem sobre o atual Secretário de Governo, Santiago Creel Miranda. Excluída, aparentemente, a possibilidade da candidatura da Primeira Dama Marta Sahagún de Fox, estima-se que Creel seja o favorito do Presidente Fox. Um pouco mais atrás aparece o ex-Secretário de Energia, Felipe Calderón, que após participar de um comício organizado pelo PAN em Guadalajara, coincidindo com a realização da III Cúpula América Latina e Caribe - União Européia, renunciou ao cargo diante das críticas públicas do Presidente Fox ao seu gesto de fazer campanha eleitoral explícita ainda como titular da pasta de Energia. Fox tem insistido que o compromisso dos membros de seu Gabinete neste momento deve ser exclusivamente com a administração dos assuntos de Governo e que ele não tolerará proselitismos políticos explícitos por parte de integrantes do primeiro escalão. Apesar da posição de Fox, também revelam pretensões presidenciais o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Alberto Cárdenas Jiménez; o líder do PAN na Câmara de Deputados, Francisco Barrio Terrazas e o Senador Carlos Medina Plascencia. Ao longo de 2004 chegou-se a cogitar amplamente nos meios políticos e de comunicação a possibilidade da candidatura da Primeira Dama Marta Sahagún de Fox, hipótese que teria sido afastada pela firme oposição da maioria dos líderes do próprio partido do Presidente. Registre-se que, antes de lançar-se como candidato à Secretaria-Geral da OEA, o Chanceler Luis Ernesto Derbez havia chegado a anunciar, em novembro de 2004, sua intenção de concorrer às eleições presidenciais pelo PAN. O candidato do PAN deverá ser indicado mediante processo de consulta do qual participarão os militantes do partido.

De acordo com pesquisa divulgada em fins de fevereiro, pelo jornal “Reforma”, López Obrador, do PRD, conta com a preferência de 34% dos eleitores. Santiago Creel do PAN e Roberto Madrazo, do PRI, vêm em seguida com 25% dos votos cada um, e o ex-Chanceler Jorge Castañeda, sem partido, reúne as preferências de apenas 3% do eleitorado.

## ECONOMIA

Agentes financeiros baseados no México avaliaram recentemente que, apesar de a economia do país apresentar desempenho positivo no que se refere ao perfil das dívidas externa (não há vencimentos elevados em 2005) e interna (o setor bancário local se mostra sólido, com boa utilização tanto pelo Governo como pelo setor privado), persistiriam vulnerabilidades na economia mexicana.



Eventual redução nos preços internacionais do petróleo, crescentes gastos financeiros para os projetos PIDIREGAS (programa de investimento do setor privado no setor energético com financiamento público a juros diferidos) e aumento nos custos das pensões de funcionários públicos estariam igualmente ameaçando as já fortemente pressionadas finanças públicas mexicanas.

Analistas econômicos consideram que se esgotam no presente trimestre as possibilidades de o atual Governo, que termina no início de 2007, chegar a consenso com o Congresso da União que permita a aprovação das reformas estruturais pendentes. Em vista das vulnerabilidades acima apontadas, são vistas como urgentes as reformas fiscal e energética. Esse setor regride permanentemente, muito em função da impossibilidade de investimentos imprescindíveis decorrente da transferência para os cofres do Estado de cerca de 62 % da renda bruta da PEMEX. A infra-estrutura do setor elétrico mexicano (assim como do de telecomunicações) se encontraria em vias de colapso, de acordo com especialistas na matéria.

Há, todavia, observadores que acreditam que o México se encontra em situação privilegiada entre os países "emergentes", em função da boa percepção, pelos mercados, da situação do peso mexicano. Estaria evidenciando esta situação o aumento importante dos investimentos financeiros estrangeiros no México em 2004, apesar da queda sofrida no influxo de investimentos estrangeiros diretos.

Por outro lado, no caso de os EUA realizarem ajuste para proteger sua economia de eventual instabilidade decorrente do duplo déficit (orçamentário e de conta corrente), considera-se estar o México em situação oposta à de outros "emergentes", em vista da estreita vinculação de sua economia à dos EUA. *Tais ajustes poderiam constituir fortalecimento do dólar estadunidense e intensificação da elevação das taxas de juros.*

De todo modo, analistas coincidem na avaliação de que o futuro Governo mexicano não terá margem de manobra para modificar a atual política macroeconômica, o que estaria evitando preocupações importantes com possíveis perturbações na área econômica em decorrência da mudança de Governo em 2007.

## MÉXICO – INDICADORES ECONÔMICOS

MÉXICO	1999	2000	2001	2002	2003
PIB (US\$ bilhões)	479,9	574,5	621,0	637,2	646,7
Taxa de crescimento do PIB (%)	3,7	6,6	-0,3	0,9	1,2
Taxa de inflação (%)	16,6	9,5	6,4	5,0	3,9
População (milhões)	97,4	98,9	100,4	101,8	103,3
Taxa de desemprego (%)	2,5	2,2	2,5	2,7	3,2
Dívida Externa Pública (US\$ bilhões, valor bruto)	167,6	150,3	153,8	157,3	157,8

## POLÍTICA EXTERNA

### ***Linhas gerais da política externa mexicana***

O Governo do Presidente Vicente Fox tem procurado distanciar-se do tradicional paradigma da política externa mexicana dos anos de hegemonia política do PRI, essencialmente centrado nos princípios de não-intervenção, soberania e nacionalismo. Têm sido freqüentes as referências por parte do Presidente Fox ao papel destacado que o México deseja exercer nos foros multilaterais. Os temas de direitos humanos e de combate à corrupção também estão cada vez mais presentes nos pronunciamentos presidenciais, tanto em foros domésticos quanto internacionais.

Nos planos bilateral e regional, o México tem com os Estados Unidos o seu mais denso relacionamento. Procura equilibrar suas relações com Washington, ao mesmo tempo em que declara seu compromisso com o multilateralismo. Para tanto, tem procurado estabelecer vínculos mais profundos com outras regiões do mundo, como nos casos da União Européia, com a qual possui acordo de livre comércio vigente desde o ano 2000; da Comunidade Andina de Nações; e do Mercosul, com o qual o México pensa assinar TLC como parte do processo pelo qual poderia passar a ser Estado Associado ao agrupamento regional. O México também assinou, em 2004, acordo de associação econômica com o Japão, na busca de expandir sua limitada presença na Ásia. Não obstante os avanços verificados, parece ainda haver descompasso entre o ativismo diplomático pretendido pelo Governo Fox e as limitações de variada ordem ao exercício efetivo dessa liderança.

Merece registro, no plano hemisférico, o anúncio pelo Governo Mexicano, em dezembro de 2004, da decisão de lançar a candidatura do Chanceler Luís Ernesto Derbez ao cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

### **Relações México-EUA**

A proximidade geográfica e a extensa fronteira compartilhada fazem do relacionamento com os EUA ponto vital para o México. Isso tem sido uma constante desde a independência, passando pela separação do Texas, a derrota e a perda territorial na Guerra de 1847, as intervenções militares norte-americanas durante a Revolução Mexicana e a nacionalização do petróleo (1938). O Tratado de Livre Comércio de 1994 (NAFTA) aprofundou o relacionamento bilateral, que não é livre de conflitos. O próprio Chanceler Derbez reconheceu recentemente que o NAFTA não é a panacéia universal para os problemas mexicanos.

Os EUA concentram cerca de 90% do comércio exterior do México, abrigam cerca de 20 milhões de pessoas de origem mexicana e atraem, a cada ano, mais de 300 mil novos trabalhadores mexicanos ilegais. A regularização da situação dos mexicanos "indocumentados" nos EUA tornou-se uma das principais bandeiras do Governo Fox e passou a ter peso crescente na pauta bilateral.

Em março de 2004, a convite do Presidente norte-americano, o Presidente Fox, acompanhado de sua esposa, Marta Sahagún de Fox, visitou o rancho de George W. Bush em Crawford, Texas. A viagem foi retribuição tardia à visita que Bush fez ao rancho de seu colega mexicano em Guanajuato, em fevereiro de 2001, e consolidou o processo de reaproximação entre os dois Presidentes após o período de "esfriamento" em 2003, por conta das diferenças de posições do México e dos EUA na questão do Iraque.

Em sua primeira visita à América Latina desde que assumiu o cargo, a Secretária de Estado Condoleezza Rice esteve na Cidade do México em março de 2005. Em declarações à imprensa baixou o tom das críticas que o Governo dos EUA vem fazendo ao México, especialmente sobre democracia, direitos humanos e combate ao crime organizado. Por seu turno, o Presidente Fox expressou seu desejo de que seja concretizada reforma migratória nos EUA que permita “un manejo seguro, ordenado, legal y digno del flujo de personas”. Fez críticas a medidas recentes de “vigilantismo” na fronteira México-EUA e a leis “anti-imigrantes”. Foi anunciado que os dois Governos chegaram a um acordo para solucionar o contencioso da “dívida de água” que o México tem para com os EUA, nos termos do Tratado de Águas de 1944, que dispõe que o México deve entregar a seu vizinho significativo volume de água procedente da bacia do Rio Bravo/Rio Grande.

Também em março de 2005 realizou-se, em Waco, Texas, o encontro trilateral entre o Presidente Vicente Fox, o Presidente George W. Bush e o Primeiro Ministro do Canadá, Paul Martin. A reunião teria girado em torno do desenvolvimento da cooperação trilateral entre os parceiros do NAFTA. Foi anunciada como decisão concreta a criação da “Aliança pela Segurança e Prosperidade da América do Norte”.

### **Relações México-América Latina e Caribe**

Politicamente, a adesão mexicana ao NAFTA implicou distanciamento da América Latina, ainda hoje a área de atuação mais importante para a diplomacia mexicana no mundo em desenvolvimento. Dadas as assimetrias estruturais entre os integrantes do NAFTA, o México tem consciência de que não pode restringir sua inserção política internacional à América do Norte. Afastado de alguns de seus parceiros históricos, o México tenta atualmente refazer antigos vínculos e estabelecer novas parcerias. É nesse contexto que o México tem feito esforços para adensar as relações com os países do Mercosul, em especial o Brasil, e da Comunidade Andina.

O Presidente Fox tem ressaltado em diversas ocasiões o papel de “ponte” que o México poderia exercer entre a América do Norte anglo-saxônica e a América Latina, apresentando-se como elo de ligação entre as duas regiões. Parte fundamental nessa estratégia é a aproximação política com os países da América do Sul. Uma das formas visualizadas pelo México para reverter o sentimento de “exclusão” do entorno sul-americano tomou corpo no interesse em associar-se ao Mercosul, por meio da conclusão de acordo de livre comércio e do ingresso no Foro de Consulta e Concertação Política de nosso agrupamento regional. Ao final do processo, o México passaria a ter *status* de Estado Associado, similar ao da Bolívia, Chile e Peru.

O relacionamento com os países da América Central, por sua vez, costuma ser descrito como “associação privilegiada”, embora o Plano Puebla-Panamá, o principal instrumento para a integração do “espaço meso-americano”, esteja virtualmente paralisado.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento Brasil-México tem evoluído de forma muito positiva, fato que se reflete na frequência das visitas de alto nível e dos encontros por ocasião de eventos multilaterais. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve quatro vezes no México desde sua eleição: em dezembro de 2002 na Cidade do México, como Presidente eleito; em setembro de 2003 novamente na Cidade do México, para visita de trabalho; em janeiro de 2004, em Monterrey, para participar da Cúpula Extraordinária das Américas; e em maio de 2004 em Guadalajara para a III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia. Em todas essas ocasiões manteve conversas fluidas e proveitosas com o Presidente Vicente Fox sobre os muitos temas da agenda bilateral e sobre questões regionais e globais de interesse para os dois países.

A visita realizada pelo Presidente Vicente Fox ao Brasil, à Argentina e ao Paraguai, de 6 a 9 de julho de 2004, se insere em estratégia mais ampla de ação diplomática por parte do Governo mexicano, que visa a reaproximar o México da América Latina, região da qual se distanciou politicamente desde a entrada em vigor do NAFTA em 1994. Busca-se adensar as relações com a América do Sul - com o Brasil, com o Mercosul e com a região como um todo - e reintegrar o país à dinâmica de integração latino-americana. A mensagem de que o México é e se sente latino-americano tem sido reiterada pelas autoridades mexicanas com variados interlocutores em diversas instâncias. O Governo Fox, ciente das limitações da NAFTA, pretenderia recuperar e dar novo impulso à vertente latino-americana de sua inserção internacional, parte inseparável da identidade mexicana perante o resto do mundo. Nesse contexto, o Governo mexicano consideraria a associação com o Mercosul "avanço estratégico" nas relações exteriores do México, que traria importantes benefícios políticos e econômicos para todos.

De nosso lado, temos afirmado que vemos com satisfação as perspectivas de aproximação entre o México e o Mercosul. Para que o México venha a se tornar Estado Associado ao Mercosul é necessária a prévia negociação de Acordo de Livre Comércio com o bloco, no formato 4+1. O tema foi abordado na Cúpula dos Presidentes do Mercosul em Puerto Iguazú, nos dias 7 e 8 de julho de 2004, à qual compareceu o Presidente Fox. O Acordo de Livre Comércio México-Mercosul, que deverá ser negociado sobre a base dos acordos existentes ou em processo de negociação com cada um dos quatro membros do Mercosul, permitirá dar maior dinamismo ao intercâmbio econômico e comercial.

A visita de trabalho do Presidente Fox ao Brasil (julho de 2004) foi precedida de visita oficial do Chanceler Luis Ernesto Derbez a Brasília, em abril de 2004. O Comunicado Conjunto Amorim-Derbez, emitido ao final da visita, passou em revista os principais temas das relações bilaterais e atualizou a agenda de trabalho entre os dois países.

Em novembro de 2004 o Presidente Fox esteve no Rio de Janeiro para participar da Cúpula do Grupo do Rio, ocasião em que manteve novo encontro com o Senhor Presidente da República e reiterou seu convite para que o Presidente Lula da Silva realize visita de Estado ao México.



## COMÉRCIO BILATERAL

O comércio entre o Brasil e o México atingiu, em 2004, valores sem precedentes, com crescimento em ambos lados e com amplo superávit para o Brasil. O montante registrado foi de 4,651 bilhões de dólares, tendo superado, em mais de 1 bilhão de dólares, o valor total de 2003, que foi de US\$ 3,274 bilhões.

As exportações brasileiras ao México alcançaram o total inédito de 3,947 bilhões de dólares, um aumento de 44% com relação a 2003. O México manteve sua posição de sexto parceiro comercial do Brasil, adiantando-se a países como Japão, França e Reino Unido. É o segundo parceiro mais importante do Brasil na América Latina.

As exportações mexicanas ao Brasil, por sua vez, tiveram crescimento de 32,05% no período de referência, atingindo o valor de 703 milhões de dólares. Para o lado mexicano, o elemento positivo dos dados de 2004 foi o fato de que, pela primeira vez depois de três anos, as exportações mexicanas fecharam o ano com crescimento positivo, de 32%. As exportações mexicanas não haviam voltado a alcançar os níveis de 1997, ano em que o peso mexicano apresentou significativa depreciação, enquanto o real esteve sobrevalorizado. Aquele foi também o último ano em que vigorou o Acordo de Complementação Econômica no. 9, o que favoreceu o valor histórico máximo de 1,1 bilhão de dólares.

O superávit para o Brasil em 2004 alcançou, portanto, o montante de 3,243 bilhões de dólares, ultrapassando em mais de 1 bilhão de dólares o superávit de 2003, que fora de 2,208 bilhões de dólares.

As exportações brasileiras e o comércio bilateral em geral se têm beneficiado dos Acordos de Complementação Econômica nº 55 (entre o México e o Mercosul, assinado em 2002, para o setor automotivo) e o nº 53 (entre o Brasil e o México, assinado em 2003, para cerca de 700 produtos). A decisão das principais montadoras de automóveis de concentrar a produção de novos modelos de carros compactos no Brasil, onde os custos são mais baixos, tem gerado um fluxo considerável de exportação de automóveis e autopeças para o México. Em 2004, houve diversificação dos principais produtos exportados: além de automóveis e autopeças, nossa pauta passou a incluir aviões (segundo produto em valor), e grãos de soja (terceiro).

### BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões):

<b>BRASIL ⇒ MÉXICO</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Exportações</b>	1.171	1.868	2.342	2.741	3.947
<b>Importações</b>	753	695	580	533	703
<b>Corrente de comércio</b>	2.465	2.563	2.922	3.274	4.651
<b>Superávit/Déficit do Brasil</b>	+418	+1.173	+1.762	+2.208	+3.243

Fonte: MDIC/SECEX

## INVESTIMENTOS

Segundo estimativas informais do Governo do México, os investimentos daquele país no Brasil chegariam a mais de US\$ 5 bilhões. Deve-se registrar a presença cada vez maior dos investimentos - nas áreas de telecomunicações, hotéis, alimentos, mineração, entre outras - que vêm sendo feitos no Brasil por empresários mexicanos, como, em particular, Carlos Slim, que preside o Grupo Carso e controla, entre outras empresas, a Telmex, que adquiriu o controle acionário da Embratel. Outras importantes empresas mexicanas que têm hoje presença significativa no Brasil são: Jugos del Valle, Grupo Bimbo, Grupo Posadas e Grupo Mabe.

No México há grande número de empresas brasileiras - em torno de 140 - mas com investimentos ainda financeiramente limitados. Esses investimentos brasileiros estão estimados em US\$ 57 milhões. Novos grupos empresariais brasileiros de diversos setores, como o eletro-eletrônico, químico e bens de capital, têm programados investimentos naquele mercado. Há boas perspectivas também de cooperação em matéria de energia, petróleo e gás natural, com a participação da Petrobrás, que abriu escritório na Cidade do México e tem explorado possibilidades de atuação conjunta com a Pemex e outras entidades governamentais mexicanas do setor energético.

Cabe mencionar ainda o Acordo para Evitar a Bitributação, assinado pelos Chanceleres Celso Amorim e Luis Ernesto Derbez na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003, e já aprovado pelo Senado mexicano. No momento, o Governo do México está examinando as emendas ao Acordo propostas pelo lado brasileiro.

## PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Nome	Entrada em vigor
Convenção de Arbitramento	26/12/1911
Tratado de Extradicação	23/03/1938
Declaração Conjunta sobre Matéria Comercial	22/01/1960
Declaração Conjunta sobre Relações Econômicas	30/08/1969
Acordo sobre Transportes Aéreos	20/11/1970
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	15/05/1975
Convênio de Cooperação Turística	06/10/1975
Convênio de Amizade e Cooperação	21/02/1979
Acordo Básico de Cooperação Industrial	28/02/1979
Convênio de Cooperação Cultural e Educacional	30/04/1982
Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos	10/10/1990
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente	07/06/1995
Acordo sobre Serviços Aéreos	18/07/1996
Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência	25/11/1997
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	07/02/2004

Aviso nº 520 – C. Civil.

Em 25 de maio de 2005

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

## MENSAGEM Nº 148, DE 2005

(nº 319/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Belize.

Os méritos do Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava que me induziram a escolhê-lo para o desem-

penho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de maio de 2005.



EM Nº 154 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G- MRE/APES

Brasília, 18 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º do Anexo I ao Decreto nº

5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim**.

#### INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

##### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA

CPF.: 7508689453  
ID.: 412 MRE

- 1941 Filho de Elpidio Vianna Cannabrava e Yonne de Oliveira Cannabrava, nasce em 23/05/41, em Araguari/MG.
- 1964 CPCD - IRBBr.
- 1965 Divisão Jurídica, Auxiliar do Chefe.
- 1965 Terceiro Secretário em 05 de fevereiro.
- 1965 Divisão da Organização dos Estados, Auxiliar do Chefe.
- 1967 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário
- 1967 Segundo Secretário, merecimento, em 31 de dezembro.
- 1970 Embaixada em Assunção, Segundo Secretário.
- 1973 Primeiro Secretário, merecimento, em 01 de janeiro.
- 1974 Departamento das Américas, Auxiliar do Chefe.
- 1975 Divisão da América Meridional-I, Assistente do Chefe.
- 1976 Departamento das Américas, Assessor do Chefe.
- 1976 Reunião Regional para a África, preparatória da Conferência da ONU sobre Água, Adis-Abeba, observador, Chefe de Delegação.
- 1976 Reunião Regional para a Ásia Ocidental, Preparatória da Conferência da ONU sobre Água, Bagdá, observador, Chefe de Delegação.
- 1976 Ordem Nacional do Mérito, Oficial, Paraguai.
- 1977 Reunião sobre a Antártica, Punta Arenas, Chile, observador, Chefe de Delegação.
- 1977 Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Guatemala, Chefe da parte técnica da Delegação.
- 1977 Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil.
- 1977 Conselheiro, merecimento, em 26 de setembro.
- 1978 Reunião do Comitê Científico sobre a Pesquisa Antártica (SCAR), Chamonix, França, observador, Chefe de Delegação.
- 1978 Divisão da América Central e Setentrional, Chefe.
- 1979 Embaixada em Washington, Conselheiro.
- 1982 Ministro de Segunda Classe, merecimento, em 16 de junho.
- 1982 CAE - IRBr - "Aspectos Políticos, Jurídicos e Econômicos do Tratado da Antártica".
- 1983 Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro.

- 1989 Embaixada em Luanda, Embaixador.
- 1989 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.
- 1990 Medalha do Pacificador do Exército, Brasil.
- 1990 Ministro de Primeira Classe, merecimento, em 19 de dezembro.
- 1991 Embaixada em Tel-Aviv, Embaixador.
- 1991 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial.
- 1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Subsecretário-Geral.
- 1995 Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, Santiago, Chefe de Delegação.
- 1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Oficial.
- 1995 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Primeira Classe.
- 1995 Ordem da Palmeira, Suriname, Grã-Mestre.
- 1995 V Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, Lima, Chefe de Delegação.
- 1995 "Alto Funcionário" do Brasil e Coordenador das negociações de paz entre o Peru e o Ecuador, até 1998, Chefe de Delegação.
- 1996 Representante do Senhor Presidente da República nas cerimônias de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, Luanda, Chefe de Delegação.
- 1996 Ordem Nacional do Mérito, Paraguai, Grã-Cruz.
- 1996 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grã-Oficial.
- 1996 Ordem da Grã-Cruz, Itália, Cavaleiro.
- 1996 Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Grã-Cruz.
- 1996 Orden del Sol del Perú, Peru, Grã-Mestre.
- 1996 Orden del Libertador, Venezuela, Grã-Oficial.
- 1997 XVI Reunião Ordinária de Chanceleres do Grupo do Rio, Assunção, Chefe da Delegação.
- 1997 Ordem do Leão da Rosa Branca, Finlândia, Grã-Cruz.
- 1997 L'Ordre Nacional de la Légion d'Honneur, França, Grã-Mestre.
- 1997 Ordem Honorífica, Portugal, Grã-Cruz.
- 1998 Ordem de San Carlos, Colômbia, Comendador.
- 1998 Delegação do Brasil à XII Conferência de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, Chefe.
- 1999 Ordem do Mérito, Peru, Grã-Cruz.
- 1999 Ordre du Hendes Majestaet, Dinamarca, Grã-Cruz.
- 1999 1a. Conferência dos Estados Partes da Convenção de Ottawa para a Proibição das Minas Terrestres, Chefe da Delegação.
- 1999 Orden del Libertador San Martin, Argentina, Grã-Cruz.



- 2000 Coordenador-Geral da 1a Reunião de Presidentes da América do Sul, Chefe de Delegação.
- 2000 Ordem Nacional Pentru Merit, Romênia, Grã-Cruz.
- 2001 Embaixada em Tóquio, Embaixador.
- 2001 Aeronáutica, Brasil, Grande Oficial.
- 2003 Delegação do Brasil à XIII Conferência de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, Kuala Lumpur, Chefe.

*Claudia D'Angelo*  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

#### Said Musa – Primeiro-Ministro

- Said Musa nasceu em San Ignacio, em 19 de março de 1944.
- Estudou Direito em Manchester University, na Inglaterra.
- Trabalhou como Magistrado e Conselheiro da Coroa no Gabinete do Diretor do Ministério Público de Belize.
- Foi Presidente do Sindicato do Serviço Público.
- Em 1974 integrou o People's United Party (PUP), que lutava pela independência do país.
- Foi senador, entre 1974 e 1979.
- Foi Ministro da Educação e Esportes, de 1979 a 1984.
- Ainda no mesmo Governo, assumiu a pasta de Desenvolvimento Econômico.
- Atuou no processo de independência de Belize, em 1981, e foi figura chave na elaboração da Constituição do país.
- Como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, trabalhou pelo reconhecimento da independência do país junto à Guatemala e pelo ingresso de Belize na OEA.
- Em 1996, tornou-se líder do People's United Party.
- Ocupa o cargo de Primeiro-Ministro desde 1998, exercendo, cumulativamente, as funções de Ministro do Desenvolvimento Nacional e Serviços Públicos.

#### Godfrey Smith – Chanceler

- Formou-se em Direito e Legal Education na Universidade de West Indies.
- Frequentou a Fletcher School of Law and Diplomacy, em Boston.
- Exerceu a advocacia em Belize.
- Filiou-se ao People's United Party em 1997.
- Trabalhou como Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro de Belize, entre 1998 e 1999.
- Tornou-se Procurador-Geral em 1999, cargo que exerceu até janeiro de 2004.
- Exerce, além do cargo de Chanceler, o de Ministro da Defesa e Organização do Gerenciamento de Emergências Nacionais.

## MAPA GEOGRÁFICO



**Dados Básicos**

<b>NOME OFICIAL</b>	Belize
<b>CAPITAL</b>	Belmopan
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESTADO</b>	Monarquia Parlamentarista (Membro do Commonwealth)
<b>ÁREA</b>	22.965 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2003, est.)</b>	266.440 milhões
<b>COMPOSIÇÃO ÉTNICA</b>	afro-americanos 44%, "creoles" 30%, ameríndios 18% (maias 11%, garifunas 7%), europeus 4%, indianos 3,5%, outros 0,5%
<b>PRINCIPAIS CIDADES</b>	Belize City (53.915 hab.), Orange Walk (15.035 hab.), San Ignacio (11.375 hab.), Corozal (7.715 hab.), Dangriga (7.110 hab.), Belmopan (8.130 hab.)
<b>DATA NACIONAL</b>	21 de setembro (Independência, do Reino Unido)
<b>PIB (2003)</b>	US\$ 918 milhões
<b>PIB/capita (2003)</b>	US\$ 3.617,00
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	dólar de Belize
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Elizabeth II, Rainha da Inglaterra, representada pelo Governador-Geral Sir Colville Young
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-Ministro Said W. Musa
<b>CHANCELER</b>	Godfrey P. Smith
<b>EMBAIXADOR DO BRASIL</b>	Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro (residente na Cidade do México)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Nunzio Alfredo D'angieri (residente em Genebra)

### *Política Interna*

A vitória do "United Democracy Party" (UDP), em 1984, pôs fim a mais de vinte anos de domínio político do "People's United Party" (PUP), liderado por George Pierce. Desde então, essas duas forças políticas têm-se alternado no poder.

George Pierce, que presidia o PUP desde 1954, foi substituído em convenção partidária por Said Musa, em 1996. Nas eleições gerais de agosto de 1998, o PUP logrou esmagadora vitória, tendo Musa assumido então o cargo de Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro Said Musa ganhou um segundo mandato consecutivo nas últimas eleições de março de 2003. Na ocasião, o PUP obteve 22 das 29 cadeiras na Câmara de Representantes, ao passo que o UDP, partido de oposição atualmente liderado por Dean Barrow, conseguiu apenas 7 cadeiras. Em 5 de janeiro de 2004, Said Musa realizou mudanças tanto na estrutura institucional quanto na composição do Gabinete ministerial, com o objetivo de tornar "mais efetivo o gerenciamento dos assuntos do Governo". Alguns Ministérios foram fundidos e outros novos foram criados, com vários remanejamentos no primeiro escalão.

O Governo de Said Musa enfrenta dificuldades para levar adiante programa de estabilidade econômica, agravado pelo aumento do déficit da balança comercial, decorrente, principalmente, da queda dos preços internacionais dos produtos de exportação (açúcar e banana respondem por mais da metade da pauta). Dois novos setores econômicos, turismo e construção, desenvolvem-se rapidamente e poderão, no futuro, melhorar o quadro econômico de Belize.

### *Economia*

Em 2002, o crescimento real do PIB de Belize foi de 3,7%, dando continuidade à tendência declinante registrada em 2001 (4,6%) em relação a 2000, ano em que foi registrado o índice de 10,8%. O arrefecimento da economia é atribuído à contração em alguns sub-setores econômicos, como resultado de dois desastres naturais sucessivos (furacões), preços de exportação declinantes e o impacto de 11 de setembro sobre o turismo e outras atividades correlatas.

A atual base econômica de Belize foi estabelecida em meados do século passado, quando o foco da produção passou do extrativismo florestal para a agricultura de tipo plantation, voltada sobretudo para o cultivo de cítricos, banana e cana-de-açúcar. Belize possui economia pequena e aberta. Os principais setores são: a) agricultura; b) manufaturas, que inclui produtos agro-industriais, como açúcar e derivados de cítricos; e c) serviços, principalmente turismo. De 1997 a 2001, o turismo respondeu, em média por 20,2% do PIB. Agricultura, agro-indústria e turismo são as maiores fontes de divisas do país. Açúcar, cítricos e banana contribuem com pelo menos 60% das exportações. Pescados (camarão, principalmente) e pequenas manufaturas também têm presença na pauta de exportações. Parte significativa desses produtos é vendida sob acordos de preferências, o que garante preços significativamente mais elevados que os praticados no mercado internacional. A proximidade do mercado dos Estados Unidos e os laços históricos com o Reino Unido fazem desses dois países os maiores parceiros comerciais do país.



Belize apresenta dados positivos no tocante às baixas taxas de inflação e à continuidade do crescimento econômico. No ano de 2003, a economia belizenha cresceu à taxa de 5,5% e estimativas para 2004 apontam crescimento do PIB da ordem de 4%. Por outro lado, o déficit fiscal persiste elevado e o setor externo também enfrenta problemas, em especial o déficit em conta-corrente. Os choques externos e os prejuízos ocasionados por furacões, fenômeno meteorológico comum em Belize, são freqüentemente citados pelas autoridades belizenhas como fatores que têm onerado os cofres do Governo e contribuído para dificultar o processo de equilíbrio das contas públicas. Segundo informação do Ministério de Finanças e Interior de Belize, as dificuldades com o balanço de pagamentos no último ano foram influenciadas pelo aumento episódico nas importações de bens de capital para projetos de desenvolvimento.

O Relatório do FMI sobre Belize relativo a 2003 elogia a vitalidade do sistema bancário belizenho e indica que houve melhoras na transparência do sistema de taxas de câmbio. Uma avaliação recente da consultoria Standard & Poor's classificou Belize como B+ em termos de riscos para emprestadores estrangeiros. Quanto ao comércio exterior, Belize enfrenta as limitações inerentes a uma economia aberta e em desenvolvimento de um país de pequenas dimensões econômicas. Não obstante, de acordo com fontes governamentais, itens importantes da pauta de exportações belizenha, notadamente cítricos, bananas e camarões, teriam registrado bom desempenho recente, embora as cifras absolutas sejam sabidamente modestas.

A unidade monetária do país, o Dólar de Belize, está atrelada ao dólar americano, à taxa de 2 por um, desde maio de 1976.

#### INDICADORES ECONÔMICOS

	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Taxa de crescimento do PIB (%)</b>	4,2%	11,1%	5,1%	3,7%	4,3%
<b>Taxa de inflação (%)</b>	-1,2	0,6	1,1	2,2	2,5
<b>População (milhares)</b>	230	240	250	250	253,8
<b>Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)</b>	71,3	122,9	112,0	114,5	133,8
<b>Dívida Externa Pública (US\$ milhões)</b>	252,5	425,7	475,0	não disponível	não disponível

DIC - The Economist Intelligence Unit

Política Externa

Belize mantém relações diplomáticas com diversos países. Conta com Embaixadas residentes em Belize: Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Reino Unido, Taiwan e Venezuela. Belize é, atualmente, membro de organizações como a Commonwealth, as Nações Unidas, o Movimento dos Não-Alinhados, a Organização dos Estados Americanos, a Associação dos Estados do Caribe, a CARICOM, o FMI, o Bando Mundial e o BID. Também integra o Acordo de Cotonou, entre a União Européia e os países ACP.

Em termos de inserção internacional, o Governo belizenho procura projetar imagem positiva de Belize como "país-ponte" entre a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a América Central, região com a qual Belize busca crescentemente estreitar vínculos políticos e econômicos. No segundo semestre de 2003, Belize exerceu a Presidência do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) por um período de seis meses e também presidiu o grupo ("caucus") dos Embaixadores centro-americanos junto à OEA, em Washington.

Em 20-21 de abril de 2004, o Primeiro-Ministro de Belize, Said Musa, realizou visita oficial ao Chile, a convite do Presidente Ricardo Lagos, com quem entrevistou-se em Santiago. Como resultado da visita, foi adotado um programa de ação para estabelecer uma agenda conjunta de atração de investimentos, intercâmbio científico, educacional e cultural, assistência técnica em matéria de pesca e negociações comerciais, e promoção do turismo recíproco. Lagos foi convidado pelo Primeiro-Ministro Musa a visitar Belize em data oportuna. Musa proferiu ainda conferência na Universidade de Santiago sobre o papel dos pequenos Estados no mundo de hoje.

O Primeiro-Ministro Said Musa participou também da III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia (Guadalajara, 28 de maio de 2004), onde fez pronunciamento sobre questões de coesão social. Manteve, à margem do evento, encontro com o Presidente da Guatemala, Oscar Berger, a fim de dar continuidade às discussões bilaterais sobre o diferendo territorial entre os dois países, principal tema da política externa belizenha.

### **Contencioso Guatemala-Belize**

Em 1859, a Guatemala e a Grã-Bretanha assinaram o Tratado Aycinena-Wyke, que definiu as fronteiras que Belize defende hoje. O Tratado foi denunciado em 1884, por alegação guatemalteca de descumprimento de uma cláusula compensatória. Em 1945, a nova Constituição da Guatemala incorporou Belize ao território guatemalteco. Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou expressamente o não reconhecimento das fronteiras definidas com a Grã-Bretanha. Em 1992, a Guatemala adotou o "Ato sobre as Áreas Marítimas", que respeita os limites do mar territorial, os rios e a zona econômica exclusiva de Belize, definindo um mar territorial de 20 milhas. O Governo guatemalteco reivindica pouco mais da metade sul do território belizenho.

Em março de 2000, delegações dos dois países reuniram-se com o Secretário-Geral da OEA para definir uma agenda de negociações. Em novembro do mesmo ano, foi assinado um Confidence-Building Agreement, tendo as negociações prosseguido ao longo de 2001. Apesar da manutenção dos contatos diplomáticos formais, diversos incidentes têm ocorrido na região fronteira, com incursões do Exército de Belize para expulsar colonos guatemaltecos.



O contencioso foi submetido à arbitragem, com a nomeação dos conciliadores Paul Riechler e Sir Shridrath Ramphal, cuja proposta, apresentada na Assembléia da OEA em setembro de 2002, previa a manutenção das fronteiras atuais, implicando derrota da Guatemala no pleito, atenuada apenas por garantias de acesso ampliado ao Golfo de Honduras e extensão de seu mar territorial/Zona Econômica Exclusiva. Belize demonstrou satisfação com a proposta, enquanto a imprensa e outros setores guatemaltecos reagiram fortemente contra. A proposta, se aceita por ambos os governos, deveria ser submetida a referendo popular nos dois países.

Em fevereiro de 2003, os Chanceleres de Belize e Guatemala assinaram na sede da OEA o "Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e Medidas de Fomento da Confiança". No mesmo mês, com co-patrocínio brasileiro, o Conselho Permanente da OEA adotou a Resolução 836, que deu ao Secretário-Geral o mandato de continuar "prestando seu apoio aos dois Governos para alcançar uma solução justa, eqüitativa, honrosa e permanente" para o diferendo. Foi criado, por iniciativa do Secretário-Geral Adjunto da OEA, o Grupo de Amigos de Belize e Guatemala, com a finalidade de apoiar o processo de solução do diferendo territorial entre os dois países. Integram o Grupo: Brasil, Argentina, Canadá, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Espanha, Japão, Jamaica, México, Nicarágua, Reino Unido e Suécia. As funções do Grupo de Amigos são: a) assessorar o Secretário-Geral, a quem presta apoio político e operacional; b) dar assistência às Partes na realização dos referendos previstos nas propostas dos Conciliadores de setembro de 2002; e c) procurar prestar auxílio financeiro às atividades previstas, mediante contribuições voluntárias ao Fundo de Paz da OEA.

Em agosto de 2003, o Governo guatemalteco comunicou ao Secretário-Geral Adjunto da OEA sua recusa em aceitar as recomendações dos Conciliadores, por incluírem disposições que colidem com o ordenamento jurídico da Guatemala. O Governo guatemalteco assinalou que não há condições políticas e legais para submeter as medidas propostas a consulta popular e sugeriu a convocação pela OEA de reuniões bilaterais com o Governo de Belize. Caso não prosperasse a negociação bilateral, os dois Governos deveriam submeter o diferendo a procedimentos jurídicos ou a arbitragem. Na mesma oportunidade, o Governo guatemalteco reiterou à OEA seu compromisso de dar continuidade ao cumprimento das Medidas de Fomento de Confiança concertadas com o Governo de Belize.

Diante dessa reação, o Governo de Belize sondou vários países membros do Grupo de Amigos pleiteando gestões junto ao Governo da Guatemala para assinalar a importância de manter vivo o processo de conciliação e fazer ver às autoridades guatemaltecas que a opção de rejeitar as propostas dos Conciliadores não era construtiva. O Brasil não realizou as gestões solicitadas. O Governo belizenho avaliava, ainda, que com o Acordo de fevereiro de 2003 a Guatemala poderia obter melhores resultados para negociar a questão do que se optasse por um procedimento judicial ou arbitral. A hipótese de levar o diferendo à Corte Internacional de Justiça, opção que estaria sendo sugerida pela Guatemala, não é vista com simpatia por Belize, pois implicaria um processo "longo e custoso", sendo preferível um desfecho negociado, passo a passo, que resulte no final em solução satisfatória para ambos, evitando-se uma sentença de tribunal.

Assim, o Secretariado da OEA julgou mais adequado que, num primeiro momento, não sejam discutidos os problemas de fronteira, mas que todo esforço se concentre na implementação de medidas de fomento da confiança. O Grupo de Amigos se reuniu em outubro de 2003. Ao convocar a reunião, a OEA quis que a ocasião demonstrasse existir algum movimento no processo, o que seria reforçado por uma reunião Belize-Guatemala previamente à instalação do Grupo de Amigos. No encontro os representantes de Belize e Guatemala e o Secretário Geral da OEA revisaram as medidas de fomento da confiança e concluíram que a maioria dessas medidas está sendo implementada com sucesso. As Partes teriam acordado implementar, com apoio da Secretaria-Geral, as poucas medidas do acordo de fevereiro de 2003 que ainda não estão em vigor.

Em janeiro de 2004, o Primeiro-Ministro de Belize, Said Musa encontrou o novo Presidente guatemalteco, Oscar Berger, ocasião em que o Governo belizenho propôs que as medidas de construção de confiança, previstas para terminar em 6 de fevereiro de 2004, fossem estendidas por período adicional de 90 dias, durante o qual o novo Governo da Guatemala poderia familiarizar-se com o processo de conciliação promovido pela OEA.

O SG Adjunto da OEA visitou Guatemala e Belize em julho de 2004 com o objetivo de "tomar a temperatura" das partes e avaliar a disposição dos países em prosseguir o processo de solução de sua controvérsia territorial. O SGA teria identificado disposição das partes para dar novo enfoque ao processo sob a OEA.

#### Relações Bilaterais

Após a independência de Belize, em 1981, o Brasil apoiou o ingresso do novo país nas Nações Unidas. Em setembro daquele ano, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerrero, afirmou, durante a 36ª Assembléia Geral das Nações Unidas que "in the Latin American tradition of decolonization, I congratulate Belize upon its accession to independence", e desejou também um futuro de paz e prosperidade ao povo belizenho. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1º de março de 1983.

O Brasil tem procurado formas de estreitar seu relacionamento com Belize, que faz parte do conjunto de países caribenhos que constituem um mercado atraente, relativamente aberto e receptivo a produtos brasileiros. Tais considerações conduzem à tentativa de adoção de enfoque integrado para as atividades brasileiras na América Central e no Caribe. Nessa linha, o Brasil aderiu, em 1996, à Associação dos Estados Caribenhos (AEC), na qualidade de observador, e tem procurado intensificar o fluxo de visitas recíprocas.

Em abril de 2000, por ocasião da Cúpula de São José, na Costa Rica, foi realizada a primeira visita oficial de um Presidente brasileiro à região, em quase um século de relacionamento. Naquela ocasião, em encontro à margem da Cúpula, o Primeiro-Ministro belizenho, Said Musa, indicou que seu país, tradicionalmente voltado para o Caribe, busca aproximar-se da América Central e que, por constituir o único país anglófono do istmo, Belize poderia constituir-se em ponte entre as duas sub-regiões. Aduziu que seu país apóia com firmeza uma aproximação entre o Mercosul e os países do istmo.

O Governo de Belize vem demonstrando interesse em participar, como membro pleno, do sistema de Cúpulas Ibero-Americanas. Nesse sentido, solicitou, em algumas ocasiões, o apoio do Brasil. O Governo brasileiro vê com simpatia o pleito belizenho, mas concorda com decisão tomada por consenso na Reunião de Chanceleres ibero-americanos que antecedeu a Reunião de Cúpula realizada em Lima, em novembro de 2001, no sentido de instruir a Secretaria Pro Tempore peruana a agradecer ao Governo de Belize seu interesse em integrar o processo de Cúpulas Ibero-americanas, mas informá-lo de que não há, no momento, intenção de examinar alteração da composição da comunidade ibero-americana.

Assistência humanitária do Governo Brasileiro: o Brasil tem-se prontificado a atender às solicitações de ajuda humanitária dos países centro-americanos porventura atingidos por desastres naturais, comuns naquela área, tais como, furacões, terremotos, secas ou tempestades violentas. No caso de Belize, atingido em outubro de 2001 pelo furacão Iris, que provocou sérios danos na região sul do país, o Ministério da Saúde enviou doações de soro antitetânico e soro antidiftérico, itens solicitados pelo Governo belizenho à comunidade internacional para atendimento de emergência aos flagelados.

O Embaixador de Belize no Brasil, residente em Genebra, Sr. Nunzio Alfredo D'Angieri, apresentou suas Cartas Credenciais ao Senhor Presidente da República no dia 23 de maio de 2001. Em 2003, o Sr. José Airton Cavalcante Teixeira foi designado Cônsul Honorário de Belize em Fortaleza.



Por sua vez, o Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro apresentou ao Governador-Geral Sir Colville Young, em 2 de fevereiro de 2004, Cartas Credenciais como Embaixador não residente do Brasil naquele país. Em seu discurso naquela ocasião, o Embaixador Araujo Castro salientou que "Brazil is well aware of the potential of Belize and of its unique position at the crossroads between Central America and the Caribbean and recognizes the serious and ongoing efforts of its Government to accelerate development to the benefit of all Belizeans. Brazil sees Belize as one of the key actors in the Caribbean Community (CARICOM) and at the same time as a country that plays an important role in Central America as an active member of the Central American Integration System (SICA)".

O Governo brasileiro decidiu designar o Sr. Jaime Efrain Briceño como Cônsul Honorário do Brasil em Belize City. Atualmente é Diretor-Gerente da Centaur Communications Corporation, empresa do ramo de telecomunicações, e integra o "Board of Directors" do Banco Central de Belize. O Consulado Honorário, subordinado à Embaixada do Brasil no México, tem jurisdição sobre todo o território de Belize.

Em setembro de 2004, o Embaixador Araújo Castro voltou a visitar Belize para participar das comemorações do XXIII Aniversário da Independência daquele país. Na oportunidade, manteve encontros com o Primeiro-Ministro Said Musa, com o Vice Primeiro-Ministro e Ministro dos Recursos Naturais, John Briceño, e com o Chanceler Godfrey Smith.

Nas conversações reiterou-se a disposição do Brasil, como membro do Grupo de Amigos do Processo Belize-Guatemala, em colaborar para o bom encaminhamento do processo de conciliação promovido pela OEA. O PM Musa agradeceu e afirmou que conta com o apoio do Brasil para que os esforços da OEA cheguem a bom termo.

Foram debatidas as áreas potenciais para a ampliação da cooperação técnica bilateral, em especial agricultura (produção de cana-de-açúcar e seu aproveitamento energético) e programas de combate à AIDS. Embora já exista cooperação entre os dois países (oferecimento de vagas a estudantes belizenhos em cursos de formação e treinamento), o projetado Acordo sobre Cooperação Técnica Brasil-Belize dará a moldura jurídica apropriada para que novas áreas sejam exploradas em benefício mútuo, segundo as modalidades de cooperação praticadas pela Agência Brasileira de Cooperação.

No contexto da política de aproximação do Brasil com os países do Caribe e da América Central, o Primeiro-Ministro Said Musa deverá realizar visita oficial a Brasília no dia 7 de junho do corrente ano. Há a perspectiva de que, no âmbito da visita, sejam assinados Acordo sobre Cooperação Técnica, Acordo de Dispensa de Vistos para Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Acordo para prestação de cooperação técnica no campo do HIV/AIDS.

#### Comércio Bilateral

O comércio bilateral entre o Brasil e Belize, como demonstra o quadro abaixo, é ainda modesto, sendo a balança comercial francamente favorável ao lado brasileiro. Os principais produtos exportados pelo Brasil, no ano de 2004, foram ladrilhos - de cerâmica, vidrados e esmaltados - (23,38%), carne bovina processada (22,20%), laticínios (16,81%), e sementes de forrageiras (8,67%). Em contrapartida, no mesmo ano, 94,81% das exportações belizenhas para o Brasil corresponderam a esqualos congelados.

#### BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL ⇒	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações	1,98	3,13	3,28	2,74	1,75
Importações	0,26	0,16	0,52	0,27	0,31
Superávit/Déficit do Brasil	+1,72	+2,97	+2,76	+2,47	+1,43

Fonte: MDIC/SECEX

Aviso nº 521 – C. Civil

Brasília, 25 de maio de 2005

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Belize.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.)

#### MENSAGEM Nº 149, DE 2005

(Nº 328/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Gâmbia.

Os méritos da Embaixadora Kátia Godinho Gilaberte que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 168/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 27 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora

Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Gâmbia.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** da Ministra Kátia Godinho Gilaberte que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Ruy Nunes Pinto Nogueira.**

### **INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE**

#### **MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE KATIA GODINHO GILABERTE**

CPF.: 14996421134

ID.: 6535 MRE

- 1954 Filha de Sylvio Gilaberte e Terezinha Godinho Gilaberte nasceu em 3 de Novembro em Rio de Janeiro/RJ
- 1976 CPCD-IRBr
- 1977 Terceira Secretária em 17 de outubro.
- 1977 Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos.
- 1979 Segunda Secretária, por merecimento em 12 de dezembro.
- 1979 II Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, Montevidéu, Uruguai,(assessora).
- 1979 V e VI Reuniões Ordinárias do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1979 (assessora).
- 1980 V e VI Reuniões Ordinárias do Conselho Latino-Americano do SELA, Caraballeda, Venezuela, (delegada).
- 1982 I Reunião do Grupo dos "77" sobre Recursos Alimentares, Manila, Filipinas,(delegada).
- 1982 Reunião do Grupo dos "77" de Coordenação e "follow up" do Programa de Caracas, Manila, Filipinas, (delegada).
- 1982 Representante alterna do Ministério das Relações Exteriores no Comitê de Coordenação do "Codex Alimentarius", Brasília.
- 1982 Bacharel em Direito, AEUDF/Brasília.
- 1983 Tóquio, Segunda Secretária.
- 1986 Primeira Secretária, por merecimento em 17 de dezembro.
- 1986 Tóquio, Primeira Secretária.
- 1987 Bonn, Primeira Secretária.
- 1989 XVI Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, Bonn.
- 1990 Assessora do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.
- 1990 IX Reunião do Grupo de Trabalho Brasileiro-Francês de Cooperação Científica e Técnica, (membro).
- 1990 II Reunião da Subcomissão Especializada para Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-CEE,(chefe de delegação).

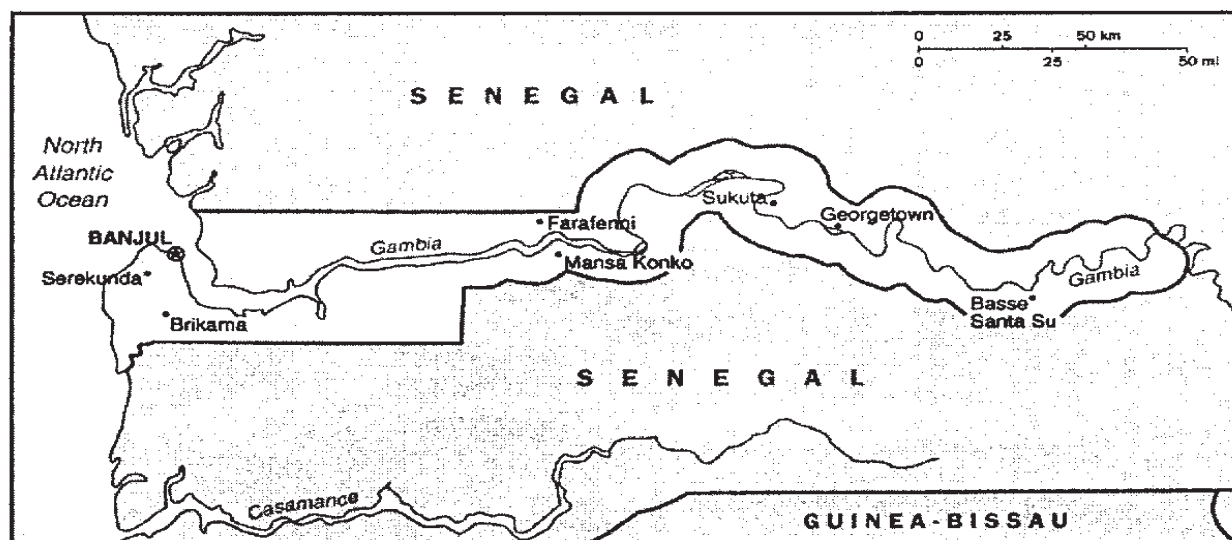
- 1991 Grupo Conjunto de Trabalho Ítalo-Brasileiro, Brasília, (membro).
- 1991 Chefe, substituta, da Divisão de Ciência e Tecnologia.
- 1991 I Comissão Mista Brasil-Coréia, Brasília, (delegada).
- 1991 II Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Israel de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Jerusalém.
- 1991 XX Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científico-Tecnológica.
- 1991 X Reunião do Grupo de Trabalho Franco-Brasileiro de Cooperação Científica e Técnica, Paris (membro).
- 1992 Chefe, substituta, da Divisão de Política Financeira.
- 1992 III Reunião da Subcomissão Especializada para Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-CEE, Brasília, (membro).
- 1992 Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores à Tunísia, (membro).
- 1992 Reuniões Ordinárias da Comissão sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, Subgrupo 4 do MERCOSUL, Montevideu, (chefe da delegação).
- 1992 Reuniões de Negociações com Delegação do Banco Central da Bolívia sobre Assuntos Relativos à Dívida Boliviana com o Brasil, La Paz, (subchefe da delegação).
- 1992 Conselheira, por merecimento em 18 de dezembro.
- 1993 Divisão de Política Financeira, Chefe
- 1995 CAE, IRBr - "Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos - Posição Brasileira: Evolução e Perspectivas".
- 1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Chefe de Gabinete
- 1996 La Paz, Conselheira, Missão Transitória
- 1997 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe
- 1997 Ministra de Segunda Classe, merecimento.
- 1999 Ministério Extraordinário de Projetos Especiais da Presidência da República, Assessora Especial do Ministro
- 1999 Ministério da Ciência e Tecnologia, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
- 2001 Moscou, Ministra-Conselheira
- 2003 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

  
**CLAUDIA D'ANGELO**  
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
SUBSECRETARIA GERAL DE POLÍTICA BILATERAL  
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA  
DIVISÃO DA ÁFRICA-I

INFORMAÇÃO BÁSICA

REPÚBLICA DA GÂMBIA



**I- INTRODUÇÃO**

A República da Gâmbia situa-se na África Ocidental, formando um enclave no território do Senegal. Com uma área de 11 mil km<sup>2</sup>, o país se estende por uma estreita faixa de terra ao longo do rio Gâmbia, sendo coberto por manguezais, savanas e florestas tropicais. A população é de 1.2 milhão de habitantes, com uma renda *per capita* de US\$ 320 (em 1998). A capital e principal cidade é Banjul, situada no litoral Atlântico. A economia baseia-se na agricultura de subsistência, fonte de emprego para 75% da população economicamente ativa. Desde meados dos anos 90, o país vem desenvolvendo o turismo, atraindo cerca de 100 mil visitantes europeus por ano para temporadas em suas praias.

A Gâmbia é uma República unitária, com um Presidente da República eleito por voto popular para mandato de 5 anos. O atual Chefe-de Estado é Yahyah Jammeh, no poder desde 1994, na sequência de golpe de Estado, eleito em setembro de 1996 e reeleito em 2001, com 53% dos votos. O poder legislativo é exercido por uma Assembléia Nacional unicameral, com 53 representantes. A Constituição, promulgada em 1996, estabeleceu um sistema de governo com executivo forte, instituiu uma Comissão eleitoral independente e incluiu capítulo sobre os direitos da mulher e da criança. O sistema legal baseia-se no código inglês e na Constituição de 1996. A data nacional é celebrada no dia da independência, 18 de fevereiro. O idioma oficial é o inglês.



## II- HISTÓRIA

A partir do século XVI, a Inglaterra passou a dominar a foz do rio Gâmbia, ponto estratégico para o comércio escravagista. Após 1833, com a abolição da escravidão em todo o Império britânico, o porto de Banjul transformou-se em importante base de apoio para a marinha inglesa, a partir de então engajada no combate ao tráfico ilegal de escravos na costa africana. No final do século XIX, a expansão militar francesa, a partir do Senegal e penetrando pela Mauritânia, Chade, Niger e Mali, estimulou a Inglaterra a ocupar todo o trecho navegável do rio Gâmbia, de modo a dificultar o acesso da potência rival às regiões mais remotas do seu “Império da África Ocidental”.

Durante o período colonial, a Inglaterra governou o território de forma benevolente, chegando a demonstrar uma certa “indiferença benigna” com relação à Gâmbia, cuja principal atividade econômica era o cultivo do amendoim. Em 1959, o Dr. Dawda Jawara, veterinário de profissão, fundou o “Partido Progressista Popular”- PPP e conduziu o país à independência, obtida em 1965. Em referendo realizado em 1970, o Monarca britânico deixou de ser o Chefe de Estado da Gâmbia, e Jawara foi nomeado Presidente da República.

Seu governo foi marcado pelos fortes vínculos com o Reino Unido e a *Commonwealth*. Em 1980, a criação do “Partido Socialista Revolucionário Gambiano”- GSRP, passou a ameaçar a estabilidade política do país. Em 1981, aquele partido apoiou um golpe militar contra o Presidente, que invocou um Acordo de Defesa Mútua com o Senegal para obter ajuda militar senegalesa.

Com o envio de 3000 soldados senegaleses, a ameaça golpista foi afastada. O Governo do Senegal passou então a pressionar a Gâmbia para que aceitasse idéia do Presidente senegalês, Diouf, no sentido de unificar ambos os países. Tendo em vista a permanência das tropas senegalesas na Gâmbia, o Presidente Jawara concordou, em 1982, com a criação da “Confederação da Senegâmbia”, assumindo a vice-presidência do novo Estado. Contudo, a intenção de Dakar de promover a unificação total não encontrou respaldo em Banjul e, em 1989, a confederação foi dissolvida.

## III- POLÍTICA INTERNA

Com a extinção da Senegâmbia, Jawara retornou à sua função de Presidente da República, sendo reeleito para o cargo em 1992, por ocasião das eleições presidenciais. No pleito parlamentar, o partido governista, PPP, obteve ampla maioria na Assembleia Nacional. As eleições fortaleceram as credenciais democráticas do país, então tido como modelo de democracia africana, o que lhe facilitou a obtenção de ajuda financeira internacional (média anual de US\$ 90 milhões entre 1992-94).

Contudo, a imensa maioria da população gambiana continuava imersa em absoluta miséria, contrastando cada vez mais com a pequena elite abastada do país. O Governo deixava de investir no setor agrícola e nos serviços públicos essenciais, elegendo o setor de turismo, em franca expansão, como foco privilegiado da política

econômica do país. Não obstante a relevância econômica desse setor, que chegou a gerar 60% das receitas externas do país, a população muçulmana ressentia-se cada vez mais do crescente influxo de turistas europeus, com seus costumes e trajes ocidentais tão contrastantes com a moral islâmica prevalecente na Gâmbia.

Em julho de 1994, um golpe militar liderado pelo Tenente Yahyah Jammeh derrubou o Presidente Jawara. O regime constitucional foi suspenso, instituindo-se um “Conselho Militar Provisório” integrado por 15 membros. Jammeh adotou uma postura populista com retórica anti-ocidental, pronunciando inflamados discursos em que denunciava a corrupção do regime anterior e afirmava o compromisso do novo governo com o estabelecimento de uma “verdadeira democracia”, baseada em valores islâmicos. Jammeh iniciou uma cruzada anti-corrupção, efetuando verdadeira “caçada aos marajás” locais, com investigações de contas bancárias e até mesmo confisco de propriedades. Apesar do alto grau de aprovação popular dessas medidas, setores descontentes do exército orquestraram algumas tentativas de golpe, todas frustradas pelo regime.

O fim da democracia no país levou à suspensão da ajuda financeira internacional, e praticamente acabou com a indústria do turismo. Registraram-se vários episódios em que soldados, além de confiscar propriedades da elite gambiana, também confiscavam dinheiro dos turistas europeus. Meses após o golpe, os principais doadores internacionais condicionaram a retomada dos fluxos financeiros à redemocratização do país, concedendo prazo de 1 ano para que fossem realizadas eleições livres.

Em final de 1994, foi criado um “Comitê Consultivo Nacional”, com o objetivo de preparar eleições presidenciais e parlamentares e elaborar novo projeto de Constituição. O presidente Jammeh, por sua vez, criou novo partido político, a “Aliança pelo Patriotismo, Reorientação e Construção”- APRC. Em setembro de 1996, após vários adiamentos, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória do Coronel Jammeh, em pleito considerado pouco transparente por observadores internacionais. Em janeiro de 1997, realizaram-se as eleições parlamentares, com vitória do partido governista, que conquistou 33 dos 49 assentos da Assembléia. A oposição ficou com 10 assentos, divididos entre o *United Democratic Party*- UDP (7), *People's Democratic Organization for Independence and Socialism*-PDOIS (1) e *National Reconciliation Party*-NRP (2). Em julho de 1997, o governo desbaratou outra tentativa de golpe por oficiais descontentes.

Não obstante a fachada democrática, a Gâmbia efetivamente vive sob um regime militar, pois a permanência do Coronel Jammeh no poder depende exclusivamente do apoio do exército. O governo é pouco tolerante com os movimentos de oposição política, proibindo o seu acesso aos meios de comunicação e intimidando políticos contrários ao regime. O líder do UDP, Ousainou Darboe, já esteve preso várias vezes. Em junho de 1999, dois jornalistas foram presos, depois de publicar artigo em que o presidente Jammeh era acusado de ser um dos líderes mais corruptos da África. Não obstante, o país vem gradualmente reconquistando a confiança dos doadores de ajuda financeira, bem como dos operadores de pacotes turísticos da Europa.

Em julho de 1999 o país foi assolado por violentas enchentes, com saldo de 30 mil desabrigados e sérios prejuízos para a agricultura. A relativa escassez da ajuda

internacional fez com que o presidente Jammeh lançasse violentos ataques verbais contra os países ocidentais, acusando-os de condicionar a ajuda financeira à observância de preceitos democráticos impostos pelos ex-colonizadores. Em janeiro de 2000, o governo anunciou ter frustrado uma tentativa de golpe por parte de oficiais da guarda presidencial.

Em abril de 2000, uma manifestação estudantil em Banjul foi violentamente reprimida pelas forças de segurança, deixando saldo de 14 mortos. O presidente Jammeh, que estava ausente do país participando da reunião do G-77 em Havana, tem anunciado com frequência a existência de um complô para derrubá-lo, razão pela qual a reação do governo teria sido tão forte.

Em eleições realizadas em 2001, o Presidente Jammeh foi reeleito.

#### **IV- POLÍTICA EXTERNA**

O principal eixo da política externa gambiana é o relacionamento com o Senegal. Após a dissolução da Confederação da Senegâmbia, em 1989, as relações bilaterais sofreram certo desgaste, sobretudo em função do comércio e imigração ilegais ao longo da fronteira entre os dois países. As relações permanecem frias, pois Dakar acusa a Gâmbia de apoiar grupos rebeldes da Casamance.

A Gâmbia mantém relações de cordialidade com a maioria dos vizinhos regionais, especialmente com a Líbia, país com o qual mantém estreitos laços de cooperação. Com relação ao conflito na Guiné Bissau, não obstante alegações de que Banjul estaria apoiando as forças do General Assumané, a posição oficial é de apoio ao governo de Vieira. As relações com os países desenvolvidos, fontes de ajuda financeira e de investimentos no setor turístico, são de modo geral boas, sobretudo com o Reino Unido e a França. Em anos recentes, a Gâmbia vem estabelecendo novas parcerias com Cuba, Irã, Egito e Taiwan, este último aparentemente disposto a trocar ajuda financeira por reconhecimento diplomático.

A Gâmbia faz parte da ONU, UA, CEDEAO e das principais agências multilaterais do sistema de Bretton Woods. Nos foros internacionais, o país tende a seguir o consenso da *Commonwealth*, organismo com o qual procura manter relacionamento privilegiado. Entre janeiro de 1998 e dezembro de 1999, a Gâmbia integrou o Conselho de Segurança da ONU.

#### **V- ECONOMIA**

Dispondo de poucos recursos naturais, a Gâmbia tem uma economia baseada na agricultura e na indústria do turismo. O setor agrícola emprega cerca de 75% da população economicamente ativa e representa 30% do PIB. O cultivo do amendoim e a pesca, principais atividades do setor, geram 20% das receitas de exportação do país. A indústria do turismo, baseada em *resorts* ao longo do litoral, chegou a representar, em 1994, 60% do PIB gambiano. O setor, duramente afetado pelo golpe militar, vem-se recuperando desde 1997, com a construção de dois novos hotéis e estimativa de um fluxo de 100 mil visitantes em 1998.

O Produto Interno Bruto (PIB) é da ordem de US\$ 450 milhões (1998), tendo registrado, naquele ano, taxa de crescimento anual de 4,8%. Em 1995 e 1996, o PIB sofreu contração de respectivamente 1.3 e 6.5 por cento. Segundo o governo, o fraco desempenho econômico nos anos subseqüentes ao golpe militar deveu-se à adoção de uma política fiscal prudente, bem como a vultosos gastos nos setores de transportes e hoteleiro.

A atividade industrial é rudimentar, centrada no processamento do amendoim e dos produtos da pesca e incluindo algumas poucas indústrias de plásticos, bebidas e alimentos. A economia é altamente dependente da ajuda financeira internacional, proveniente da Arábia Saudita, Reino Unido, Alemanha, Taiwan e organismos multilaterais. A Ajuda externa chegou a representar 30% do PIB gambiano (1991-92), declinando para uma média anual de US\$ 47 milhões a partir de 1995. A dívida externa do país é pouco expressiva, totalizando US\$ 425 milhões em 1998.

Após o golpe militar de 1994, as relações com o FMI e Banco Mundial foram seriamente abaladas, normalizando-se apenas em meados de 1998, com a assinatura de um acordo de ajuste estrutural (ESAF) com o FMI, no valor de US\$ 27 milhões. O acordo vigorará até 2001, impondo como condicionalidades uma maior rapidez no processo de privatização, aumento da receita tributária e corte de despesas. Até meados de 1999, o desempenho do Governo era bastante satisfatório, com redução do déficit orçamentário de 7,4 para 4% do PIB entre 1998-99. Por outro lado, o índice de inflação em 1999 atingiu 3%, alimentado pelo aumento de preços de gêneros alimentícios

O comércio internacional em ambos os sentidos atingiu, em 1998, a cifra de US\$ 336 milhões, com exportações de US\$ 132 milhões e importações de US\$ 201 milhões. A balança comercial apresenta déficit consistente, com importação em média 50 % superior à exportação. Cerca de metade das exportações gambianas (i.e, US\$ 50 milhões) consiste de produtos importados e re-exportados, principalmente para o Senegal, Mali, Mauritânia e Libéria. As exportações de amendoim, produtos da pesca e algodão respondem pelo restante da pauta. Excluindo o comércio ilegal com o Senegal, as exportações destinam-se principalmente para a Bélgica (75%) e Japão (4%). Pelo lado das importações, a Gâmbia importa bens de consumo, equipamento de transporte, máquinas, combustíveis e alimentos. Os principais fornecedores são a China (25%) e o Reino Unido (15%).

## **VI- RELACÕES COM O BRASIL**

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Gâmbia foram estabelecidas em 1965, sendo a representação brasileira cumulativa com a Embaixada em Dacar. A representação da Gâmbia junto ao Governo brasileiro é cumulativa com a Embaixada daquele país em Washington, DC.

### **VI-a) Visitas Bilaterais:**

O relacionamento bilateral é pouco expressivo, com poucos contatos entre autoridades dos dois países, registrando-se como ponto alto a visita do então Presidente Jawara ao Brasil, em 1992, para participar da ECO-92. Apenas recentemente, em agosto de 2003, visitou o País o Ministro dos Esportes da Gâmbia, Senhor Samba Faal, para sondar as possibilidades de cooperação com o Brasil nessa área. Está em exame pelo Ministério congênere brasileiro projeto de Acordo de Cooperação Desportiva entre os dois países.



Não há registro de visitas de autoridades brasileiras à Gâmbia. O Presidente da Gâmbia, nos últimos anos, tem repetidamente expressado seu desejo de visitar oficialmente o Brasil. **Vale ressaltar que está prevista a visita do Presidente da Gâmbia ao Brasil no dia 09 de agosto de 2005.**

**VI-b) Candidaturas:**

Nos últimos anos, registram-se solicitação gambiana de apoio brasileiro à candidatura do Doutor Ibrahim Malik Samba ao cargo de Diretor-geral da OMS (1997), e pedido brasileiro de apoio gambiano à candidatura do Brasil para a Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal, no âmbito do ECOSOC (maio de 1997).

**VI-c) Comissão Mista:**

Não há Comissão Mista Brasil-Gâmbia.

**VI-d) Cooperação Técnica:**

Nas poucas oportunidades de contato bilateral que se apresentam, tal como entrega de credenciais de embaixadores, as autoridades gambianas têm reiterado o interesse de intensificar o relacionamento com o Brasil, especificamente na área de cooperação técnica e educacional. No momento, não há registro de iniciativas em matéria de cooperação.

**VI-e) Dívida Externa:**

Não há registro de dívida gambiana para com o Brasil.

**VI-f) Intercâmbio Comercial:**

O intercâmbio comercial bilateral é modesto, com volume de trocas em ambos os sentidos de US\$ 7.3 milhões (1996), US\$ 10.8 milhões (1997), US\$ 14,5 milhões (1998) e US\$ 19,6 milhões (1999). As exportações brasileiras consistem principalmente de açúcar (70%), madeiras, papéis e ladrilhos. No período considerado, as importações brasileiras da Gâmbia foram de apenas US\$ 36 mil, relativos a cremes de origem vegetal.

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A GÂMBIA-X - US\$ MIL	1996	1997	1998	1999
Açúcar	5,298	7,848	10,067	14,305
Tintas	174	336	344	717

Produtos de madeira ( chapas, portas, compensados)	375	530	602	390
Carne de frango	26	182	558	612
Pimenta seca	390	372	895	857
Azulejos e ladrilhos	130	203	323	286
Produtos de confeitaria (balas, bonbons, biscoitos )	333	230	770	775
Cigarros e preparados do fumo	200	133	150	54
Arroz	0	0	0	945
SUBTOTAL	6,926	9,834	13,709	18,941
DEMAIS PRODUTOS	376	1,001	843	676
TOTAL EXPORTADO (X)	7,302	10,835	14,552	19,617
IMPORTAÇÕES PELO BRASIL DA GÂMBIA – M – US\$ MIL	1996	1997	1998	1999
Cremes de beleza, cremes nutritivos e loções	0	32	0	0
Aparelhos de medição	0	4	0	0
TOTAL IMPORTADO (M)	0	36	0	0
VOLUME DE COMÉRCIO ( X + M )	7,302	10,871	14,552	19,617
SALDO COMERCIAL ( X – M )	7,302	10,799	14,552	19,617

#### VI-g) Quadro Jurídico bilateral:

Não há acordos bilaterais entre os dois países.

#### VI-h) Tópicos de Interesse bilateral:

Em outubro de 1998, a Missão da Gâmbia junto às Nações Unidas manifestou à Delegação Brasileira o interesse do Presidente Jammeh de efetuar visita oficial ao Brasil, acordada recentemente e que deverá ocorrer em agosto de 2005.

Além de passar em revista assuntos da pauta política ( ente janeiro de 1998 e dezembro de 1999, Gâmbia ocupou assento no Conselho de Segurança da ONU, além de ter tido participação ativa na mediação do conflito na Guiné Bissau), a visita teria como objetivo o fortalecimento dos laços bilaterais e a exploração de possibilidades de cooperação nas áreas de comércio, turismo e educação.

### VII- DADOS BÁSICOS: GÂMBIA

#### A) REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA:

EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO AO GOVERNO DA GÂMBIA	CUMULATIVA COM DACAR, SENEGAL
EMBAIXADA DA GÂMBIA JUNTO AO GOVERNO BRASILEIRO	CUMULATIVA COM A EMBAIXADA DA GÂMBIA EM WASHINGTON.

#### B) PERFIL GEOGRÁFICO:

Área	11,300 Km2
Localização	África Ocidental, encravado no Senegal
Nome Oficial	República da Gâmbia ( <i>The Republic of the Gambia</i> )
Data Nacional	18 de fevereiro; Dia da Independência
Capital:	Banjul
Principais cidades/população em 1998	Banjul : 100,000

	Serrekunda : 80,000 Brikama: 50,000
<b>Terreno</b>	Planície aluvial ao longo do rio gâmbia, circundada por pequenas colinas;
<b>Clima</b>	Tropical úmido e quente (junho-novembro); estação seca, com temperaturas mais amenas entre nov-maio
<b>População do País (1998)</b>	1,200.000
<b>Taxa de crescimento populacional –1998</b>	3,9%

**C) PERFIL SOCIAL:**

<b>Grupos étnicos</b>	Mandinka (42%), Fula (18%), Wolof (16%)
<b>Língua Oficial</b>	Inglês
<b>Principais Religiões</b>	Muçulmana: 90% Católica: 9% Animista: 1%
<b>Expectativa de vida – 1998</b>	53 anos
<b>Taxa de alfabetização – 1998</b>	38%
<b>Taxa de mortalidade infantil- 1998</b>	78 / 1000
<b>Posição na tabela de Desenvolvimento Humano do PNUD (1999)</b>	163 (de 173).

**D) PERFIL ECONÔMICO:**

<b>PIB real, preços correntes-1998</b>	US\$ 450 milhões
<b>Crescimento real do PIB- 1998</b>	4,8 %
<b>PIB per capita – 1998</b>	US\$ 340
<b>Taxa de inflação anual – 1998</b>	1,2 %
<b>Dívida externa – 1998</b>	US\$ 450 milhões
<b>Taxa de câmbio- D / US\$ (média em 1999)</b>	10,2 (Dalasi)
<b>Produtos naturais</b>	Nenhum digno de nota
<b>Produtos agrícolas</b>	Amendoim, milho, mandioca
<b>Formação setorial do PIB- 1998</b>	Agricultura: 30 % Indústria: 15 % Serviços: 55 %
<b>Força de Trabalho – 1998</b>	Agricultura: 75 % Indústria: 9 % Serviços: 16 %
<b>Exportações- FOB- 1998</b>	US\$ 132 milhões
<b>Importações- CIF – 1998</b>	US\$ 201 milhões
<b>Principais parceiros comerciais</b>	Bélgica, China, Senegal, Reino Unido

**E) PERFIL POLÍTICO:**

<b>Tipo de Governo:</b>	República Unitária
<b>Poder Executivo:</b>	Presidente eleito por voto popular com direito a até dois mandatos consecutivos de 5 anos.
<b>Poder Legislativo:</b>	Parlamento unicameral- Assembléia nacional integrada por 49 deputados, dos quais 45 eleitos por voto popular e 4 nomeados pelo Presidente da República; mandato de 5 anos.
<b>Poder Judiciário:</b>	Baseado no sistema inglês e na constituição de 1996; instância máxima é a Corte Suprema.
<b>Principais Partidos Políticos</b>	Alliance for Patriotic Reorientation and Construction (APRC); United Democratic Party (UDP); People's Democratic Organisation for Independence and Socialism (PDOIS)
<b>Representação no Parlamento</b>	APRC (governista) - 33
<b>Total de 49 assentos</b>	UDP (oposição)- 7
<b>Resultados das eleições de 02/01/1997</b>	PDOIS (oposição)- 1 Outros 2
<b>Direito de Voto</b>	Sufrágio universal, aos 18 anos de idade.
<b>Constituição</b>	Em vigor desde agosto de 1996.

Aviso nº 530-C. Civil

Em 31 de maio de 2005

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor

Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de

Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Gâmbia.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

– Nº 150, de 2005 (nº 315/2005, na origem), de 25 de maio último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005.

– Nº 151, de 2005 (nº 316/2005, na origem), de 25 de maio último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005 (nº 955/2003, na Casa de origem), que inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria, sancionado e transformado na Lei nº 11.120, de 25 de maio de 2005; e

– Nº 152, de 2005 (nº 317/2005, na origem), de 25 de maio último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, sancionado e transformado na Lei nº 11.121, de 25 de maio de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão encaminhados à Câmara dos Deputados um

exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

A Mensagem nº 150, de 2005, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Os demais processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

- Ofício nº 20, de 2005-CN (Ofício nº 540/GP/2005, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e de acordo com o art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2005**

**Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à citação por edital.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 232 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil):

Art. 232. ....

III – a publicação do edital no prazo máximo de dez dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver, e divulgação na página oficial da rede mundial de computadores do Tribunal respectivo, pelo prazo a que se refere o inciso IV deste artigo, bem como a divulgação pelo rádio, sempre que na comarca houver emissora de radiodifusão;



IV – a determinação do prazo, pelo juiz, que variará entre dez e trinta dias, a contar da data da primeira publicação, findo o qual começará a correr o prazo para a resposta do réu; .....

(NR)

Art. 2º Fica revogado o § 2º do art. 231 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

### Justificação

A citação por éditos (avisos) tem por objetivo presumir que foi dada ciência ao réu sobre a propositura de ação contra a sua pessoa, e tem cabimento em situações excepcionais, só se legitimando quando o citando estiver em local ignorado, quando o lugar em que se encontra for inacessível, quando ele próprio não puder ser identificado pelo autor, ou, ainda, em determinados casos especificados na lei, como, por exemplo, na ação de anulação e substituição de títulos ao portador e na ação de inventário e partilha, neste último caso quando os interessados residirem fora da comarca em que se processe a ação (art. 231, I, II e III, do CPC).

Ocorre que os requisitos de publicação desses editais, estabelecidos no Código de Processo Civil, revelam-se demasiadamente severos no que concerne à dilação excessiva dos seus prazos, afetando o princípio constitucional de acesso à justiça, em razão das dificuldades proporcionadas ao autor, pela demora, à obtenção da prestação jurisdicional.

Com efeito, de maneira a melhor adequar o interesse do réu à garantia do contraditório e o do autor em obter uma célere resposta do Estado-juiz sobre a sua pretensão deduzida em juízo, estamos propondo razoáveis reduções de prazos, de quinze para dez dias, entre uma publicação e a subsequente, e de vinte e sessenta dias para dez e trinta, respectivamente, com relação ao prazo fixado pelo juiz, a contar da primeira publicação, para que a citação por edital se considere realizada.

Além disso, propomos, como reforço à garantia de que os proclamas públicos serão capazes de levar a propositura da demanda ao conhecimento geral, especialmente do réu, que o edital também seja divulgado na página oficial do Tribunal respectivo na internet, ao longo do prazo que medeia a primeira publicação no órgão oficial ou no jornal local e o último dia do prazo fixado pelo juiz para que a citação se considere realizada.

Outrossim, com o mesmo objetivo acima referido, estamos propondo que, sempre que na comarca houver emissora de rádio, o edital também seja divulgado por esse meio de comunicação, independente

da peculiaridade de ser inacessível o lugar em que se encontre o réu, razão pela qual também propomos a revogação do § 2º do art. 231 do CPC.

Certos de estarmos colaborando para o aprimoramento das normas processuais civis, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005 – Senador **Geraldo Mesquita Júnior.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

### Institui o Código de Processo Civil

Art. 231. Far-se-á a citação por edital:

I – quando desconhecido ou incerto o réu;

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar;

III – nos casos expressos em lei.

§ 2º No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.

Art. 232. São requisitos da citação por edital:

III – a publicação do edital, na sede do juízo, certificada pelo escrivão;

IV – a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, correndo da data da primeira publicação;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 593, DE 2005

**Solicita ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações sobre a população assistida no Estado do Acre, nos anos de 2003, 2004 e 2005, até o mês de abril.**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as seguintes informações:

1. Qual o montante da população assistida no Estado do Acre, discriminadamente por municípios, nos anos de 2003, 2004 e 2005, até o mês de abril, relativamente aos seguintes programas:

- a) Fome zero;
- b) Bolsa Família;
- c) Programa de Atenção à Pessoa Idosa – API;
- d) Programa de Atenção Integral à Família – PAIF
- e) Programa de Prestação Continuada – BPC
- f) Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência – PPD
- g) Programa de Combate à Exploração Sexual – Sentinela
- h) Atenção à Criança de zero a seis anos – PAC
- i) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; e
- j) Programa Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano.

2. Informar, em relação a cada um dos programas discriminados no item anterior, qual a porcentagem dos beneficiários, em relação ao universo da população em condições de ser beneficiada, por esses diferentes programas?

3. Quais os municípios eventualmente não atendidos por qualquer dos programas acima indicados, indicando-se qual a razão?

#### **Justificação**

O Estado do Acre possui alguns dos municípios brasileiros com o menor Índice de Desenvolvimento Humano, em razão de seu isolamento, em decorrência da falta de investimentos em infra-estrutura e pela carência de recursos aplicados na área social. Trata-se de uma das Unidades da Federação caracterizada pela maior fragilidade do País em matéria de segurança alimentar, uma vez que não é auto-suficiente na produção de alimentos, nem possui aproveitamento agro-industrial bastante para atender as necessidades de sua população. A maior parte do consumo de alimentos é proveniente de outras Unidades da Federação, em especial do Estado de Rondônia. A produção extrativista que já lhe permitiu ser um dos maiores produtores mundiais

de borracha natural, está hoje carente de incentivos mínimos para sua industrialização e, embora possua hoje um razoável plantel bovino, em grande parte composto de gado de corte, estimado em 3 milhões de cabeças, até o leite e seus derivados consumido por parte da população provém de importação. No entanto, o Estado já dispôs há cerca de 30 anos atrás, de uma indústria de laticínios, lamentavelmente desativada, sem que qualquer providência tenha sido tomada para substituí-la. O presente requerimento tem por objetivo dispor de elementos que nos permitam não só avaliar as condições dos programas assistenciais do Governo Federal, em curso, mas também propor medidas legislativas para a sua expansão.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. – **Geraldo Mesquita Júnior**, P-SOL/AC

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 594, DE 2005**

**Solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre os empréstimos concedidos pelo BNDES aos Governos Estaduais da Região Norte e a países estrangeiros.**

Nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o Artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as seguintes informações:

1. Qual a natureza, valor e finalidades dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social aos Governos Estaduais da Região Norte, durante os exercícios de 2004 e 2005, até esta data.

2. Quanto representou, no exercício financeiro de 2003, e quanto deve representar, estimativamente, no atual exercício, a proporção dos empréstimos deferidos aos Governos estaduais dessa região, em relação ao total desembolsado pelo Banco, aos Governos de todas as Unidades da Federação;

3. Qual o valor total dos empréstimos concedidos nos mesmos períodos indicados no item 1, para aplicação em investimentos e financiamentos destinados a países estrangeiros, e quanto a soma deles representou, em relação ao total já despendido ou a ser desembolsado pelo BNDES, nos contratos em vigor, nos mesmos períodos?

4. Juntar a íntegra da cópia dos contratos dos empréstimos concedidos os Governos estaduais da região, em cada um dos exercí-

cios financeiros de 2004 e 2005, até o corrente mês, especificando-se a data dos respectivos pedidos iniciais e de desembolso da primeira parcela.

### **Justificação**

O contingenciamento dos recursos de investimentos da União nos Estados, para a obtenção do superávit primário do Tesouro, tem afetado não só o desenvolvimento econômico e social das diferentes Unidades da Federação, mas sobretudo dos Estados da Região Norte, vítimas, entre agosto de 2003 e igual mês de 2004, da segunda maior devastação florestal dos últimos anos. As condições sociais ali vigentes, tal como no resto do Brasil, continuam dramáticas, segundo os dados do "Radar Social" do IPEA. A renda média do trabalho, entre 1996 e 2003, caiu nesse período de R\$754,00 para R\$639,00, enquanto o desemprego subiu de 6,2% da População Economicamente Ativa, para a média de 10% entre 1995 e 2003. Somos hoje, o 2º pior país em distribuição de renda, entre as 130 nações em que esse dado é apurado. Os devastadores padrões da política econômica e da política monetária têm que ser de alguma forma compensados pelos Estados, com empréstimos de médio e longo prazo, entre os quais os do BNDES são, hoje, os mais favoráveis para os tomadores. O presente requerimento visa, entre outras medidas a serem propostas, em razão das informações aqui solicitadas, a verificar em que medida a Região Norte tem se beneficiado dessa possibilidade, assunto que por dizer respeito ao equilíbrio federativo se inclui entre as finalidades institucionais do Senado Federal, onde está a representação federativa do país.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. \_ **Geraldo Mesquita Júnior**, P-SOL-AC.

*(À Mesa para decisão.)*

### **REQUERIMENTO Nº 595, de 2005**

#### **Solicita ao Ministério das Minas e Energia informações sobre o abastecimento de combustíveis no Estado do Acre.**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministério das Minas e Energia, as seguintes informações:

1. Quantas e quais as empresas registradas na Agência Nacional de Petróleo, estão autorizadas a distribuir e comercializar combustíveis nos Municípios do Vale do Juruá, no Estado do Acre?

2. Quantos fiscais possui a Agência Nacional de Petróleo naquela região?

3. Quantas inspeções foram realizadas pela ANP nos Municípios do Vale do Juruá nos anos de 2004 e 2005 até esta data, discriminadas mês a mês, com a indicação dos resultados de cada uma delas e a indicação das penalidades aplicadas, em razão de irregularidades eventualmente constatadas?

4. Quais os preços porventura autorizados pela ANP para a venda, pelos distribuidores autorizados, do gás de uso doméstico nos municípios da região e se a Agência tem conhecimento dos preços efetivamente praticados na venda por atacado e a varejo desse produto?

5. Se a ANP, tendo tomado conhecimento do periódico desabastecimento desse produto na região e dos preços de venda praticados, em diferentes meses do ano, inclusive em razão de requerimento de informações anterior encaminhado pela Mesa do Senado Federal, adotou alguma e quais providências para a regularizar o suprimento desse combustível de uso doméstico?

### **Justificação**

Há anos, vem a população do Vale do Juruá, no Estado do Acre, padecendo das precárias e deploráveis condições de abastecimento de combustíveis, notadamente do gás de uso doméstico, em razão do virtual oligopólio exercido pelas empresas autorizadas a operar na região, sem que a Agência Nacional de Petróleo seja capaz de adotar medidas efetivas e eficazes para regularizar o abastecimento adequado das necessidades locais. Os habitantes da região são vítimas de preços escorchantes praticados em decorrência da falta periódica do produto, submetidos que estão à inexistência de suprimento adequado, de precária distribuição e da inexistência de instalações adequadas de armazenamento, para manter estoque suficiente para atender às deficiências do transporte local. Em pedido de informações anterior, tais condições já foram levadas, sem sucesso, ao conhecimento do Ministério das Minas e Energia, sem que qualquer providência corretiva tenha sido adotada. O presente requerimento tem por fim fundamentar proposição que, para esse fim, pretendo propor no âmbito legislativo, com base nos esclarecimentos que venham a ser prestados por aquele Ministério e pela Agência Nacional do Petróleo, a ele jurisdicionada.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. – **Geraldo Mesquita Júnior**, P-SOL/AC.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 596, DE 2005**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS/262/2003, que “dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e a dignidade do trabalhador”, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. \_ Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

#### **REQUERIMENTO Nº 597, DE 2005**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 466/2003, que “altera o art. 74 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado”, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

#### **REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 452/2003, que “altera os arts. 16 e 77 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005 – Senadora **Ideli Salvatti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, desejo a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª está inscrito, nos termos do art. 14, inciso VI, do Regimento Interno e será atendido mediante intercalação com os oradores regularmente inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador, Senador Paulo Paim, por dez minutos, com cinco de prorrogação. A seguir, falará o Senador José Jorge por permuta com o Senador Marco Maciel.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, venho à tribuna, para falar de um fato que aconteceu em Porto Alegre, mas não posso deixar de comentar a matéria publicada pela **Folha de S.Paulo**.

Afirmo, Senador Tião Viana, olhando para V. Exª, com toda autoridade, que, nesse debate sobre a corrupção, tanto eu como V. Exª, bem como outros Senadores do Partido nunca fomos contra à instalação da CPI dos Correios – que fique muito clara a nossa posição. Li a matéria da **Folha**, Sr. Presidente, e nego-me a acreditar nos depoimentos dados.

Por isso, Senador José Jorge, conversávamos antes de vir à tribuna, na TV Senado, e eu dizia que não vejo problema nenhum na sua posição de querer convidar o Deputado Roberto Jefferson, para que esclareça efetivamente o que está acontecendo. O Presidente Lula, com certeza absoluta, não tem nada a temer com relação a esse tema e à CPI dos Correios, por isso essa posição que expresso da tribuna é muito consciente.

Senador Tião Viana, é claro que a Bancada vai reunir-se ao longo dia de hoje e tomará sua posição, mas eu não poderia, como primeiro orador inscrito, deixar de dizer que fiquei perplexo e que não consigo acreditar nos fatos mencionados. Continuo tendo plena confiança no Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Passo, agora, Sr. Presidente, a fazer meu pronunciamento sobre o fato ocorrido em Porto Alegre.

Venho à tribuna do Senado, para manifestar, com tristeza, a seqüência de acontecimentos ocorridos nos dias 2 e 3 de junho, no bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, capital do meu Estado natal. Uma família de



descendentes de escravos, moradora do Quilombo dos Silva, reconhecida pela Fundação Palmares e pelo Incra como verdadeira proprietária da terra, pois lá se encontra há quase 100 anos, sofreu humilhações com a tentativa de despejo baseada em uma ação de reintegração de posse.

A determinação só não atingiu seu objetivo, naquele momento, pela pronta ação de defesa realizada pelos moradores, pelos representantes do Movimento Negro do Rio Grande do Sul, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, pelos Deputados que estavam lá, entre eles, o Deputado Edson Portilho, pela Sr<sup>a</sup> Maria Bernadete Lopes da Silva, da Fundação Palmares, e pelos representantes do Incra, aliada ao bom-senso do Comando da Brigada Militar do nosso Estado e do oficial de justiça, que entenderam que se deveria dar um tempo maior, para que os fatos fossem esclarecidos.

Com certeza, o Governo Federal, o Governo Estadual e a Prefeitura de Porto Alegre dialogaram muito e encontraram formas de manter os descendentes dos quilombolas no primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, se a área em litígio não se tivesse transformado, ao longo do tempo, em área de alto valor comercial, cercada por condomínios de luxo, esses acontecimentos teriam tomado outro rumo.

Vivem, no local – uma zona nobre da capital –, 12 famílias, totalizando 60 pessoas, numa área de 4,4 mil metros quadrados.

No sábado, dia 4 de junho, o Presidente da Associação do Quilombo da família Silva, Lorivaldo Silva, recebeu do Incra – MDA, termo de reconhecimento de posse.

Tal documento confirma a avaliação do Governo Federal de que a área pertence aos descendentes de escravos. Segundo ele, o laudo antropológico garante a relação da hereditariedade com os escravos dos membros da família que vive na área.

Atitudes como essa reforçam a grande necessidade de se buscar rapidamente na Casa a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto – de nossa autoria –, que está em debate no Senado, na última Comissão, prevê, em seu capítulo V, a titularidade definitiva da terra dos remanescentes dos quilombolas.

Sr. Presidente, o racismo é uma dura realidade que se reflete em todos os segmentos da sociedade. O Estatuto é mais um marco na busca por mudanças nessa cultura equivocada e, naturalmente, mexe na consciência do povo brasileiro.

A nossa história, nossa verdadeira história, teve nos quilombos os mais importantes alicerces. Os quilombos existentes em todo o País – são mais de cinco

mil, Sr. Presidente – devem ser reconhecidos e não simplesmente dizimados e tratados como se não existissem, como querem alguns.

As grandes forças, econômicas e sociais, infelizmente formadas por uma elite, demonstram, a cada dia, que querem apropriar-se indevidamente da terra dos remanescentes dos quilombolas.

O Incra está questionando, de forma correta, a determinação judicial, por entender que se trata de um assunto de competência da Justiça Federal, e a decisão foi tomada no âmbito estadual.

O Governo Federal confirma que a área pertence aos descendentes de escravos, baseado no laudo antropológico que garante a relação com os escravos desde 1910.

Em 2003, a comunidade obteve da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, a certidão de reconhecimento como área de comunidade negra, com base no laudo antropológico.

Já apresentei um requerimento solicitando uma audiência pública na Casa, convidando o Incra, a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Justiça, enfim, todos os envolvidos no debate do Quilombo Silva. Entendo que o Quilombo Silva é um marco, porque é o primeiro quilombo urbano do Brasil e pode servir de referência para o debate nacional desta questão tão importante: a titularidade das terras dos quilombolas.

Esperamos que a posição do Incra seja consolidada e que se faça justiça, garantindo o direito das comunidades remanescentes de quilombos, que, na verdade, são remanescentes do grande Zumbi de Palmares.

Lembro, mais uma vez, que aprovar o Estatuto da Igualdade Racial é a melhor forma de evitar que conflitos como esse de que eu aqui falava se repitam em todo o País. A Família Silva, a Assembléia Legislativa, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado, a Comissão de Direitos Humanos, a Cepir, a Fundação Palmares e o Ministério de Justiça estão de parabéns, porque se movimentaram rapidamente em defesa dos descendentes dos quilombolas.

Sr. Presidente, neste tempo que me resta, eu não poderia deixar de falar sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, lembrado ontem em todo o mundo.

A vida renasce no dia cinco de junho em sua forma mais primitiva, mais plena, pedindo para ser celebrada, e é absolutamente merecedora de tanto. É exatamente isto que desejo fazer hoje: saudar a plenitude da vida e o Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente.

Esse dia convida a mente humana a viajar por um amplo espaço que não finda aqui. É uma viagem consciente por lugares que, muitas vezes, são conhecidos apenas por fotografias, pela televisão ou por rela-

tos de outros. É uma viagem pela beleza da natureza, que nos leva à Europa, à Ásia, às Américas, à África, enfim, ao mundo. É uma viagem pelo meio ambiente, que é de todos nós, para o bem de todos.

E é muito bom, Sr. Presidente, que tal viagem seja consciente, pois, para se perpetuar, precisa de cada um de nós, precisa de que todos nós defendamos o meio ambiente.

Ou será que não precisamos da consciência de todos para os malefícios que a destruição da camada de ozônio pode trazer ao planeta Terra? Entre os riscos que isso pode acarretar aos seres humanos, estão danos à visão, supressão do sistema imunológico e desenvolvimento do câncer de pele.

E quanto ao desmatamento? É um problema gravíssimo não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. Em países como a China, por exemplo, quase toda a cobertura vegetal foi explorada indevidamente. As florestas nos Estados Unidos e na Rússia também foram destruídas em grande parte.

O desmatamento, no Brasil, começou com a exploração da Mata Atlântica, mediante a venda do pau-brasil, e, depois, fez da Amazônia sua maior vítima. O desmatamento se espalhou pelo País com as frentes agrícolas, com o crescimento das cidades, com as queimadas e com os incêndios nas florestas.

Notícias veiculadas na imprensa dão conta, felizmente, Senador Tião Viana – e V. Ex<sup>a</sup> já falou da tribuna sobre isso –, de que a Polícia Federal, por meio da Operação Curupira, prendeu 78 integrantes de uma quadrilha responsável pela exploração ilegal de madeira em terras indígenas e em reservas ambientais da Amazônia. Esses depredadores são responsáveis pelo desmatamento de pelo menos 43 mil hectares de floresta nos últimos anos. Fiquei estarelecido diante dos números: 66 mil caminhões poderiam ser enchidos com a madeira extraída, o equivalente a R\$890 milhões.

Conforme consta do *site* do Ministério do Meio Ambiente, em cada hectare da Amazônia, desse gigantesco laboratório da natureza, são encontradas de 100 a 300 diferentes espécies de árvores.

Mas, infelizmente, estudos e tabelas constantes do *site* mostram também que muitos Municípios registraram grandes desmatamentos em 2004, acima de 300Km<sup>2</sup>. O desmatamento anual registrado na Amazônia é agressivo e precisa ser contido.

O Governo Federal criou, em julho de 2003, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial sobre desmatamento na Amazônia, com diretrizes que incluem valorização da floresta, priorização para o melhor uso das áreas desmatadas, ordenamento fundiário territorial, planejamento estratégico da infra-estrutura e ainda controle ambiental frente o monitoramento.

O Ministério do Meio Ambiente instituiu, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, um grupo de trabalho que se encarregará de elaborar proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas para promover uma redução significativa da taxa de perda da biodiversidade.

A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção é um instrumento de conservação da biodiversidade do Governo brasileiro. Nela são apontadas espécies que, de alguma forma, têm sua existência ameaçada. A lista constitui-se em elemento de referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

O Ministério do Meio Ambiente atua também no campo da gestão ambiental urbana, com o objetivo de articular a questão ambiental com os problemas econômicos e sociais do País e, paralelamente, prevenir e corrigir as causas da contaminação e degradação do meio urbano, onde vivem mais de 80% da população brasileira.

Questões como a gestão dos resíduos sólidos, sua destinação final, os problemas de contaminação do solo e da água por produtos químicos, tóxicos e perigosos, assim como aqueles relativos à população do ar atingem diretamente a todos nós. Todos nós somos, de uma forma ou de outra, contaminados.

É muito comum que a responsabilidade sobre todos os danos causados à natureza seja cobrada do Governo, do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. Eu não quero aqui eximir ninguém de suas responsabilidades, no entanto, temos de reconhecer, Senador Tião Viana, os esforços feitos pelo Governo Lula para reverter essa situação.

A Ministra Marina Silva sempre se dedicou e continua se dedicando às questões ambientais, e sei do zelo com que S. Ex<sup>a</sup> trata tudo o que diz respeito ao meio ambiente. A Ministra – que dedicou a sua vida, Senador Tião Viana, a essa causa – destacou que os esforços do Governo para o combate ao desflorestamento só não tiveram sucesso em dois Estados, Mato Grosso e Rondônia, mas é possível celebrar a redução do desmatamento em outros Estados. O Ministério precisa de parceria em âmbito nacional.

O nosso Brasil é rico em seu manancial de água, rico na diversidade de sua flora e fauna, rico em suas florestas exuberantes. É o país que conta com a maior área úmida do planeta, a extensa região do nosso Pantanal. O que diz nossa consciência? A nossa consciência nos encaminha, Sr. Presidente, a lutar neste sentido: em defesa da nossa natureza.

Nossa Floresta Amazônica abriga um quinto de toda a água doce do planeta e, por isso, somos responsáveis pela água do mundo.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que a violência no campo avança. A propósito, lembro o caso da Irmã Doroti, assassinada em fevereiro deste ano, que teve grande repercussão. A Pastoral da Terra divulgou lista com 148 nomes de pessoas ameaçadas de morte.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que considere lido, na íntegra, o meu discurso, no qual faço uma homenagem à Ministra Marina Silva e reproduzo grande parte de um discurso feito por nossa Ministra, ainda esta semana, em defesa do meio ambiente.

Termino dizendo, Sr. Presidente, que defender o meio ambiente é um compromisso de todos nós. Defender o meio ambiente é defender a vida no Brasil e no mundo.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a vida renasce no dia 05 de junho em sua forma mais primitiva, mais plena, pedindo para ser celebrada e absolutamente merecedora de tanto. E é exatamente isto que eu desejo fazer hoje, saudar a plenitude da vida, saudar o Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente.

Este dia convida a mente humana a viajar por um amplo espaço que não finda aqui ou acolá. É uma viagem consciente por lugares que muitas vezes são conhecidos apenas por fotografias, pela televisão, ou por relatos de outrem. É uma viagem que leva à Europa, à Ásia, às Américas, ao mundo. É uma viagem pelo meio ambiente, que é de todos nós e para o bem de todos.

E é muito bom, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que essa viagem seja consciente, pois para se perpetuar ela precisa de cada um e de todos.

Ou será que não precisamos da consciência de todos para os malefícios que a destruição da camada de ozônio pode trazer para o planeta Terra? Dos riscos para os seres humanos de danos à visão, à supressão do sistema imunológico e ao desenvolvimento do câncer de pele?

E quanto ao problema do desmatamento? Problema gravíssimo não somente no Brasil, mas também no mundo inteiro. Em países desenvolvidos como a China, por exemplo, quase toda a cobertura vegetal foi explorada. As florestas nos Estados Unidos e na Rússia também foram em grande parte destruídas.

Desmatamento que no Brasil começou com a exploração da Mata Atlântica mediante a venda do pau-brasil e que depois da Mata Atlântica fez da Amazônia sua nova vítima. Desmatamento que se espalha pelo

País com as frentes agrícolas, com o crescimento das cidades, com as queimadas e incêndios florestais.

Notícias veiculadas na imprensa dão conta de que a Polícia Federal, por meio da Operação Curupira, prendeu 78 integrantes de uma quadrilha responsável pela exploração ilegal de madeira em terras indígenas e reservas ambientais da Amazônia.

Esses depredadores são responsáveis pelo desmatamento de pelo menos 43 mil hectares de floresta nos últimos dois anos. Eu fiquei estarelecido diante dos números: 66 mil caminhões poderiam ser enchidos com a madeira extraída, o equivalente a R\$890 milhões.

Conforme consta do *site* do Ministério do Meio Ambiente, em cada hectare da Amazônia, desse gigantesco laboratório da natureza, são encontradas de 100 a 300 diferentes espécies de árvores.

Mas, infelizmente, estudos e tabelas constantes do *site* mostram também que muitos Municípios registraram grandes desmatamentos em 2004, acima de 300Km<sup>2</sup>. O desmatamento anual registrado na Amazônia é agressivo e precisa ser contido.

O Governo Federal criou em julho de 2003 o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial sobre desmatamento na Amazônia, com diretrizes que incluem a valorização da floresta, priorização para o melhor uso das áreas desmatadas, ordenamento fundiário e territorial, planejamento estratégico da infra-estrutura e monitoramento e controle ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente instituiu, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Grupo de Trabalho que se encarregará de elaborar a proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas para promover uma redução significativa da taxa de perda da biodiversidade.

A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção é um instrumento de conservação da biodiversidade do Governo brasileiro, em que são apontadas as espécies que, de alguma forma, estão ameaçadas quanto à sua existência. A lista constitui-se em elemento de referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

O Ministério do Meio Ambiente atua também no campo da gestão ambiental urbana, com o objetivo de articular a questão ambiental com os problemas econômicos e sociais do país e, paralelamente, prevenir e corrigir as causas da contaminação e degradação do meio urbano, onde vive mais de 80% da população brasileira.

Questões como a gestão dos resíduos sólidos, sua destinação final, os problemas de contaminação do solo e das águas por produtos químicos, tóxicos e perigosos assim como aqueles relativos à poluição do ar, atingem diretamente a todos nós.

É muito comum que a responsabilidade sobre todos os danos causados à natureza seja cobrada do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, e eu não quero aqui eximir ninguém de suas responsabilidades; no entanto temos de reconhecer os esforços feitos para reverter a situação.

A Ministra Marina Silva sempre se dedicou e continua se dedicando às questões ambientais e sei do zelo com que ela trata tudo que diz respeito ao meio ambiente.

Ela destacou que os esforços do Governo para combate ao desflorestamento não tiveram sucesso em dois Estados – Mato Grosso e Rondônia – e que, no entanto, é possível celebrar a redução do desmatamento nos outros Estados da Amazônia. O Ministério precisa da parceria dos Estados.

O nosso Brasil é rico em seu manancial de águas, rico na diversidade da sua flora e fauna, rico em suas florestas exuberantes. É o País que conta com a maior área úmida do planeta, a extensa região do Pantanal. O que diz nossa consciência sobre as nossas atitudes em relação a essas riquezas?

Será que nós cuidamos devidamente de não maltratar a natureza? Será que nós imprimimos de forma consciente e responsável cada gesto simples do dia-a-dia em relação à natureza?

Nossa Floresta Amazônica abriga um quinto de toda água doce do planeta. E onde fica a responsabilidade de cada um de nós naquilo que se refere ao uso irracional da água?

E pensar que todos nós estamos sempre falando de saúde, de vida saudável. A natureza está diretamente ligada à saúde. Será que nós temos a consciência disso? Da importância da reciclagem do lixo, por exemplo? Da importância de termos rios despoluídos, matas nativas preservadas. Tudo isso pelo bem da nossa saúde!

E não devemos esquecer da violência no campo. O caso da irmã Dorothy, assassinada em fevereiro deste ano teve grande repercussão, mas a Comissão Pastoral da Terra divulgou lista com 148 nomes de pessoas ameaçadas de morte.

Infelizmente, a ação de grileiros e o agronegócio tem acirrado os conflitos no campo. Pelo bem do nosso País e da nossa população temos de pensar para além das exportações, que certamente são de grande relevância para o País. Temos de nos preocupar também com o mercado interno, com a reforma agrária, com a concentração de terras nas mãos de alguns poucos.

A Ministra Marina Silva disse em discurso que proferiu recentemente, palavras que faço questão de ratificar: "...nesse país a vida se manifesta em diferen-

tes populações humanas, de humanidades e necessidades distintas. São povos indígenas, cujos modos de vida contribuíram e contribuem para o estágio atual de conservação e de conhecimento de nossa biodiversidade e demais recursos naturais.

São populações tradicionais tão variadas como os remanescentes dos quilombos, os ribeirinhos, os seringueiros, os geraizeiros, as quebradeiras de côco babaçu, os caiçaras e várias outras.

Essas populações foram e continuam sendo os verdadeiros guardiões dos nossos recursos naturais, sobretudo as florestas..."

Diante disso, Sr. Presidente, a Ministra ressalta a importância da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, cujo mandato é elaborar uma política nacional voltada para a garantia e dinamização dos meios de vida dessas populações.

Ela diz ainda que devemos estimular as ações de fomento para um novo modelo de economia, baseada no uso racional e sustentável dos recursos naturais e que, para isso, é fundamental que o projeto de lei de Gestão das Florestas Públicas, ora em tramitação no Congresso, seja urgentemente aprovado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, esse projeto, que objetiva regulamentar o uso e a conservação de florestas de domínio público, é de extrema relevância e merece toda nossa atenção.

A natureza é um presente e um privilégio. No Brasil o dia de hoje pode ser de sol aqui em Brasília, ou de chuva em São Paulo, de calor praiano em Fortaleza, de brisa do mar em Salvador, de calor úmido na Amazônia brasileira, de vento miniano nos pampas do meu Rio Grande e por aí vamos!

O dia pode ser muitos dias em um só nesta terra chamada Brasil! Brasil de natureza prodigiosa, que abriga campos, praias, cerrados, matas, sertões, caatingas e centros urbanos.

Sr. Presidente, a pergunta que eu deixo para cada um de nós brasileiros e brasileiras é a seguinte:

E nós, meu Brasil, como é que nós te abrigamos em nossa alma? De que forma nós retribuímos a exuberância dos presentes que tu nos confias? Que espaço tua natureza ocupa no nosso coração?

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Arthur Virgílio.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Mesa que estou encaminhando à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e, sobretudo, Fiscalização e Controle, requerimento de convite às seguintes pessoas públicas para prestarem esclarecimentos aos senadores daquela comissão e do Senado como um todo, tendo como ponto de partida entrevista publicada no jornal **Folha de S. Paulo** com o Deputado Federal Roberto Jefferson, que fez denúncias sobre o pagamento de propina mensal a parlamentares aliados do Governo em troca de apoio no Congresso Nacional.

Na verdade, pedi à Assessoria que visse todos os arrolados: o Ministro Antonio Palocci, da Fazenda; o Ministro José Dirceu, da Casa Civil; o Sr. Diluiu Soares, Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores; o Sr. Sílvio Pereira, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores; o Sr. José Genoíno, presidente do Partido dos Trabalhadores; o Sr. Lídio Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; o Sr. Maurício Marinho, ex-funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; o Sr. Luiz Eduardo de Lucena, diretor comercial do Instituto de Resseguros do Brasil; Sr. Antonio Osório, ex-diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Sr. Apolíneo Neto, atual presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; Sr. Roberto Salmeron, ex-Presidente da Eletronorte; Sr. Arlindo Molina, Consultor; Sr. Henrique Brandão, Presidente da Assure, Administração e Corretagem de Seguros Ltda; Sr. Edson Elias Bastos Jorge, empresário; Sr. Durval da Silva Monteiro, proprietário da sorveteria e pizzeria Mania.

Deixe por último – e o razoável seria que fosse diferente, Sr. Presidente –, o eminente Deputado Miro Teixeira, que teve o mérito de, em 24 de setembro de 2004, ter denunciado que o Planalto estaria pagando mesada a deputados. Temos aqui: “Miro denuncia propina ao Congresso”. Depois, no dia seguinte, 25 de setembro de 2004, temos a resposta da Câmara, da Corregedoria-Geral: “A Câmara vai apurar denúncias de mesada a deputados”. Eu soube que o jornalista Paulo de Tarso Lira estaria sendo processado pela Câmara dos Deputados em razão da conclusão das investigações feitas pelo então presidente da Casa, Deputado João Paulo.

Fiz uma redação padrão para todos, menos para o Deputado Miro Teixeira. No caso do Deputado, ressalto o mérito de ele ter denunciado o esquema à época.

Comunico ainda, Sr. Presidente, que o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, contratou advogados para processar o Ministro Ciro Gomes pelas alevisias assacadas contra S. Ex<sup>a</sup> re-

centemente. Eu, que estranhava aquela manobra diversionista, depois fiquei estarelecido. Aliás, esqueci o Ministro Ciro Gomes e o estou incluindo agora, oralmente. Vou já providenciar a sua inclusão.

O Ministro Ciro Gomes tinha sido, segundo o Sr. Roberto Jefferson, avisado por ele, Roberto Jefferson, do esquema de propinas e, tal como as demais autoridades, não teria lhe dado a menor satisfação, não teria dado a menor importância ao esquema, ou seja, ou faltou com a verdade o Sr. Roberto Jefferson ou prevaricaram diversas autoridades de peso neste País por omissão.

Vamos esclarecer isso, acredito eu, com o apoio da maioria. Nada daquela história de tira a maioria, pede verificação de quórum, retira da sala, nada disso. Está todo mundo sentado lá, todo mundo aceita os convites para vir, nada de se esconder diante do fato de ser convite para uns, embora possa uma CPI amanhã fazer virar convocação para todos. Comunico à Casa, portanto, o gesto e acrescento o Ministro Ciro Gomes, que eu havia esquecido. De qualquer forma, em boa hora me lembro de que ele será processado pelo Presidente Fernando Henrique pelo que acrescentou. Ele, agora, tem duas coisas a explicar: as denúncias de que teria prevaricado e, mais, quanto ao Presidente Fernando Henrique, ele vai se haver com ele nos tribunais, porque com o ex-Ministro Eduardo Jorge. Ele diz que não consegue encontrar o em uma audiência, pois S. Ex<sup>a</sup> sempre posterga; diz que não pode ser hoje para o Ministério dele; que S. Ex<sup>a</sup> está transpondo água no rio São Francisco o tempo todo; S. Ex<sup>a</sup> fica transpondo água, transpondo água, e vai acabar dando um dilúvio pior que o de Noé. Mas S. Ex<sup>a</sup> precisa se encontrar com o Eduardo Jorge e dizer que ele é corrupto como havia insinuado, enfim.

Sr. Presidente, há mais nomes: o do Deputado Pedro Henry; o do Deputado Roberto Jefferson eu já falei; o do Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB; o do Deputado Carlos Rodrigues; o do Deputado Valdemar Costa Neto; o do Deputado Iris Simões; o do Deputado José Janene, Líder do Partido Progressista; e do Deputado Pedro Corrêa, Presidente do Partido Progressista. Se houver alguma omissão, a assessoria corrigirá, porque a idéia é um convite a todos os que foram citados nessa entrevista impactante, momentosa, gravíssima, de responsabilidade do Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda os requerimentos de V. Ex<sup>a</sup> para adotar as medidas regimentais.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, por cinco minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não poderia deixar de usar a tribuna desta Casa diante de tantas denúncias de corrupção que estamos ouvindo no nosso País.

Sr. Presidente, há mais ou menos 15 dias, a Rede Globo denunciou a todo o País – e, naquele momento, o povo de Rondônia foi boicotado por uma decisão judicial, que o impediu de assistir àquele quadro terrível para todos nós – a gravação dos conchavos, das corrupções que acontecem naquele Estado, no caso registrado pela Assembléia Legislativa, com ampla negociata para que o Governo sempre tivesse a maioria nas votações daquela Casa.

Sr. Presidente, esses fatos são muito chocantes para todos nós. Não queremos aqui fazer nenhum tipo de romantismo com a política. V. Ex<sup>a</sup> que é médico, que cursou a Escola de Medicina, que praticou a Medicina assim como eu também, que tenho 27 anos de formado, não poderemos jamais, na nossa vida, esquecer da prática que tivemos no campo social e saber que, quando um de nós é eleito, com certeza absoluta, o povo nos elege pela confiança que deposita em nós. Assim, quando assistimos àquele quadro na TV Globo, onde não restou dúvida alguma sobre a corrupção que impera na Casa Legislativa daquele Estado, realmente ficamos todos decepcionados.

No meio daquela denúncia, houve uma referência do repórter dizendo que tinha recebido diversas declarações de que aquilo era o retrato de todo o País. Com certeza, não tenho dúvida alguma de que aquele quadro representa o retrato da maioria absoluta dos Estados do nosso País. Se formos avaliar o que significa um Deputado Estadual para o seu Estado, vamos ver que aquele Deputado é um cidadão que está representando o povo do seu Estado na Assembléia Legislativa e, com aquele salário, tem que sobreviver.

Contudo, quero esclarecer alguns fatos àqueles que nos estão assistindo: realmente, quando a imprensa divulga, por exemplo, que um Deputado Federal ou um Senador custam aos cofres do Estado mais de R\$100 mil reais por mês, isso é verdade. Esse é o preço que a democracia paga para que possamos exercer os nossos mandatos e, democraticamente, estarmos aqui dentro representando o povo. Mas, na realidade, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Parlamentar não recebe todo esse montante que a imprensa tenta insinuar seja o salário de Deputado e Senador. Temos um salário mensal que não aumenta; não recebemos por sessões extras, não recebemos por hora-extra,

nosso salário é fixo. Não temos, além disso, nenhum valor agregado ao nosso salário. Temos, sim, algumas vantagens como passagens e recursos para suprir as necessidades que temos no exercício do nosso mandato, porque não poderíamos, de forma alguma, distante do nosso Estado, mantermo-nos com o salário que recebemos. Se formos fazer uma comparação com o salário da maioria da população, o nosso salário é bom? É muito bom, mas deveríamos honrar esse salário cumprindo com nossas obrigações cívicas, e que o povo pudesse confiar que esse salário é muito bem pago e muito justo.

No entanto, na maioria dos Estados, há Deputados que externam uma riqueza maior que o salário que ganham. Aí pergunto: onde está o Ministério da Fazenda? Como aquele Deputado, ganhando R\$6 mil ou R\$7 mil por mês, consegue ter um patrimônio e uma despesa correspondentes a R\$50 mil ou R\$60 mil por mês, pagando cabo eleitoral, fazendo banquetes, proporcionando ruas de lazer, enfim, patrocinando várias coisas, se o seu salário não é suficiente para tudo isso?

Então, Sr. Presidente, o que quero dizer é que não podemos ser hipócritas. Somos Parlamentares? Somos. Tentam nos jogar a todos num balaio? Sim. Então, temos que nos defender. Os bons Parlamentares têm que cumprir a sua ação de Parlamentar e defender essa classe tão importante para o exercício da democracia brasileira.

Sabemos que o Governo Federal está fazendo a sua parte. Com relação à Polícia Federal, por exemplo, nunca vimos tantas ações efetivas, sem nenhum tipo de discriminação. A parte policial, a parte repressiva está sendo feita. Precisamos, agora, cumprir com a nossa parte dentro do Legislativo. Temos que apurar essas denúncias e fazer de tudo para excluirmos os que denodam a nossa instituição legislativa, para que o povo volte a acreditar no político. Realmente, é muito duro cumprir a sua obrigação com dignidade e ser jogado naquele mar de lama em que muitos já estão.

Sr. Presidente, quero, portanto, ao externar o meu ponto de vista, que o Governo Federal, o Executivo faça tudo para deixar que sejam apuradas essas denúncias e que não tente interferir no Legislativo, porque, tenho certeza absoluta, essa medida faria com que todos saíssemos daqui com a cabeça erguida. E que aqueles que merecerem recebam a punição devida para o bem da democracia brasileira.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero dizer que somos a favor da apuração dos fatos, principalmente da denúncia feita na entrevista concedida pelo Presidente do PTB, afirmando que há Deputados que recebem mesadas de R\$30 mil para votar a favor do

Governo. Isso tem de ser apurado rigorosamente, embora seja muito difícil de ser comprovado. Quem vai assinar documento de corrupção? Ninguém. Mas se pode apurar na vida particular do Parlamentar se há despesa maior do que sua receita mensal. Isso poderia ser investigado pelo Ministério da Fazenda

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso firme e transparente, no qual pede que todos sejam investigados, doa a quem doer. Se alguém faltou com a verdade, terá que responder. Há minutos, fui informado de que, na Câmara dos Deputados, um Deputado do Partido dos Trabalhadores já entrou com um pedido de investigação pela Comissão de Ética. Acho que é isso mesmo. Se a denúncia não for investigada, resta a dúvida: houve ou não comprometimento das pessoas citadas? Por isso, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que deixa muito claro que o caso dos Correios deve ser investigado. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Denúncia feita pela **Folha de S. Paulo** tem que ser investigada. Não pode continuar como está. O prejuízo é para todos os Parlamentares e para a própria democracia, se não formos a fundo nessas duas questões ora em debate no Parlamento. Cumprimento ainda V. Ex<sup>a</sup> em relação à questão do meio ambiente, quando, de forma indireta – V. Ex<sup>a</sup> não citou, mas sei que citaria –, tratou do trabalho da nossa Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, uma pessoa que dedicou sua vida ao meio ambiente.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Quando lembro Marina Silva, lembro-me também do nosso grande Chico, que morreu por essa causa, e de tantos outros que deram sua vida para nossas vidas e para a vida das gerações futuras. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Era este pronunciamento, firme e claro, que gostaria de ouvir: não defensivo, pois V. Ex<sup>a</sup> não está aí para defender Pedro ou Paulo, mas para exigir que, efetivamente, todos os fatos sejam averiguados, como digo sempre, doa a quem doer. Parabéns, Senador!

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Para encerrar meu pronunciamento, agradeço à imprensa brasileira, que faz seu papel de muita importância para o fortalecimento da democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por dez minutos e mais cinco minutos de prorrogação, e, a seguir, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim falar de uma pesquisa publicada ontem na **Folha de S. Paulo**, a qual tentarei analisar sob uma ótica diferente.

As pessoas analisaram a pesquisa em função da aprovação ou da desaprovação, de tendência de aprovação ou de desaprovação, do Governo do Presidente Lula. Vim analisá-la sob outra ótica. Vim analisá-la no sentido de observar o humor da população brasileira: quem está contente e quem está descontente nesses últimos dois anos e meio na República brasileira. Ao mesmo tempo, quero perguntar por que uns estão contentes e outros descontentes.

Sabemos que estão contentes aqueles que estão conseguindo aumentar de forma substancial as exportações. Portanto, os exportadores estão contentes. Estão contentes, sem dúvida alguma, os banqueiros no Brasil. Os donos do capital financeiro têm toda a razão para estarem contentes. Estão contentes os produtores de automóveis, não apenas porque aumentaram sua produção, mas porque aumentaram a fatia da produção que vai para o mercado internacional. É claro que estão contentes aqueles que defendem uma política externa independente do Presidente Lula. Estão contentes, também, os que têm conseguido aumentar a exportação de madeira neste País.

No entanto, é importante tentar analisar quem está descontente no Brasil de hoje. Estão descontentes, sem dúvida nenhuma, os servidores públicos civis. Estão descontentes os servidores públicos militares. Estão descontentes os professores. Estão descontentes os profissionais liberais. Estão descontentes todos aqueles que não se conformam com o noticiário sistemático sobre formas diferentes de corrupção, que nos surpreendem a cada dia, não apenas pela ousadia, mas pelo tipo diferente de fazer corrupção. Estão descontentes os militantes do Partido dos Trabalhadores. Senador Paulo Paim, esta é uma constatação que precisamos fazer: a militância do Partido dos Trabalhadores não está contente.

Um contingente da população está descontente sem saber, porque se satisfaz com migalhas, sem perceber que, a longo prazo, o destino deles não vai mudar. Por exemplo, é claro que estão descontentes, sem saber, os que recebem o Programa Bolsa Família. Eles não sabem que estão descontentes, porque, no presente, há um benefício para eles, mas, no longo prazo, nenhuma mudança virá de um programa de transferência de renda que não for vinculado a um programa educacional. Estão descontentes, sem saber, aqueles milhões de brasileiros que não foram alfabetizados nesse período.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, se o programa Brasil Alfabetizado, iniciado em 2003, tivesse continuado neste mês de julho completariamos dez milhões de brasileiros ou alfabetizados ou em processo de alfabetização. Esses não estão descontentes porque não sabem disso.

Mas o que mais interessa, Sr. Presidente, nessa conversa é a percepção de que trocaram os sinais entre contentes e descontentes, de acordo com que esperávamos do nosso Governo.

Esperávamos que estivessem contentes os professores, os servidores públicos, os servidores militares; que estivessem contentes as crianças na escola, que teria melhorado. Esperávamos que estivessem talvez até descontentes – melhor que continuassem contentes eles também – os banqueiros, que há tanto tempo têm uma participação tão alta na renda nacional. Esperávamos que estivessem descontentes, embora fosse melhor que eles também estivessem contentes, os produtores de bens de luxo no País. Mas eles estão contentes.

Houve uma troca de sinais no humor em relação à expectativa que tínhamos nesse período do nosso Governo. É claro que há aqueles que têm razão de estar contentes, pois analisam e percebem que o Governo Lula mantém a estabilidade monetária, que poderia ser um descontentamento muito mais trágico para todos nós.

Mas quero chamar a atenção, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para um grupo especial de descontentes, que, se continuarem descontentes por muito tempo, teremos a perda da esperança no Brasil. Os companheiros do Partido dos Trabalhadores e de outros Partidos da Base de Apoio na Esquerda, não a base de apoio – de que precisamos – de Direita, circunstancial base de apoio.

Falo daqueles que sonharam, que carregaram bandeiras, que acreditaram, que lutaram e que, de repente, sentem hoje uma frustração e um profundo descontentamento. É trágico perceber que os contentes são aqueles que esperávamos iam ficar descontentes e descontentes são aqueles que esperávamos seriam os contentes.

As últimas notícias – que eu acredito não são verdadeiras e que vamos provar isso – geraram uma crise profunda no humor e na crença das bases dos militantes do Partido dos Trabalhadores. E se isso não for apurado rapidamente, esse humor, esse sofrimento, essa angústia ficarão permanentes e estaremos jogando, eu não diria no desespero, mas na descrença, quase uma milhão de jovens, sobretudo, brasileiros, militantes do Partido dos Trabalhadores.

A minha preocupação como brasileiro, não apenas como militante do Partido dos Trabalhadores, é sobretudo com essa quantidade de jovens que carregaram bandeiras, que acreditaram e que, hoje, talvez não estejam ainda estão desacreditando, mas estão perplexos, estão incomodados, estão impacientes, estão cheios de dúvidas sobre se é ou não verdade tudo aquilo que estamos a assistir, de saber quem são os contentes e quem são os descontentes, de saber que entre os descontentamentos o maior de todos é a possibilidade de que haja corrupção no nosso Governo.

Por isso, é preciso um esforço muito grande de dentro para fora do Partido, do Governo para a sociedade, no sentido de esclarecer tudo isso. E não há outro caminho hoje a não ser por meio da CPI.

Sou daqueles que tecnicamente acredita que, por princípio, é preciso apurar, não importa quem; daqueles que tecnicamente acreditam que o órgão mais competente é a Polícia Federal; mas sou daqueles que acreditam que, do ponto de vista político, ou é a CPI ou a militância e o povo brasileiro não vão acreditar. E se perdermos essa crença, quantas décadas mais necessitaremos, não para reeleger um governo nosso, porque isso nós conseguimos, mas para reconstruir um Partido que tanto esforço custou para ser feito?

O que está em jogo, hoje, é muito mais, Senadores Paulo Octávio e Paulo Paim, do que uma crise circunstancial do Governo. É uma crise institucional do descrédito com o Congresso, que aparece para a opinião pública como sendo uma casa que recebe “mensalão” e que ninguém aqui pense que está livre da imagem de que faz parte desses. Nenhum de nós, na opinião pública brasileira, está excluído. E, ao mesmo tempo, o descrédito nesta Casa, que é a base da democracia, e o descrédito nos Partidos – e preocupo-me especialmente pelo meu, o Partido dos Trabalhadores, não por ser melhor do que os outros, mas porque representava uma esperança que, hoje, está ameaçada. E temo que não haja consciência plena nos dirigentes partidários do Partido dos Trabalhadores, hoje, para perceberem essa crise.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

#### **O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)**

– Acho que tão concentrados estão eles em abafar, como se diz, a CPI; tão convictos estão de que não há nada e que por isso não precisam todos acreditarem que não há nada, que estão deixando de lado a chance de salvar um dos grandes patrimônios do Brasil, que é o Partido dos Trabalhadores, o maior patrimônio político que este País tem, que é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Hoje, não se trata de salvar apenas o Governo Lula, trata-se de salvar o patrimônio que a democracia construiu nesses 20 anos, em torno do Presidente Lula, em torno de cada um de nós políticos deste País, em torno da crença da militância do Partido dos Trabalhadores.

Essa, Sr. Presidente, é a análise que fiz da pesquisa divulgada ontem pela **Folha de S. Paulo**, muito menos preocupado em quem é aprovado ou não e muito mais preocupado em quem acredita ou não, quem está contente e quem não está contente e essa surpresa de que os sinais se trocaram entre quem ficou contente e quem ficou descontente.

Era o eu que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Sem prejuízo dos oradores inscritos, enquanto S. Ex<sup>a</sup> retorna ao plenário, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para quem governa o Brasil pior não poderia ter sido esse começo de semana.

Esta é uma segunda-feira ingrata não apenas para o Presidente da República como também para os seus companheiros de Partido. Agora começa-se a entender o porquê daquela insistência em não se apurar denúncias e não se querer CPIs.

A história tem mostrado, e lamentavelmente ninguém se preocupa em guardar uma cartilha que anda por aí vagando pelo mundo, que se mostram os erros do passado que nós não devemos repetir.

Sr. Presidente, desde o primeiro momento se sabia que era inevitável uma apuração mais acurada dessa questão envolvendo essa tradicional e secular instituição brasileira que são os Correios e Telégrafos.

Diferentemente de qualquer órgão público no Brasil, os Correios penetram na casa de cada um de nós, trazendo correspondências, cobranças. O carteiro, funcionário símbolo daquela instituição, é presença marcante não apenas nas grandes capitais, com seu fardamento amarelo e, muitas vezes, enfrentando cachorro valente...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Em seguida, Senador.

Como também nas pequenas cidades do interior. Então, a capilaridade dessa denúncia não foi bem avaliada pelos pensadores de plantão e os que deci-

dem o que se pode e o que se deve fazer no Palácio do Planalto.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Gostaria, Sr. Senador Heráclito Fortes, de trazer para V. Ex<sup>a</sup> uma cópia da cartilha que a Liderança do PT na Câmara elaborou no sentido de evitar a CPI dos Correios. Ela diz o seguinte na capa: “CPI dos Correios é Palanque Eleitoral da Oposição”. Essa cartilha, na realidade, não desmente as denúncias feitas em relação aos Correios, mesmo porque é uma acusação gravada, em que o próprio Maurício Marinho recebe dinheiro na frente das câmeras, mas simplesmente faz uma série de acusações ao governo anterior, e a outros governos, e muitas dessas acusações são erradas, com informações erradas, etc. Imprimi da página do PT na Internet, porém, agora, estou temeroso de que eles a retirem de lá, para que outras pessoas não possam ter acesso à cartilha, como fizeram com aquela outra cartilha que o Governo publicou. Então, eu tirei um exemplar para mim e outro para V. Ex<sup>a</sup> e quero oferecê-lo logo que V. Ex<sup>a</sup> acabar o seu discurso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu gostaria de receber, inclusive, com a dedicatória de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, nós estamos colecionando uma série de publicações impossíveis desse Governo, como a politicamente correta, que mandaram tirar de circulação e tivemos que gastar nossos recursos para mandar reproduzir e distribuir entre pessoas interessadas no Febeapá que assola o Governo no momento.

E aquela das atividades profissionais, em que se faz apologia sobre a atividade da prostituta, chegando aos detalhes de se ensinar inclusive comportamento, voz, como se deve portar em uma esquina e daí por diante.

Sr. Presidente, essa questão dos Correios é simbólica. Ouvi aqui companheiros nossos dizerem: “Não, foram apenas R\$3 mil”, como se o valor alterasse o gesto! Digo isso baseado no que representa a própria Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Pagam-se R\$0,10, R\$0,30 ou até R\$1 por uma correspondência que atravessa o mundo e chega as suas mãos – uma correspondência que, às vezes, muda a sua vida.

De forma que o que se está discutindo não é o valor, mas a necessidade de aprovação. Até porque é necessário e é preciso, de uma vez por todas, tirar da zona de suspeição as pessoas que não estão envolvidas.

Penso que o próprio Presidente Lula merece um crédito de confiança da Nação brasileira. Contudo, é preciso que S. Ex<sup>a</sup> urgentemente tome providências

e dedetize as suas cercanias, livrando-se dos maus companheiros.

Amigos bons e amigos maus nós temos, mas governar só se deve fazer com os bons, porque senão vai ocorrer exatamente o que está ocorrendo no atual Governo.

E o que me deixa mais estarrecido é que esses fatos estão se repetindo na mesma cadência de uma crise que o Brasil viveu anos atrás – e que se esperava ficar livre dela para sempre: o episódio do Governo Collor. Subestimou-se a CPI: “Não estou nem preocupado com ela, olhe para a minha cara, eu tenho aquilo roxo”! Cada um, a seu modo, está demonstrando o mesmo tipo de comportamento, e os fatos estão acontecendo!

Desdenha-se, e o fogo em volta começa a abraçar o ambiente. Aceiro, quando não é bem cuidado, Senador José Jorge, sabe bem V. Ex<sup>a</sup> no que dá: uma fogueira de proporções incontrolláveis! É lamentável que isso aconteça num País que depositou toda a sua confiança, toda a sua perspectiva em um Presidente que saiu da camada mais baixa da sociedade e que prometeu, ao final de quatro anos de mandato, dar a todos os brasileiros três refeições por dia. Passado o tempo relativo a dois terços de governo, ele não conseguiu sequer ainda justificar aquilo que foi símbolo inicial da sua gestão, que é o Fome Zero.

A megalomania dos projetos é uma marca do Governo. No meu Estado, o Piauí, o Governador não foge da mesma linha: anunciou, há dois anos e meio, que um projeto da Vale do Rio Doce de exploração de níquel, na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, seria a redenção do Estado. E espalhou pelo Estado afora *outdoors* e propagandas caras dizendo: “O Piauí agora vale” e que, no ano de 2005, 20 mil empregos estariam assegurados. O ano 2005 já passou da metade, e a mina continua sendo uma reserva técnica da Vale do Rio Doce. No Estado do Pará, há minério igual sendo explorado a preço mais baixo. Portanto, infelizmente, aquela mina do Estado do Piauí é apenas uma reserva de mercado de uma empresa privada que o Governo quis usar por meio de uma mídia falsa, vendendo um clube de falsa felicidade aos piauienses, sempre cren-tes e carentes de boas notícias.

Sr. Presidente, o mais certo que o Governo faria em um momento como este era determinar imediatamente a instalação dessa CPI. Seria o melhor, até porque, já que a CPI possui um fato específico, determinado, ela chegaria ao seu término sem muita delonga. Mas o Governo está parecendo canoa de pobre atravessando o rio cheio, Senador Tião Viana. Aparece um furo aqui; o canoieiro tira a camisa, arranca um pedaço, tapa ali, vem com uma latinha e co-

meça a tirar água do seu bojo. Só que o volume, em determinado momento, começa a ser maior do que a capacidade de retirada de água. Aí o que se vê? Ele tem de começar a se desfazer de pertences, como os mantimentos. É evidente que está assegurado que ele vai chegar do outro lado do rio, mas todo despedaçado, quebrado, pela metade, cabisbaixo, cansado; e o objetivo, a esperança da travessia não se concretiza. Ele apenas escapa. Não é isso o que desejamos ao atual Governo.

Sr. Presidente, uma coisa me impressionou muito na sexta-feira e, por dever de justiça, quero terminar a história que comecei. Eu estava nesta tribuna e falei que o Governo a que V. Ex<sup>a</sup> pertence – e sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem que não concorda com os fatos que estão acontecendo, que é um crítico desse tipo de comportamento e, por isso, eu me sinto muito à vontade para dizer isso – mais parecia uma bicicleta de cigano! Comecei a contar a essa história. Hoje, os ciganos evoluíram, já devem usar motocicleta, mas falo da bicicleta da minha infância, que anteriormente era a burra; a burra dos ciganos, muito famosa.

Fui aparteado aqui e não concluí o meu raciocínio. Ao sair da tribuna, recebi um telefonema de uma senhora aposentada, moradora de Taubaté, que liga constantemente para cá criticando pronunciamentos. É uma figura simpática – eu não a conheço pessoalmente – e sempre faz críticas do que acontece aqui. Ela me disse: “Senador, V. Ex<sup>a</sup> não terminou de contar a história”. E repetiu exatamente aquilo que não concluí. Vou repetir agora, até em respeito a essa senhora, o que mostra o grande alcance da TV Senado.

O que é a bicicleta do cigano, Senador Paulo Octávio, com o que está parecendo o atual Governo? É uma bicicleta enfeitada. Tem um patinho na frente, é toda cheia de renda no aro e tem dois retrovisores. O cigano, por sua característica, é um narcisista. Gosta de olhar o dourado do dente, de apreciar a beleza, geralmente com óculos de grande porte, o *ray-ban*. Ele começa a se olhar e se esquece do que está na frente. Quando menos espera, se espedaça num obstáculo e sai todo quebrado.

A bicicleta de cigano, no momento, é o que melhor representa o atual Governo, olhando para o retrovisor, fazendo do ex-Presidente da República, segundo a Senadora Heloísa Helena, o seu objeto de desejo. Ainda não vi um dia aqui nesta tribuna em que o ex-Presidente Fernando Henrique não tenha sido citado quatro, cinco ou seis vezes. Para frente, o prometido, os objetivos do Governo não interessam. O que mais interessa aqui é olhar pelo retrovisor e esquecer-se das perspectivas do futuro. E aí está: a CPI dos Correios é o obstáculo diante do qual o Governo tropeçou e bateu.

Sairão desse episódio o Presidente da República e todo o Governo com galo na cabeça, feridos – felizmente, ainda não de morte –, mas a primeira providência a ser tomada é pegar o “diabo” desse espelho retrovisor e jogá-lo fora, porque não serve para nada.

O Governo deve ter visão do futuro, Senador José Jorge, deve-se preocupar com a palavra empenhada, para seguir Eclesiástico, que diz que o homem é senhor da palavra empenhada e escravo da palavra anunciada. Chegou o momento de o Governo cumprir aquilo que anunciou ao povo brasileiro e também aos seus aliados.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – A grande queixa dos aliados é a falta do cumprimento das promessas. Essa é uma conta que deve ser acertada entre eles e não conosco, os que fazemos oposição.

Senador Tião Viana, pelo rumo em que as coisas estão caminhando, depois da entrevista do Deputado Roberto Jefferson, se o Governo estiver pensando que vai levá-lo sozinho para o cadafalso está muito enganado. O Deputado Roberto Jefferson teve, pelo menos, a coragem de assumir seus erros, mas também mostrou que não está sozinho. Essa canoa, se virar no meio da correnteza ou se afundar, com certeza, levará muita gente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, por permuta com o Senador Marco Maciel, por dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: “Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT”.

Em entrevista exclusiva à **Folha de S.Paulo**, o Presidente do PTB, Roberto Jefferson, disse que, na base das dificuldades que o Governo enfrenta no Congresso, estão problemas como o chamado “mensalão”, um nome novo que entra na política brasileira. Trata-se de uma mesada de R\$30 mil que seria distribuída, desde o início de 2003, a congressistas do PP e do PL, pelo tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares.

De acordo com o Deputado Roberto Jefferson, a cúpula do PTB rejeitou a oferta do “mensalão” e, a partir de então, ele denunciou a prática a Ministros e Líderes do Governo.

No princípio de 2004, liguei para o Ministro Walfrido [o Ministro Mares Guia, do Turismo] e disse que precisava relatar algo grave. (...) E eu passei a viver uma brutal pressão.

Porque os deputados do meu partido sabiam que os deputados do PL e do PP recebiam. (...) Fui ao Ministro Zé Dirceu, ainda no início de 2004, e contei: “Está havendo essa história de ‘mensalão’. Alguns deputados do PTB estão me cobrando. E eu não vou pegar. Não tem jeito”. O Zé [o José Dirceu] deu um soco na mesa: “O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer”. Eu pensei: vai acabar. Mas continuou. (...) Lá para junho, eu fui ao Ciro Gomes. Falei: “Ciro, vai dar uma zebra neste governo. Tem um ‘mensalão’. Hoje eu sei que são R\$3 milhões, R\$1,5 milhões mensais para o PL e para o PP [R\$1,5 milhões para o PL e R\$1,5 milhões para o PP, num total de R\$3 milhões]. Isso vai explodir”. O Ciro falou: “Roberto, é muito dinheiro, eu não acredito nisso”.

Aí, fui ao ministro Miro Teixeira, das Comunicações. Levei comigo os deputados João Lyra (PTB – AL) e José Múcio. Falei: “Conte ao presidente Lula que está havendo o ‘mensalão’”. Nessa época o presidente não nos recebia. Falei isso ao Aldo Rebelo, que então era líder do governo na Câmara. (...) Disse ao ministro Palocci [até o Ministro Palocci está envolvido nesse problema]: “Tem isso e é uma bomba”. (...) No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, na presença do Ministro Walfrido, do Líder Arlindo Chinaglia, do Ministro Aldo Rebelo, do Ministro José Dirceu, eu disse ao presidente: “Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando ‘mensalão’ aos deputados”. “Que ‘mensalão’?”, perguntou o presidente. Aí eu expliquei ao presidente. (...) O presidente Lula chorou. Falou: “Não é possível isso”. E chorou. Eu falei: “É possível, sim, presidente”. Estava presente ainda o Gilberto Carvalho [chefe-de-gabinete do Presidente].

Não se pode dizer que esse tinha sido o único aviso que o Presidente Lula recebeu.

O Governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), disse que, há cerca de um ano, alertou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que estava havendo “mesada” a deputados no seu governo. Segundo Perillo, a conversa com Lula ocorreu dentro do carro oficial, quando o presidente foi a Goiás visitar a empresa Perdigão, que na ocasião comemorava a contratação do funcionário número 5.000. Eu alertei a ele (Lula): “Presidente, está havendo mesada

no seu governo”, relatou Perillo. (...) O alerta teria sido feito, segundo o governador, porque houve a tentativa de corromper dois deputados do PSDB de Goiás.

Disse Roberto Jefferson:

Toda a pressão que recebi neste governo, como presidente do PTB, por dinheiro, foi em função desse “mensalão”, que contaminou a base parlamentar. Tudo o que você está vendo aí nessa queda-de-braço é que o “mensalão” tem que passar para R\$50 mil, R\$60 mil. Essa paralisia resulta da maldição que é o “mensalão”. (...) Eu tenho 23 anos de mandato. Nunca antes ouvi dizer que houvesse repasse mensal para deputados federais por parte de membros do partido do governo.

Portanto, Sr. Presidente, na realidade, estamos diante da maior crise política do Governo do Presidente Lula, subproduto da crise dos Correios, cuja CPI, até agora, ainda não pode ser instalada.

Há essa declaração gravíssima do Deputado Roberto Jefferson, e, diga-se de passagem, não foi ele quem começou essa questão do Delúbio Soares, mas o próprio Ministro José Dirceu, o qual declarou, simplesmente, que qualquer CPI minimamente bem feita pegará o Delúbio e o Silvino. Agora, estamos vendo por que ele disse isso.

Posteriormente, o Deputado Roberto Jefferson, naquele momento em que foi visitado pelos Ministros Aldo Rebelo e José Dirceu, disse a seguinte frase: “Eu vou sentar nessa cadeira, mas, depois de mim, vai você [referindo-se ao José Dirceu], vai o Silvino e vai o Delúbio”. Portanto, o que o Deputado Roberto Jefferson disse não é novidade, mas uma afirmativa de quem estava participando diretamente de todo esse processo.

Hoje à tarde, o Deputado Miro Teixeira, que, na época, era Ministro das Comunicações, incitado pela mídia, declarou que, efetivamente, o Deputado Roberto Jefferson comunicou-lhe o fato. Na realidade, disse que não sabia se existia ou não o tal “mensalão”, mas que o Deputado Roberto Jefferson havia lhe comunicado o fato.

Na verdade, existe um escândalo em que estão envolvidos as Bancadas de dois ou três Partidos – PP, PL e PTB – e também o tesoureiro do PT, uma das figuras mais importantes daquele Partido: o Sr. Delúbio Soares.

Lembro-me, Senador Paulo Octávio, de que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tentei convocar o Sr. Delúbio Soares. Em menos de cinco minutos, as principais figuras do PT estavam presen-

tes para não deixar que fosse convocado. Agora ele está, como já era de se esperar, envolvido diretamente nessa questão.

Em terceiro lugar, estão envolvidos seis dos principais Ministros do Governo Lula. Por último, está envolvido o próprio Presidente Lula, que foi comunicado, não tomou providências e nem comunicou o fato à Nação.

São coisas de extrema gravidade. Nós, da Oposição, por conta da gravidade da situação, teremos o maior bom senso possível para tratar dessa questão como quem leva um copo de cristal, algo que não se pode quebrar.

Quando há uma acusação envolvendo um Parlamentar ou um Ministro, é mais fácil de se resolver, mas essa é uma acusação que chega até o Presidente da República, antes mesmo de começar a ser investigada.

Então, há algo a ser feito por nós, da Oposição. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encaminhei um requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – exatamente porque é a Comissão da cidadania, e esse é um fato que envolve a questão da cidadania em nosso País –, convidando o Deputado Roberto Jefferson para que venha à Comissão e faça, então, o seu depoimento para confirmar todas essas acusações.

De agora em diante, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, essa CPI não interessa apenas à Oposição. Ela interessa ao Governo, pois será na CPI que o Governo poderá se defender e, se for possível, esclarecer os fatos que estão aí apresentados.

Amanhã, haverá a famosa reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, que vai analisar o requerimento feito pelo Deputado João Leão e dizer se essa CPI é inconstitucional por não ter um fato determinado. Ora, o pedido para criação da Comissão tem um fato determinado, e ela é constitucional. Isso é um simples jogo da maioria contra a minoria.

Entretanto, se essa Comissão, por acaso, for rejeitada, como ficará o País? Como ficará a sociedade, sem que isso seja investigado? Dizer que a Polícia Federal pode investigar um fato como esse é querer tapar o sol com a peneira. A Polícia Federal investiga questões em que estão envolvidas pessoas de nível médio – digamos assim. Porém, quando estão envolvidos Ministros, Parlamentares e até o próprio Presidente da República, ultrapassa-se aquilo que a Polícia Federal pode fazer.

Hoje deveremos ouvir, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, em rede nacional de televisão, a respeito do uso



da Polícia Federal para investigar esses escândalos. Ora, o Ministro deveria desistir de fazê-lo. Falar em Polícia Federal agora, com essa dimensão que o escândalo tomou, é se expor! O Ministro deveria aproveitar a oportunidade para dizer que o Governo finalmente concordou com a CPI. Nós, da Oposição, estamos dispostos a conduzi-la com a maior responsabilidade, porque sabemos que agora tomou um vulto muito mais amplo do que no último final de semana, antes da entrevista do Deputado Roberto Jefferson.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Obrigado, Senador José Jorge. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. A Nação brasileira ouve estarecida as denúncias que V. Ex<sup>a</sup> formula da tribuna neste momento. Entendo que o Congresso Nacional não tem saída. Temos que efetivamente iniciar o trabalho da CPI, que já foi votada e já conta com o número necessário de assinaturas para que se esclareçam todos os assuntos que V. Ex<sup>a</sup> tão bem formula. Não temos mais tempo. A Nação exige hoje que comecemos os trabalhos a fim de darmos satisfação em relação a todas as denúncias proferidas por V. Ex<sup>a</sup> e outros oradores. Esta semana será realmente muito nervosa, porque certamente o Brasil todo estará acompanhando o andamento do Congresso Nacional.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que não estamos, em princípio, confirmando todas essas acusações, mas queremos que sejam esclarecidas. Para isso, só há um caminho: o da CPI já.

Com a maior responsabilidade, nós, da Oposição, iremos trabalhar nessa CPI, para que no fim fique provado quem é culpado e quem é inocente, e que os culpados sejam punidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra, sem prejuízo dos oradores inscritos, ao Senador Roberto Saturnino, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com até cinco de prorrogação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou antigo na vida política. São mais de 40 anos desde a primeira vez em que fui eleito Deputado Federal. Antes mesmo dessa participação direta, eu já participava indiretamente na medida em que acompanhava a vida política de meu pai, que foi Deputado Federal por três mandatos.

De forma que, Sr. Presidente, sou antigo e assisto, com misto de preocupação e de horror, a todo

o assédio da oposição a Getúlio Vargas, fabricando aquele escândalo do mar de lama, que acabou resultando no suicídio do Presidente e na subida ao poder daquela oposição. Só que, depois, na hora das apurações, não apareceu nenhum daqueles fatos graves. Não foi ninguém para a cadeia por corrupção. Enfim, ficou demonstrado, principalmente com a carta do Presidente, que aquele mar de lama todo era um simples jogo político para derrubar os projetos importantes de Getúlio Vargas para este País.

Depois, assisti também ao assédio sobre Juscelino Kubitschek. As denúncias de corrupção na construção de Brasília, na construção das estradas, que ligavam o nada a coisa nenhuma, todo aquele enorme escândalo que, afinal de contas, o próprio povo brasileiro, consagrando a figura de Juscelino, deixou de lado.

Posteriormente, assisti – aí, já participando diretamente, pois era, então, Deputado Federal – ao assédio sobre João Goulart, que, com a convocação das Forças Armadas, acabou resultando na deposição do Presidente. Só que, depois de instalado o Governo Militar e instaurados vários inquéritos, também não vi ninguém ir para a cadeia por corrupção, mas vi muitos irem por razões políticas: subversivos etc. Mas, corruptos na cadeia também não vi, enquanto a propaganda era de corrupção aliada à subversão.

Sr. Presidente, quando eu assisto hoje a esse mesmo assédio, proveniente das mesmas fontes e dos mesmos interesses, sobre a figura e o Governo do Presidente Lula, de natureza, repilo e não quero, enfim, dar conseqüências e alimentar esse debate.

Hoje, eu não iria falar sobre isso. Vim à tribuna – e pretendo fazê-lo – falar sobre um assunto importante, que é a questão do petróleo no mundo e no Brasil. Mas, diante dos fatos novos que aconteceram, essa denúncia nova do “mensalão”, ou seja, da compra de votos, eu me senti obrigado a também dizer alguma coisa sobre esse tema, reafirmando o que já disse, a respeito dos assédios a que assisti sobre outras figuras importantíssimas e que estavam realizando coisas decisivas para o povo e a Nação brasileira, e, agora, vendo isso se repetir. Acontece que essa denúncia do chamado “mensalão” atinge a nossa instituição, o Congresso Nacional. Então, acho que merece, sim, uma investigação. Penso que é o caso, neste acontecimento presente, embora a fonte denunciadora não mereça a minha confiança, mas tendo em vista a gravidade e o escopo da acusação que atinge o Congresso Nacional, de instaurarmos, sim, uma Comissão de Inquérito para apurar essa denúncia.

Agora, que não seja exclusiva desse período, porque eu já tinha ouvido rumores de pagamento a

Deputados para votar a favor disso e daquilo também no Governo passado. Então, é preciso que o período de investigação se estenda. Eu já tinha escutado também ofertas dessa natureza em relação a outros líderes políticos e que não pertencem ao Governo neste momento. Quer dizer, são acusações que rolam, como se diz, pelos corredores do Congresso já há algum tempo, que já deveriam ter sido apuradas. Penso que agora é o momento, sim, de apurá-las, mas se deve fazê-lo em relação a todo o período de rumores, que vem muito antes do início do Governo atual.

Como disse, Sr. Presidente, não quero participar desse jogo de ataque e defesa em torno de corrupção e mar de lama, porque, desde jovem, aprendi a repelir esse tipo de atuação política, que não visa aos interesses nacionais maiores, mas simplesmente à luta de poder, para desfazer um governo e tentar substituí-lo não pelo voto ou pelas idéias ou pelas propostas, mas pela acusação que, muitas vezes – como ficou comprovado nos casos anteriores –, não tem fundamento.

Aproveito o tempo que me resta, para dizer palavras muito breves sobre uma matéria publicada na **CartaCapital** da semana passada, que mostra o quadro de gravidade que gira em torno desta matéria-prima essencial que é o petróleo. Ela explica que as tensões e as crises que estão ocorrendo na Bolívia e na Venezuela não são fruto de nenhuma irracionalidade, radicalismo político ou infantilismo político, mas dizem respeito à exploração do petróleo, matéria-prima essencial cujo esgotamento já se prevê, com certa precisão, para pelo menos a metade do século presente.

Passo a ler rapidamente um trecho da matéria, intitulada “O Combustível da Revolta”:

Em 2004, o Centro de Pesquisa do Esgotamento do Petróleo, em Londres, analisou 68 grandes projetos de exploração a ser implantados de 2004 a 2010, com capacidade total de 12,5 milhões de barris/dia, mais do que a capacidade atual da Arábia Saudita. Concluiu que metade dessa nova produção apenas substitui o decréscimo de outros campos em vias de esgotamento.

Um crescimento de 1% ao ano na demanda mundial bastaria para absorver o resto. Se o crescimento da demanda for de 2%, o déficit em 2010 seria da ordem da atual produção do Kuwait. Esta segunda hipótese é a mais realista: o crescimento esperado do consumo mundial de petróleo é de 1,9% ao ano. Isso equivale aproximadamente à média do crescimento dos últimos seis anos, mas fica abaixo do crescimento de cerca de 2,5% ao ano visto de 2001 a 2004 [que tem muito

a ver com o crescimento explosivo da economia chinesa, na medida em que aquele país não produz o suficiente para a cobertura da sua demanda].

Em outras palavras, se o crescimento global for reduzido à metade – hipótese defensável, dados os desequilíbrios estruturais nas contas dos Estados Unidos –, a oferta continuará apertada nos próximos anos: o barril continuará na casa dos US\$40 a US\$50, com possíveis saltos a cada perturbação do fornecimento. Se continuar no ritmo dos últimos anos, o preço médio escalará patamares ainda mais altos e as altas conjunturais poderão ser ainda mais agudas.

Sr. Presidente, tenho feito pronunciamentos a respeito do cuidado e da cautela que o País deve ter no tocante à exploração do petróleo. O Brasil está muito bem situado nesse cenário de gravidade internacional, primeiro, pelo êxito fantástico da Petrobras, que conseguiu finalmente cumprir a meta da produção igual ao consumo, isto é, da auto-suficiência em petróleo; segundo, porque, com a aplicação, já há alguns anos, em pesquisas supervisionadas e incentivadas pelo Governo, conseguiu dominar a tecnologia de produção dos combustíveis renováveis de origem agrícola, principalmente o etanol e, agora, o *biodiesel*.

Isso dá ao Brasil um coeficiente de segurança que o faz estar muito longe das ameaças que pesam sobre as economias da Europa, dos Estados Unidos, da China. Daí os conflitos, que são previsíveis, no que diz respeito à competição pelo fornecimento de petróleo que advirá nos próximos anos.

Nosso País está à margem dessas situações conflituosas, desses perigos e ameaças que derivam da luta pelo petróleo; entretanto, não há por que desconsiderar hipóteses que podem acontecer em prazo mais longo. O Governo está fazendo planejamento a longo prazo em vários desses setores, por meio do Núcleo de Assuntos Estratégicos. Entre os temas tratados está, naturalmente, a questão do petróleo, da energia e dos combustíveis de modo geral. Há quem fale na transformação da Agência Nacional de Petróleo em Agência Nacional de Combustíveis. Há quem fale em transformar a Petrobras, que é uma empresa de produção de petróleo, em empresa de produção, distribuição e comercialização de combustíveis – o que, aliás, ela já está fazendo.

Dessa forma, o Brasil está muito a cavaleiro desse cenário ameaçador. Entretanto, deve preocupar-se, sim, com o longo prazo e tomar medidas cautelosas em relação à produção nacional de petróleo. Tenho defendido – e continuo defendendo – que não se abram

novas licitações para produção em novos campos de petróleo no Brasil, sem que esse planejamento de longo prazo, essa projeção da matriz energética do Brasil e do mundo seja estudada com cautela, para que não nos tornemos, precipitada e erradamente, quem sabe, exportadores de petróleo – já que a auto-suficiência está garantida –, num quadro em que a indefinição, as disputas e conflitos serão exacerbados pela redução da oferta diante do crescimento expressivo da demanda.

Penso que essa é uma posição cuidadosa que o Brasil deve ter, de preservar a sua produção para o cenário grave que se avizinha, que se mostra no horizonte. Volto a insistir nisso. Sei que o Governo está preocupado e fazendo planejamento estratégico a longo prazo, mas chamo a atenção da Casa para esse problema fundamental, decisivo para o destino nacional, para o destino do nosso povo, muito mais do que essas questões que têm sido objeto de debate aqui, referentes aos escândalos que se sucedem e que são, em grande parte, fabricados. Eu disse que assisti a isso em outras épocas e que não me apetece entrar nesse jogo, porque, historicamente, sei a origem dele.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio por dez minutos, com até cinco de prorrogação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.*

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno, com relação às transcrições que solicitou à Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, pela Liderança do PT, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

S. Exª dispõe de dez minutos com prorrogação de até cinco minutos.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, mais uma vez, pela Liderança, primeiro, para historiar um pouco tudo o que realizamos até aqui e, em segundo lugar, para falar dos tristes acontecimentos, dos tristes episódios das últimas semanas.

Ao longo de 2003 e 2004, tivemos a oportunidade de realizar muitas coisas não só no Governo, mas também aqui no Congresso. Por aqui passaram alguns projetos de extrema importância para o País e alguns ainda tramitam ou na Câmara ou no Senado; são projetos ousados, projetos importantes.

Quando falamos da Previdência, merece destaque a coragem com que o Presidente Lula encarou esse desafio, a despeito da PEC paralela que agora tramita aqui no Senado. Talvez a reforma da Previdência tivesse valia por um único artigo: contribuição definida, o que coloca definitivamente o País em um outro patamar, principalmente com relação às contas públicas.

A reforma tributária, Sr. Presidente, foi debatida à exaustão aqui no Senado Federal e, após discutirmos abertamente com o Governo, apresentamos para o País uma proposta que buscava, principalmente, a gradual redução da carga tributária, da unificação do ICMS, respeitando as especificidades regionais. É um projeto difícil? Com certeza, mas absolutamente necessário. E hoje medidas mais drásticas nesse sentido não podem ser assumidas até pela situação econômica e pelos compromissos do País.

Também discutimos e aprovamos aqui, com bom senso e com respeito, a Lei de Biossegurança, a reforma do Judiciário, a Lei de Falências, instrumentos necessários para garantir a competitividade do País, ou seja, para que o País possa competir com eficiência e fazer com que investimentos sejam viabilizados no Brasil, um país que precisa crescer.

No final do ano passado, aprovamos as Parcerias Público-Privadas, que, ao lado de investimentos diretos, ao lado da Lei de Concessões, trarão os investimentos e os recursos que o Brasil precisa para garantir a sua infra-estrutura. Reformamos o setor elétrico, aperfeiçoando o texto.

Hoje, Sr. Presidente, participei no meu Estado de um evento do Sebrae, repetido em todos os Estados da Federação: o lançamento da Frente Empresarial pela aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Isso nos remete ao microcrédito, exaustivamente discutido aqui no Senado, a juros de 2%, que usaria o depósito compulsório dos bancos para a criação de instrumentos necessários para alavancar os micros e

pequenos empresários, que, hoje, representam 20% do PIB e são os responsáveis pela contratação de 60% da mão-de-obra empregada. Esse projeto vai resgatar a informalidade, que representa 99% das empresas brasileiras.

Sr. Presidente, quantas coisas foram feitas em relação a nossa economia, à amortização da nossa dívida, esse fantasma que persegue e corrói o Brasil. Conseguimos diminuir as nossas dívidas sem vender nenhum ativo ou empresa. Adotamos uma política dura de juros, mas, acredito, que chegamos ao limite, daí não podemos passar mais.

Mas é importante lembrar, Sr Presidente, que já convivemos, há alguns anos, com políticas econômicas cujas taxas de juros eram de 39%. E todos lembramos da paridade do câmbio, quando a cotação era de um para um, e a catástrofe que foi aquele janeiro, ocasião em que tivemos um rombo em nossas contas de R\$40 bilhões.

Esse é o Brasil que conseguimos e para o qual demos continuidade, até porque muitas coisas corretas foram feitas anteriormente também. Temos de ter uma visão justa, equilibrada e serena dos fatos.

Sr. Presidente, depois de todos esses esforços, no final do ano passado, já sentíamos alguns sinais de que as coisas não iam bem.

Ouçó o Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio Amaral, antes que V. Ex<sup>a</sup> entre em um novo capítulo de seu discurso, gostaria de lembrar que o nosso Governo estancou aquele processo de venda do patrimônio a preços que levantaram muitas dúvidas até sobre a correção do processo. Além de estancar a privatização, a desnacionalização de toda a nossa indústria, reverteu o processo da atuação das empresas estatais de cunho desenvolvimentista. A Petrobras passou a agir tendo como objetivo o fortalecimento da indústria brasileira de equipamentos e encomendou as suas plataformas na indústria nacional, nos estaleiros nacionais, que estavam completamente desativados em decorrência exatamente do espírito e da política de desnacionalização que imperava no passado. O BNDES passou também a financiar a empresa nacional preferentemente e impossibilitou, com uma operação de compra de ações da Vale do Rio Doce, que essa nossa grande empresa fosse também desnacionalizada. Enfim, as nossas agências desenvolvimentistas voltaram a operar sob o aspecto exatamente do desenvolvimento nacional – isso é muito importante –, ao lado desse avanço, a que V. Ex<sup>a</sup> já se referiu, na formação e na ampliação do mercado interno por meio da microfinança, do microcrédito, do microcrédito produtivo, da agricultura familiar, do *biodiesel* e de tudo o

mais. Portanto, há um processo de reversão daquele modelo que era internacionalista, que era – para usar a expressão clássica – sumamente entreguista, para um processo de construção, reconstrução e revitalização da economia brasileira. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, que recupera todos esses aspectos positivos do nosso Governo.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Sr. Senador Delcídio Amaral, gostaria apenas de fazer uma observação.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Pois não.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Como V. Ex<sup>a</sup> foi diretor da Petrobras no Governo Fernando Henrique, talvez possa explicar por que a empresa não comprava as plataformas no Brasil e agora as compra. V. Ex<sup>a</sup> conhece melhor do que eu – e acredito que todos da Casa – esse problema.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Certo, meu caro Senador José Jorge.

Concedo um aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Nosso Líder de Bancada, Senador Delcídio Amaral, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um relato breve, porque o tempo urge, do que o nosso Governo tem feito. Eu gostaria de contar rapidamente um fato, porque infelizmente o tempo urge mesmo, da Operação Curupira, que ocorreu no final da semana passada, no meu Estado de Mato Grosso. O que é isso? É o símbolo da competência, da determinação do nosso Governo, da Ministra Marina Silva e do Presidente Lula. Realmente foi a mais bela e uso a palavra “bela” mesmo operação para investigar corrupção no meu Estado, tanto no Ibama, quanto na Fema. O Ibama é o órgão federal, e a Fema é uma Secretaria estadual. Ambos cuidam da questão do meio ambiente. E ali ficou demonstrado, meu Líder, por que essa denúncia foi feita há mais de um ano. A Ministra Marina Silva, na minha frente, juntamente com os Procuradores federais e estaduais do meu Estado, de forma indignada e determinada, falou: “Vou junto ao Presidente Lula determinar profundas investigações”. E S. Ex<sup>a</sup> fez isso. Foi realizado um trabalho extremamente competente pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. E temos de elogiar este bravo juiz de Mato Grosso, Sebastião Julier, que determinou a prisão de 90 pessoas, ferindo a quem quer que fosse, independentemente do Partido a que pertencesse. Fica registrado o meu elogio à Ministra Marina Silva e ao Presidente Lula, porque sabiam que iriam pegar, no Ibama, membros do Partido dos Trabalhadores. Mas doa a quem doer, corte-se na carne, a corrupção tem de ser estirpada deste País! E isso só acontecerá com



o Partido dos Trabalhadores na Presidência da República! É o que se está se vendo. Mas existem aquelas aves agourentas, que estão por aí afirmando que a corrupção se dá no Governo do PT. A corrupção é muito antiga. No Ibama, desde o início da década de 90, já estava implantada a corrupção que veio à tona agora e que a Polícia Federal nos conta. Tem de ficar gravado nos Anais do Senado da República que é este Governo que vai extirpar a corrupção deste País, de ponta a ponta, em todos os órgãos onde estiver minado! Esse cancro infame vai ser banido, porque só assim vai se restabelecer para valer a democracia e o povo brasileiro poderá ser feliz!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

Ouçõ o meu caro Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Delcídio Amaral, há poucos minutos, fiz um pronunciamento no qual falei exatamente o que a Senadora Serys Slhessarenko acaba de dizer. O governante tem de ter amigos bons e ruins, mas só pode governar com os bons.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Tem de colocar os ruins para fora.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, que foi perfeita no seu aparte. No entanto, é pena que o Presidente Lula, com relação ao Ibama, tenha tomado todas essas providências e, com relação a todo esse episódio de mensalão, panelão, seja lá o que for, tenha se calado. É lamentável que se usem dois pesos e duas medidas. É exatamente por isso que a Oposição vem aqui dar apoio pessoal ao Presidente Lula, para que Sua Excelência se livre desses maus companheiros. E V. Ex<sup>a</sup> está prestando um grande serviço ao trazer esse problema envolvendo o Ibama. Porém, se essa mesma providência tivesse sido tomada antes...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Sr. Delúbio é figura falada desde o começo do Governo. Os fundos de pensão estão sendo denunciados há muito tempo, e não se toma nenhuma providência. Um diretor, o Dr. Camilo, está denunciando o mau uso de recurso público, e não se toma providência. O que não se pode é deixar que as providências sejam tomadas, Senadora Serys, depois da porta arrombada. Essa pode ser até uma lição pedagógica para o Presidente Lula. Parabênizo V. Ex<sup>a</sup>, pois sei do seu comportamento aqui, sei da luta de V. Ex<sup>a</sup> ao combater esses maus companheiros, que, infelizmente, todo Partido tem. O PT, que conde-

nava quando era Oposição todos os outros, mostrou que é igual. Mas é igual em tudo.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Não é igual.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora, o PT de V. Ex<sup>a</sup> comparava a Alca com satanás. O Ministro José Dirceu foi a Nova Iorque, discutir a Alca, e trouxe uma caneta, como *souvenir*, dado pela Condoleezza Rice. O PT que combatia o FMI fez um acordo com esse Fundo agora de US\$2,9 bilhões. Então, é igual, é orgânico. Tem os mesmos problemas dos Partidos brasileiros. Diz um velho ditado, que meu avô pronunciava muito: a ocasião é que faz o ladrão. Muito obrigado.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço meio minuto.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa adverte ao Plenário que os apartes devem ser feitos em direção ao orador. Não pode haver debates paralelos. Agradeço a colaboração com o orador que está na tribuna.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – A ocasião merece que seja citado o art. 14 do Regimento, sim.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Concedo o aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Vou usar apenas meio minuto. Gostaria de dizer, simplesmente, ao Senador que nos antecedeu que, se a corrupção é algo orgânico, o Presidente Lula é o Presidente que tem credibilidade para extirpar este cancro do serviço público e da sociedade brasileira, que é o cancro da corrupção. Sua Excelência tem credibilidade para isso, sim, e está fazendo. Onde existe denúncia, a Polícia Federal está-se infiltrando, e as coisas estão vindo à tona. Tenho certeza de que será Sua Excelência quem vai prestar esse grande serviço à Nação brasileira. Folgo em saber que a Oposição está contribuindo e quer que isso aconteça. No Governo passado, houve denúncias não de R\$3 mil, como nos Correios, ou de tantos mil reais no Ibama, mas de R\$40 bilhões, que ficaram escondidos embaixo do tapete, e nada foi feito. Eu quero, sim, CPI, mas para averiguar fatos ocorridos de dez anos para cá em todos os órgãos. Isso sim! Pequenas coisas precisam ser investigadas e estão sendo investigadas, e há gente indo para a cadeia. Só em Mato Grosso, na quinta-feira, foram para a cadeia 80 pessoas. Se para a cadeia tiverem de ir 120 pessoas, que isso aconteça! Lá há secretário de Estado preso, superintendente preso, gente do PT e de todos os Partidos, mas realmente

a Justiça está-se fazendo e a corrupção está sendo banida de lá nessa área.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quero compreender a ira santa da Senadora...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Volto a advertir ao Plenário que os apartes têm de ser dirigidos ao orador.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu ainda tenho...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Delcídio Amaral, democraticamente – sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem de coração aberto –, gostaria apenas de dizer à Senadora Serys Slhessarenko que compreendo essa ira santa. Essa ira santa é compreensível, essa indignação é compreensível. Mas, se realmente o Governo vai providenciar Polícia Federal para apurar todos esses casos, que imediatamente mande fazer concurso, porque, com o quadro atual, não dá para acompanhar. É preciso concurso urgente para aumento do quadro de pessoal para fazer esse acompanhamento, porque a situação está-se tornando epidêmica.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Senador José Jorge, o problema é o tempo.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Mas tenho certeza de que o Presidente...

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Estou extremamente preocupado porque o meu tempo já se esgotou e, graças à forma como o Sr. Presidente, Senador Tião Viana, sempre conduz os trabalhos, até agora administramos, mas estou perdendo, inclusive, a oportunidade de falar algumas coisas que, do meu ponto de vista, seriam importantes em função do momento que estamos vivenciando.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Está bem! Então, vou abrir mão do meu aparte para ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, aproveitando também a fala do Senador Roberto Saturnino, não posso deixar de registrar o Projeto de Lei de Biossegurança, que tramitou aqui, ocasião em que enfrentamos com muita coragem e determinação a questão da engenharia genética, dos transgênicos e das células-tronco.

Voltando ao meu discurso, começamos a perceber, no final do ano passado, que algumas coisas não caminhavam bem. E não caminhavam bem, Sr. Presidente, até por equívoco do nosso próprio Partido, o PT. Evidentemente, esses sinais acabaram demonstrando que caminhávamos de maneira equivocada principalmente na definição das eleições para a Presidência da Câmara. Quebramos uma liturgia, não elegemos

ninguém na Mesa Diretora. Esse foi talvez o grande desvio, o grande erro, o grande equívoco que cometemos ao longo dessa caminhada.

Em função disso, o processo político não foi mais o mesmo e outras coisas aconteceram ao longo do caminho. Houve as denúncias de irregularidades nos Correios, que é uma instituição de alta respeitabilidade, como disse o Senador Heráclito Fortes, com mais de 100 mil funcionários. Os Correios talvez sejam a instituição mais respeitada do País.

Surpreende-me um pouco, Sr. Presidente, que alguém, em não sendo o Parlamento, mas a Diretoria dos Correios, não tenha se pronunciado, até em respeito aos funcionários que fizeram os Correios ao longo de todos esses anos. Preocupa-me muito isso, até pelo respeito à instituição e aos seus funcionários.

O Governo, Sr. Presidente, tomou medidas duras, acionou com rapidez a Polícia Federal. E não quero aqui fazer competição de quem apurou mais ou menos, porque o papel da Polícia Federal é efetivamente esse. Não vou ficar também fazendo disputa em relação a números da economia, números de crescimento, mas vou discutir conceitos. O Governo do Presidente Lula tomou uma decisão dura: demitiu chefe de departamento, afastou diretor, mandou apurar com rigor.

Um outro exemplo típico das atitudes do nosso Governo foi em relação ao ocorrido em Mato Grosso, onde muitas pessoas foram envolvidas. E, de certa maneira, percebe-se, hoje, nitidamente onde se localiza a devastação da Amazônia. A Ministra Maria Silva foi muito corajosa, firme, em um momento preocupante. Até porque tudo aconteceu pela iniciativa tomada lá atrás, em 2003, no sentido de apurar o que vinha acontecendo. Foram atingidas, inclusive, pessoas e executivos filiados ao PT. Nós fazemos isto mesmo: se alguém tem culpa será punido, será responsabilizado. Todos nós do PT respondemos com indignação ao que aconteceu ou ao que acontecia até essa operação, realizada na quinta ou sexta-feira da semana passada, se não me engano.

Sr. Presidente, creio que estamos em um momento difícil. É um momento em que precisamos fazer uma avaliação serena, equilibrada. Todos esses acontecimentos, ao longo do dia de hoje, trouxeram novos fatos, que foram publicados pela imprensa nacional, e que, de certa maneira, podem levar a colar no nosso Governo a pecha de desonesto, aéctico, que aceita a corrupção.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, se existe um líder político honrado, um homem de bem, honesto e sério, essa liderança política é

o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não podemos, de nenhuma maneira, admitir que o Presidente Lula compactue com essas notícias publicadas na imprensa. O Presidente Lula tem uma vida de homem sério, é um Presidente que conhece o Brasil, é um Presidente que tem valores muito bem definidos de patriotismo e de respeito aos nossos cidadãos.

Como lideranças, temos a responsabilidade, Sr. Presidente, mais do que nunca, de repudiar qualquer atitude que venha a envolver a honra do Presidente Lula nesse processo.

Nós não tememos nenhum tipo de investigação. A CPI está sendo analisada quanto a sua constitucionalidade na CCJC, cuja decisão vamos acompanhar. As averiguações estão sendo executadas pela Polícia Federal, juntamente com a Controladoria-Geral da União e outras instituições.

Não temos medo de cortar a nossa própria carne, Sr. Presidente. Sei que o Deputado Zarattini, do PT, já deu entrada no Conselho de Ética, hoje, em um documento relativo a essas novas denúncias. E não temos dúvida, Senador Sibá Machado, que, dentro do próprio PT, tomaremos as decisões devidas para mostrar claramente talvez o maior valor do nosso Partido, que é a ética.

Sr. Presidente, o momento é delicado. Temos problemas na gestão política e executiva do Governo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Não importa se a mídia tem repercutido muito mais, pois está cumprindo o seu papel fundamental de acompanhar os fatos de perto, o que é meritório, nem se estamos diante de uma CPI próxima ou não. O Presidente Lula precisa tomar uma série de medidas duras para retomar o controle político e para mostrar claramente que aquilo que foi projetado pelo Governo Federal será implementado. E quem ganhará com isso, acima tudo, serão os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado pela oportunidade. Não tenho dúvida nenhuma de que vamos seguir a agenda positiva, conforme dito pelo Senador Arthur Virgílio aqui, pois é uma agenda necessária ao País para que efetivamente tenhamos as condições necessárias para garantir estabilidade, emprego, renda e inclusão social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes de conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, como orador inscrito, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a minha inscrição pela Liderança do PFL, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito após o Senador Ney Suassuna.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães; a seguir, os Senadores Ney Suassuna e Demóstenes Torres, e Valdir Raupp, que é o próximo orador regularmente inscrito.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por mais que os Parlamentares do País esperassem acontecimentos que maculam o Governo Federal, jamais esperávamos que eles fossem tão graves. É inacreditável o que aconteceu! É inacreditável, mas é verdade.

Ouvi apenas o final do discurso do nobre Líder do PT, e ele, sempre gentil e crédulo, espera providências.

Não sou tão otimista, embora ache que a inteligência do Presidente da República vai obrigá-lo a mandar, antes de quarta-feira, abrir a CPI não apenas dos Correios, mas de todas as instituições do Governo que estiverem sendo acusadas.

Por boa vontade, pode-se dizer que o Presidente chorou. Mas pergunto: se chorou, que providência tomou? Não há providência quando isso já foi há algum tempo!

O Líder Roberto Jefferson, seu parceiro e amigo, em quem ele depositava e deposita confiança de entregar até um cheque em branco, avisou-o. Talvez por isso ele elogiasse tanto a figura do Líder Roberto Jefferson!

É inacreditável que tudo isso esteja acontecendo neste País sem que providências sejam tomadas. Ainda existe um ou outro – creio que, no Senado, não mais – que não deseja que a Comissão de Justiça aprove a constitucionalidade do pedido de CPI.

Andei por várias partes do Brasil neste fim de semana, e só se falava em CPI, antes mesmo de o Deputado Roberto Jefferson contar uma parte do que sabia. Estou convencido de que ele não contou tudo, Sr. Presidente. Estou certo de que ele contou uma parte, e, por isso mesmo, é natural que o PT esteja receoso de ouvir outras partes, como as tantas gravações que têm saído nas revistas e que envolvem membros desse Partido.

É um diretor do Ibama que vai preso e algemado – e isso aconteceu nessa quinta-feira – com mais 39 funcionários. Nos Correios, é o eminente Maurício Marinho, homem da confiança do Partido dos Trabalhadores; indicado pelo PT, mas de confiança, porque não passa pela peneira quem não seja de confiança.



Qualquer Senador ou Deputado do PT pode até achar que este discurso é exagerado, mas nenhum deixa de dizer – nenhum! – que o Sr. José Dirceu vê todas as nomeações. Daí por que muitos estão até contra ele.

O Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, declarou isso na revista **Veja** da semana passada. Mas as coisas aqui estão passando um pouco calmas demais. Temos que dizer essas verdades, a bem do Partido dos Trabalhadores.

Duvido que o Sibá Machado – duvido! – concorde com isso. Duvido que, se o chamassem para receber o mensalão, ele iria aos cofres públicos para recebê-lo. E, assim como ele, muitos dos seus colegas de Partido agiriam da mesma forma.

Quero dizer, Sr. Presidente, que essa situação não pode mais perdurar. Peço a Deus neste instante para perdoar os pecados do Ministro Palocci da semana passada, porque ele prestou tão bons serviços ao País que merece um perdão divino, quando disse que ia dar 1,5 milhão a cada Parlamentar para votar contra a CPI. Isso nunca foi do Ministro Palocci! Aquele foi um momento terrível que aconteceu na vida desse grande homem público, que nós mesmos, da Oposição, sustentamos quando o PT queria retirá-lo. Mas ele também entrou nesse assunto, infelizmente, e não devia ter feito isso. Mas, como ele tem serviços prestados à Nação, quero pedir a Deus: “Perdoe o Palocci! Palocci merece o nosso perdão, ó, Senhor! Tenho certeza de que ele não vai mais fazer o que fez e de que vai melhorar e vai endurecer com todos aqueles que querem o mensalão que o Governo estava dando”!

Meus amigos brasileiros, a situação é de catástrofe. Catástrofe não significa golpe, para depois dizerem que estamos pregando o golpe.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Queremos vencer nas urnas – darei um aparte a V. Ex<sup>a</sup> nesse minuto – e vamos vencer nas urnas, não porque sejamos ótimos, mas porque o PT é ruim demais.

Na Administração Pública, o PT realmente não procedeu como a grande maioria – 53% da população – esperava, confiava. Aquele que veio de torneiro mecânico e se tornou político, que se fez político e tornou-se Presidente com o apoio de todo o povo vive este momento dramático por causa dos seus áulicos.

Aqui se defendeu tanto – até eu não acreditava – o Sr. Delúbio! Mas ele é mesmo o homem da mala. Ninguém podia esperar isso do Sr. Delúbio. Eu não o conhecia, de maneira que o defendia, mas alguns co-

legas meus que o conheciam melhor, porque viviam na área, tinham-me avisado de que isso seria possível.

Eu peço perdão a eles por não haver acreditado, mas fui crédulo, até mesmo em relação ao próprio Presidente da República.

Chegamos a uma situação, Sr. Presidente, em que ou o Presidente não governa e os seus auxiliares dominam o Governo e fazem essa série de roubalheiras – não tenhamos subterfúgios –, ou ele governa e passa a ser, o que não acredito, conivente.

De modo, Sr. Presidente, que eu estou muito triste, mas quero conceder o aparte ao Senador José Jorge, meu Líder.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Também peço um aparte em seguida, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Também peço um aparte depois, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois, não.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos, quero-me solidarizar com o seu pronunciamento. A população, na última pesquisa, já se manifestou: 65% acreditam que há corrupção no Governo Lula, antes mesmo desse fato mais grave do “mensalão”. Na verdade, só há um caminho para isso: que, amanhã, o Presidente Lula se ponha a favor dessa CPI, para que possamos investigar, de forma tranqüila e serena, e dizer a verdade, doa em quem doer. A Oposição não vai ser barulhenta como o PT era à época; ao contrário, vamos ser uma Oposição tranqüila, competente, investigativa, apurando realmente a verdade para liberar os que não têm culpa e punir aqueles que são culpados. Minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, também, no seu pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão e me dá oportunidade de dizer que também no PT existem homens decentes, capazes, que poderiam estar, inclusive, no Governo. Mas não estão e, ao contrário, recebem punição. Não conheço o Deputado José Eduardo Cardoso, mas procurei saber quem ele era. Tive as melhores referências desse jovem homem público, mas ele está sendo expulso da direção do PT porque não obedeceu ao Presidente José Genoíno. Então, homem de vergonha e de caráter, abriu mão da Vice-Liderança. Existem homens assim. E por que esses não estão no Governo? Por que V. Ex<sup>a</sup> não está no Governo? Muitos poderiam estar, mas o Governo não quer ninguém que aja com seriedade e dentro dos princípios da moralidade. Bem ou mal, falo isso contristado, a responsabilidade é apenas e exclusivamente do Senhor Luiz Inácio da Silva, Lula.



Concedo o aparte ao Senador Sibá, até porque pode-me responder, e, depois, ao Senador Demóstenes.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, indignação todos têm numa hora assim. Fico imaginando, quando o Presidente José Sarney assumiu o seu Governo, qual não foi o esforço de S. Ex<sup>a</sup> para evitar que se reproduzisse aquilo para o que a sociedade tinha acabado de dizer ‘não’: uma herança de violência, de truculência, de cerceamento. Além disso, não posso acreditar que uma inteligência capaz de organizar e instalar essa teia de corrupção seja algo criado e inventado de última hora. Creio que inteligência desse nível requer um tempo muito longo para poder se estruturar. É muito difícil descobrir-se, de imediato, esse tipo de pessoas e saber como se relacionar com elas. É comum que muitas pessoas procurem um Governo que veio nos braços do povo como o atual. Isso é natural, no meu entendimento. E até que se construa, digamos assim, o perfil, o eixo dessa atuação, é provável que algumas pessoas queiram-se dar bem. Mas, como estou inscrito para falar daqui a pouco, quero somente registrar que, neste episódio da CPI dos Correios, é grande e sincera a vontade de muitas pessoas, inclusive da Oposição, de que ela seja instalada, como grande e sincera também é a preocupação de alguns, inclusive minha, de que a CPI saia do rumo da investigação e se transforme em um pequeno debate de antecipação eleitoral. Creio que está aí o contraponto dessa queda-de-braço da instalação da CPI, mas estou tranquilo quanto à sua criação. Nesse outro episódio, acredito que existam dois caminhos muito rápidos a serem tomados. Um, já dito pelo Senador Arthur Virgílio, é o de que a Câmara escolha um dos seus fóruns internos para analisar, e ainda não seria uma investigação, mas o Deputado Roberto Jefferson deve poder explicar quem são essas pessoas, como foi essa história. Na sequência, vou sugerir ao meu Partido, que já tem reunião marcada para quarta ou quinta-feira, que analisemos a lisura do nosso militante, o tesoureiro do Partido, Delúbio Soares. Gosto de trabalhar, como V. Ex<sup>a</sup>, às claras, à luz do dia. Imagino que todos vamos querer essas explicações. Tão logo seja possível, vamos obtê-las. Sendo ou não convincentes, não poderemos verificar se existe alguém apenas interessado em ver a casa ou o circo pegando fogo, em fazer chantagem de qualquer ordem ou denúncias sem fundamentação. Como V. Ex<sup>a</sup>, quero reiterar que todos queremos o esclarecimento. Obrigado pelo aparte.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, não precisa nem da luz do dia. Mesmo no crepúsculo, vão-se encontrar esses

fatos, que estão ocorrendo com o apoio do Partido de V. Ex<sup>a</sup>.

Sei o quanto V. Ex<sup>a</sup> sofre, mais ainda por ter de explicar. No entanto, não vai fazê-lo, porque o inexplícito não se explica.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento firme, duro e correto. V. Ex<sup>a</sup>, até hoje, jamais havia mencionado o nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como envolvido em qualquer ato de bandalheira que o Governo, porventura, tenha praticado, mas V. Ex<sup>a</sup> lembra que foi o próprio Roberto Jefferson quem fez, hoje, a afirmativa de que o Presidente Lula sabia do “mensalão”. E, mais, no dia de hoje, o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, veio a público dizer, na Globo Online, que, há um ano e meio, dentro de um carro, na cidade de Rio Verde, revelou ao Presidente Lula que dois Deputados Estaduais do PSDB, cujos nomes não mencionou, haviam recebido uma proposta para aderir a um Partido governista qualquer. Assim, receberiam R\$ 1 milhão de bônus e mais um “mensalão” de R\$40 mil. Como é o Governador que está afirmando, um homem que tem credibilidade e respeito, é sinal de que o Presidente sabia da existência do “mensalão”, no mínimo, há um ano e meio. Não consigo entender o porquê do choro em janeiro. O que está acontecendo? V. Ex<sup>a</sup> está colocando o dedo na ferida. Não pode nem haver mais discussão se a CPI deve ser instalada. Devemos estendê-la, porque, a partir de agora, estamos vivendo, neste País, um mar de lamas verdadeiro, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – ...uma indignação que nós, Parlamentares, não podemos mais calar. O que o Brasil está vivendo hoje, Sr. Presidente? Será que os eleitores do Presidente da República estão contentes com o que estão vendo neste País? E o Deputado Roberto Jefferson? Será que foi sincero, Senador Antonio Carlos Magalhães? Devemos buscar as explicações. Diante da declaração do Governador de Goiás de que o Presidente sabe da existência do “mensalão” há um ano e meio, devemos tomar providências mais severas do que a CPI dos Correios, Sr. Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Essa indignação que sente V. Ex<sup>a</sup> também é a do povo brasileiro, é aquela que Rui Barbosa chamava de ira sagrada. É da ira sagrada que V. Ex<sup>a</sup> está possuído. Não podemos mais continuar nessa situação, porque queremos bem

ao País, queremos que as instituições sobrevivam e, para sobreviverem, elas precisam realmente deixar as máculas com que, infelizmente, o Governo as está marcando.

Veja a coincidência, Sr. Presidente, no dia de hoje, o Corregedor reúne, no País, vários países para tratar da corrupção. É ironia do destino tratar da corrupção hoje no Brasil, no dia em que acontece coisa tão grave, porque acontecimentos desse tipo já vinham ocorrendo há algum tempo, e sempre chamamos a atenção para isso da tribuna.

Lamento, Sr. Presidente, inclusive por causa de V. Ex<sup>a</sup>, que sabe da estima, do respeito e da amizade que tenho por V. Ex<sup>a</sup>.

Assim como V. Ex<sup>a</sup>, há outros colegas aqui e na Câmara que merecem nosso respeito, mas o Partido como um todo já não merece o respeito do Brasil.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.*

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com mais cinco de prorrogação.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PSDB – GO)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Pedi a palavra pela Liderança do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, mas o Líder efetivo tem prioridade. É decisão regimental. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito e terá a palavra em breve.

O Senador Tasso Jereissati está inscrito.

O Senador Valdir Raupp é o primeiro orador regularmente inscrito.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Arthur Virgílio tem direito à réplica, nos termos do Regimento.

Depois, estão inscritos os Senadores Valdir Raupp e Demóstenes Torres.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Nobre Presidente, peço a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> também está inscrito, Senador Ney Suassuna.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pelo PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito, Senador João Capiberibe.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o momento exige claras definições por parte de ninguém menos do que o Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Não é hora de escapismos, não é hora de tapar o sol com a peneira. É hora de nos darmos conta, todos, especialmente os do Governo, de que o Brasil vive um momento de crise, que, desejavelmente não se aprofundará. Mas que só não se aprofundará se medidas bastante sérias e profundas forem adotadas por este Governo.

Eu, por exemplo, leio a revista **Veja**, da última semana, e lá consta que determinado empresário não se quereria misturar com determinado dirigente do Partido dos Trabalhadores. Ou seja, não pode ser visto com Fulano de Tal; para ser claro, com o Sr. Delúbio Soares.

Se o Sr. Delúbio serve para ser companhia de quem quer que seja, ele tem de dizer isso com força, e não virar uma figura das sombras. Se ele não serve para ser companhia do empresário Fulano de Tal, Senador Jereissati, ele não serve para ser companhia do Presidente da República.

Dou um exemplo, porque baixou um certo silêncio. A cada contrariedade, cada Ministro costumava mandar para as redações, pelos seus assessores de imprensa, reclamações e mais reclamações, que viravam cartas de leitor.

De repente, a **Veja** não recebe carta alguma, a **Folha de S. Paulo** não recebe carta qualquer, o jornal **O Globo** é pura e simplesmente ignorado.

A impressão que se passa para o País é de uma certa tentativa de se colocar um véu sobre a cabeça do Governo, imaginando que o tempo vai ser cura para esse mal, e o tempo não será a cura para esse mal; ao contrário, o tempo não corre a favor do Governo, ele corre contra o Governo.

Ainda há minutos, tive a ocasião de dizer que a expectativa da Oposição é de todos nos portarmos com muita serenidade nesse episódio. Primeira definição: exigirmos a mais cabal investigação de todas as responsabilidades.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**

– Por quem?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Pela CPI, pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que, a meu ver, é inevitável, é inexorável a trajetória até ela, e ela até já se torna pequena diante desse novo escândalo que nasce a partir da explosiva entrevista do Sr. Roberto Jefferson à **Folha de S.Paulo**.

Hoje eu vi a entrevista do Sr. José Genoíno, sempre talentoso, ao *Bom Dia Brasil*. Em algum momento, ela ficou patética, e ficou patética, Senador Tourinho, porque ele dizia coisas do tipo assim: “Não é verdade”; “Isso também não é verdade”; “Aquilo também não é verdade”. Aí perguntaram: “Vai romper com o Sr. Roberto Jefferson?” “Ainda estamos estudando, estamos aprofundando; estamos vendo. Quem sabe. Talvez.”

Não é hora de “quem sabe”, não é hora de “talvez”. É hora de decisão clara. Não é possível o Governo a essa altura imaginar que pode. O Ministro Palocci diz: “Eu não conversei nada disso com o Sr. Roberto Jefferson”. E ao mesmo tempo o Sr. Roberto Jefferson continua fazendo parte da Base de Apoio ao Presidente Lula com o seu Partido, com o seu esquema, com os tais cargos, com tudo o mais.

Sr. Presidente, tudo que a Oposição não quer é qualquer solavanco institucional. O que a Oposição quer é a apuração de todas as responsabilidades. Ela que tem como favas contadas que se instalará a CPI, sim. E a Oposição diz ao Presidente Lula que ele, a meu ver, tem dois caminhos muito claros. Um caminho muito claro – é claro, pode não ser bom, mas é claro – é o Presidente Lula continuar no escapismo, ou seja, aparecer amanhã, em cadeia de rádio e televisão, dizendo que tomou providências, e que foram 1.700 as investigações pela Corregedoria; que foram 1.200 as investigações pela Polícia Federal, e 3.400 as investigações por não sei mais quem; que foram 7.900 as investigações por segundo por quaisquer entidades ligadas ao Governo, quando nós sabemos que a grande aspiração da sociedade é ver a Comissão Parlamentar de Inquérito funcionando.

A outra atitude é o Presidente se credenciar a um diálogo elevado com a Oposição; se credenciar com um diálogo elevado com a sociedade, fazendo uma faxina moral no seu Governo, livrando-se dos indesejáveis no seu Governo e dos indesejáveis no seu Partido, para não deixar qualquer dúvida e, não

deixando qualquer dúvida, o Presidente possa, independentemente do que venha a ser o resultado eleitoral de 2006, conduzir este País a um porto seguro, que seria o porto seguro da alternância do poder, o porto seguro da normalidade.

Hoje eu sinto um quadro muito movediço. Sinto o Presidente deixando estiolar, Sr. Presidente, a confiança que o levou ao poder. Sinto o Presidente deixando que se evapore o seu patrimônio político. E sinto o descrédito se abalando muito fortemente sobre um Governo que não está sabendo dar as explicações necessárias.

Tenho dito aqui e repito com a maior serenidade: longe de mim tocar fogo em qualquer paiol, até porque a hora é grave. O Presidente da República precisa dar respostas cabais, porque o tempo marcha contra ele – repito – e, assim sendo, ele termina, de certa forma, levando os ânimos a uma certa exacerbação. O Presidente terminará fazendo com que a política comprometa a economia, e a economia terminará devolvendo, sob a forma de complicação, a sua resposta para a política.

Há corrupção, sim.

Essa coisa da mesada tem de ser esclarecida de maneira cabal.

Essa coisa dos Correios tem de ser esclarecida de maneira cabal.

Essa coisa do IRB tem de ser esclarecida de maneira cabal.

As denúncias, enfim, que estão desmoralizando um Governo que veio com toda a perspectiva de ter a cabeça erguida o tempo inteiro diante da Nação, essas denúncias todas estão se acumulando e criando um quadro de crise.

Não há Oposição golpista. É bom que, de uma vez por todas, nos tratemos com honestidade. Não há nenhuma vontade nossa de piorar as coisas no País. Queremos apenas que aquele que tem a Liderança a exerça e a exerça mostrando que não tem rabo preso com ninguém e fazendo aquilo nós reclamamos, uma faxina moral no Governo; livre-se dos seus indesejáveis e readquira as condições de dialogar com a sociedade, dialogar inclusive com a Oposição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)**

– Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)**

– Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, para uma réplica.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.**  
Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Arthur Virgílio pede a palavra como Líder do PSDB. S. Exª ainda não falou como Líder e tem direito a falar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito.

Estão inscritos os Senadores Ney Suassuna, Demóstenes Torres, Sibá Machado, João Capiberibe e Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – E eu?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, como orador, V. Exª está regularmente inscrito e será chamado, de maneira intercalada, após o Senador Valdir Raupp.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, faço um apelo ao setor técnico para que nos permita conviver com o momento político quente em clima mais agradável no plenário. O calor está se tornando insuportável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Alerto o setor técnico da Casa e solicito que abaixe a temperatura do plenário.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por cinco minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para a réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª já usou o direito de réplica, e não há tréplica.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Arthur Virgílio usou a palavra para a réplica e também como Líder. S. Exª tinha falado anteriormente como orador regularmente inscrito. Infelizmente, não há mais oportunidade.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Está bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela Liderança da Minoria, de acordo com o art. 66, parágrafo único, do Regimento Interno; a seguir, o Senador Valdir Raupp.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, “Contei a Lula do ‘mensalão’”. Deputado Roberto Jefferson.

Corria o primeiro ano do Governo Lula. O ex-Presidente do PTB, José Carlos Martinez, procurou o Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e contou que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, estava remunerando os Deputados do Partido Liberal (PL) e do Partido Progressista (PP) com a razão mensal de R\$30 mil. O atual Presidente do PTB, então, contou que se recusou a receber a dadivosa oferta, mas, após a morte de Martinez, Delúbio deu nova carga ao assédio. A oferta do “delicioso idílio” foi feita ao Deputado José Múcio, que, em companhia dos também Deputados Bispo Rodrigues, Valdemar Costa



Neto e Pedro Henry, pressionaram Roberto Jefferson a aceitar o estipêndio.

O Presidente do PTB insistiu na recusa e deu ciência ao Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Primeiro, contou da freguesia do Delúbio ao Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. Em seguida, contou ao Ministro Chefe da Casa Civil, o Primeiro-Ministro, José Dirceu, que deu um murro na mesa e ponto. Ato contínuo, contou ao Ministro da Integração Nacional, que fez ouvidos moucos para a sinecura. Depois contou ao então Ministro das Comunicações, Miro Teixeira. De volta à Câmara dos Deputados, Teixeira ainda tentou tornar pública a podridão. O Deputado Roberto Jefferson, então, contou ao Ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Por instinto natural de preservação da própria espécie, o comunista fez cara de paisagem. Por fim, contou ao Presidente Lula, que chorou.

A história que acabo de relatar, como já é do conhecimento deste País, é um sumário da entrevista que a edição desta segunda-feira do jornal **Folha de S.Paulo** traz com o Deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB. A repercussão imediata do escândalo vai tornar inexorável a instalação da CPI dos Correios, digo, CPI do Delúbio, corrijo-me, CPI do Governo Lula.

É preciso deixar bem claro que estamos vendo uma série de discursos que são pura balela, discursos que dizem que o trabalho realizado pela Polícia Federal substitui o trabalho do Congresso Nacional. É uma ignomínia, é aviltar sobre as nossas atribuições, é tripudiar sobre o que pode fazer um Deputado Federal e um Senador da República! A Polícia Federal continua trabalhando bem. Palmas para a Polícia Federal! Palmas para o Ministério Público Federal! Palmas para a Polícia do Distrito Federal que desbaratou esse grave esquema de corrupção em certames, em concursos!

Mas é preciso lembrar o seguinte: a Justiça absolveu o Presidente Fernando Collor de Mello. Quem o cassou fomos nós: Deputados e Senadores. Não podemos nos esquecer, Senador Arthur Virgílio, dessa nossa responsabilidade! Não podemos jogar nossas responsabilidades às costas da Polícia Federal! É nosso dever, somos nós que temos que fazer, até porque a Justiça tem parâmetros estritos. Nós, não. Nós, além de todos os requisitos constitucionais, podemos conhecer politicamente da questão no bom sentido, como conhecemos no Governo Fernando Collor de Mello. Nós pudemos, àquela ocasião, colocar para fora um Presidente que faltou com a dignidade ao País.

E nós queremos agora que essa CPI seja instalada, porque é dever nosso investigar. É dever, não é faculdade, está na Constituição. Existe o fato deter-

minado, existe tanto o fato determinado que aquele servidor já deveria estar preso. Alguns dizem: mas os corruptores não estão identificados! A CPI, Senador Tasso Jereissati, serve para isso também, para investigar, para descobrir novos fatos.

*(A Presidência faz soar a campanha.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – E nós não podemos, de forma alguma, ficar aqui com cara de paisagem, esperando acontecer algo que a Polícia Federal vai apurar. Não vamos tolerar isso! Vamos fazer a nossa parte.

Agora, as consequências das investigações podem levar este País, mais uma vez, em pouco mais de uma década, ao impasse institucional. Vejam que há muita similaridade entre o Caso Collor e agora. Apenas se inverteu o termo inicial do mar de lama. O *impeachment* do ex-presidente ocorreu a partir de uma denúncia da cozinha da Casa da Dinda e deu ocasião à CPI do Orçamento, cujo resultado foi a cassação de dez Deputados Federais. O escândalo da vez tem início na Câmara dos Deputados e vai às vísceras do Palácio do Planalto e do Partido que engendra a máquina do poder da União.

Ao ler a entrevista do Deputado Roberto Jefferson, percebi que o Presidente do PTB agiu em estado de necessidade. Embora o Parlamentar tenha mantido o cenho seguro, pude ler em suas palavras o desabafo de um homem acuado pela verdade, sufocado por uma coação irresistível e pronto para enfrentar a perda do próprio mandato.

O escândalo do “mensalão” está adquirindo contornos cada vez mais graves a cada minuto. Agora à tarde, o Governador de Goiás declarou ao Globo Online que sabia da existência da distribuição da dádiva delubiana e alertou o Presidente Lula há um ano e meio. Perillo afirmou que, para abreviar o assunto, Luiz Inácio falou que se tratava de uma prática introduzida por Sérgio Motta, ex-Ministro das Comunicações no Governo Fernando Henrique Cardoso. Sr. Presidente, se o Governador de Goiás contou ao Presidente da República há um ano e meio, não compreendi o porquê do choro.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o professor Delúbio Soares, matemático que é, não vai ter muita dificuldade de deduzir a seguinte equação, quando tiver assento na CPI. Eram R\$30 mil mensais. Como o Deputado Roberto Jefferson declarou que a distribuição do eravário era em escala partidária e o PP e o PL somam 106 Deputados, chegaríamos a R\$3,180 milhões por mês. Por ano, o resultado salta para R\$38,160 milhões. Considerando-se que o choro do Presidente estancou

o propinoduto em janeiro de 2005, são dois anos de festa no céu, com um custo de R\$76,320 milhões.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)

– Com toda certeza, tamanha quantia não saiu dos cofres do Partido dos Trabalhadores! Então, qual será a causa? Seria sobra de campanha? Vai haver uma nova edição da “Operação Uruguai”? Já podemos chamar o professor do PT de Delúbio PC Soares? Só não será aceitável acusar a oposição de maquinadora de crises para desestabilizar o Governo Lula. A denúncia da costelada malunga produzida por Soares foi provocada por uma entrevista espontânea do Presidente de um Partido da base aliada. A credibilidade do doutor Roberto Jefferson não pode ser desmerecida por ninguém do PT, já que o Presidente Lula o abraçou e lhe hipotecou irrestrita solidariedade, quando, há três semanas, a revista **Veja** revelou a contaminação do esquema de corrupção nos Correios. Tanto que a nota oficial do Partido dos Trabalhadores, divulgada hoje no final da manhã, trata as denúncias de maneira lacônica.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua, Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)

– Vou concluir, Sr. Presidente. Peço só um pouco de tolerância, porque hoje houve quase uma hora de tolerância com os demais Parlamentares, e terminarei em, no máximo, dois ou três minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não houve com nenhum Parlamentar uma hora de tolerância; alguns passaram de três a cinco minutos, e V. Ex<sup>a</sup> já está com quatro minutos a mais. A Mesa vai compreender V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)

– Muito obrigado.

Em nada lembra o furor radiante da estrela vermelha. Será que o Presidente do PTB, a quem devo o maior respeito, se converteu em uma espécie de “Garganta Profunda” do Governo Lula?

Eu gostaria de comentar que o caso “delúbiogate” deixou o Presidente do PT, José Genoíno, e o Controlador-Geral da União, Waldir Pires, falando sozinhos. No último sábado, ambos publicaram, respectivamente, um artigo nos jornais **O Estado de S.Paulo** e **Folha de S.Paulo**, usando o mesmo argumento em defesa do Governo Lula. Os artigos diferem-se apenas na extensão da cantilena moralizante. O de Genoíno, mais volumoso, tem passagens curiosas e nada como o dia seguinte para desmenti-las.

Primeiro, o Presidente do PT escreveu que o Partido “sempre deixou claro aos seus integrantes que não transige internamente” com a corrupção. O Professor Delúbio Soares mora no âmago do PT. Isso quer dizer que o Ministro José Dirceu e o Presidente Lula sabiam da operação fraudulenta denunciada pelo Deputado Roberto Jefferson, mas o Presidente do PT tomou conhecimento da malandragem somente hoje, ao abrir a **Folha de S.Paulo**. No encerramento do infeliz artigo, Genoíno escreveu que “a oposição quer a CPI dos Correios para conturbar o ambiente político do País”. Ora, um funcionário de alto escalão dos Correios é flagrado recebendo propina. Ato contínuo sabe-se que a fraude se estende ao Instituto de Resseguros do Brasil. Em seguida, o Presidente do PTB vem a público denunciar o “mensalão”. Não, doutor Genoíno! O lobo do PT não é a oposição, mas o próprio PT.

O artigo do Controlador-Geral da União tem algo de filosófico. Vale destacar o trecho em que o doutor Waldir Pires adverte o nada a ninguém, quando deixa a entender, como se envergasse a razão revolucionária de *La Pasionaria*, que os corruptos no Governo Lula *no pasarán!*

De acordo com o texto, “ainda que tenhamos superado a era dos históricos tesouros reais, aqui e ali, saudosistas recalcitrantes imaginam que podem ignorar a marcha da história e continuar se lambuzando com recursos públicos”. O entendimento do Controlador-Geral lembra muito o personagem Zagalo, de Eça de Queiroz.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Narrador do romance “O Conde de Abranhos”, Zagalo é um serviçal sabujo e admirador simpático do “varão eminente, orador, publicista, estadista e filósofo Alípio Severo Abranhos”. Na apresentação da obra, assim o humilde criado Zagalo resume a sua devoção ao Conde, sentimento só assemelhado à consideração do Controlador-Geral ao Governo do PT: Ele “deu-me os meios materiais de me tornar um conservador convicto, um defensor fervoroso das instituições, um amigo da ordem”.

É isso, Senador Antonio Carlos.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, por dez minutos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante foi generoso quando referiu que, há quinze anos, ele ouviu falar em corrupção no Ibama. Estou no

norte do Brasil há quase trinta anos e, durante todo esse tempo, ouço falar em corrupção no Ibama. Tenho dito algumas vezes que o Ibama é o órgão mais corrupto do País. Mas acredito que o que esteja acontecendo neste Governo são mais prisões do que aconteceram nos Governos passados.

Não podemos dizer que não houve corrupção nos governos anteriores. Lembro que o Presidente Sarney, que é um homem sério, um homem digno, que foi Presidente desta Casa por dois mandatos, falava, na época de Presidente da República, que a corrupção era uma erva daninha, difícil de combater.

Lembro também que o Governo Fernando Henrique, por muitas vezes, reclamou da corrupção no País. E todos os governos tentam combater a corrupção, mas, como dizia o Presidente Sarney, a corrupção é uma erva daninha difícil de se combater.

Quero aqui elogiar o trabalho do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Por aquele Ministério já passaram alguns bons Ministros, mas esse está levando a coisa a sério; está prendendo mais pessoas do que em todos os outros governos. Parabéns a S. Ex<sup>a</sup>.

Mais uma vez, Mato Grosso, Pará e Rondônia têm sido palco de prisões. Os maus, tenho certeza, vão pagar e deve haver alguns bons, que tenham sido presos injustamente. Dentre as 123 pessoas com prisão preventiva decretada, umas duas dezenas são do meu Estado de Rondônia, alguns madeireiros que estão lá há mais de 20 anos, empregando, prestando serviço à sociedade de Rondônia. A tentação, às vezes, é forte. E o Ibama tem dificultado as guias, tem dificultado os planos de manejo e, como falei no início, há mais de 20 anos ouço falar em retirada de madeiras de área indígena, retirada de madeiras de áreas ilegais. De forma que esses abusos têm que ser contidos.

Sr. Presidente, preocupam-me essas ações. Como falei, os maus têm que pagar nas barras da justiça. Mas, agora, preocupa-me o atraso na emissão de licenças por parte do Ibama para as obras de infra-estrutura do nosso País. Com certeza, com todos esses acontecimentos, as coisas vão ficar ainda mais difíceis.

Segundo o jornal **Gazeta Mercantil**, são 21 empreendimentos concedidos ainda sem licença ambiental. Além das 17 novas usinas que devem ser leiloadas ainda este ano, de acordo com a Abdib, existem pelo menos 17 empreendimentos já concedidos, totalizando três mil megawatts sem a licença ambiental. Outros nove mil megawatts em projetos sofrem entraves com outras licenças, como a de instalação ou operação.

Para a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – (ABCE), os entraves ambientais também estão relacionados ao grande número de órgãos que podem influenciar na obtenção de licença ou

paralisação do projeto. Um sem número de entidades podem paralisar o empreendimento a qualquer momento. São muitas instituições, muita gente opinando sobre o mesmo assunto. O Ministério Público, as agências estaduais, o Ibama, o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Funai, o Patrimônio Histórico e tantos outros, enumerou Paulo Godoy, Presidente da Abdib. Para ele, a multiplicidade de visão dos órgãos licenciadores gera sobreposição de funções, acarretando atrasos nos prazos de licenciamentos. Por isso, o Presidente da ABCE, Evandro Coura, propôs a uniformização das exigências de todos os órgãos licenciadores para agilizar esse processo.

Outra preocupação dos agentes em relação ao leilão de novos investimentos é a necessidade de financiamentos. Estima-se que seja necessária uma expansão de aproximadamente três mil *megawatts*, o que representa investimentos de cerca R\$5 bilhões ao ano. Embora o BNDES já tenha declarado que está estruturando uma linha de financiamento para as novas usinas, representantes temem que os recursos a serem disponibilizados pelo Banco não sejam suficientes.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Valdir Raupp, ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, lembrei-me que, certa vez, estávamos em reunião de uma das Comissão tratando da Medida Provisória nº 2.166, e V. Ex<sup>a</sup> levantou algumas preocupações no sentido da injustiça da sua aplicação em alguns lugares. Até concordo com algumas observações dessa natureza, porque a Amazônia não é tão homogênea como tantos imaginam. Claro que a nossa Amazônia é um misto de realidades, é um bioma com vários nichos diferenciados. Recentemente, devido aos fatos que envolveram a operação Curupira, percebi em V. Ex<sup>a</sup> um sintoma de indignação com aquela situação, quando teria dito que não era ambientalista, mas que está a ponto de sugerir que o Governo faça a suspensão total, por um ano, de todas as autorizações de desmatamento e queima. Na semana passada, insisti que as coisas ruins que estão acontecendo não podem se tornar a marca do Brasil, nem para dentro, nem para fora. Essas pessoas que se dizem, erradamente, empresários – quem pratica essas ações deliberadamente não o são – têm que ser retiradas do âmbito dessas instituições empresariais, que deveriam tomar precauções para evitar que o nome deles também seja maculado. Encerro, perguntando a V. Ex<sup>a</sup>: sua indignação, a ponto de fazer essa sugestão, ainda está firme ou foi apenas uma força de expressão? A Ministra tem dito,



como toda força, que nós não devemos, no Governo, trilhar aquilo que não pode ser feito. Quer dizer, não vamos priorizar o lado da proibição, mas, sim, aquilo que é obrigado a ser feito, nas coisas certas e positivas que devem ser feitas. Essa tem sido a forma de trabalho da Ministra Marina Silva. Mas, diante disso tudo, gostaria de ouvir de V. Ex<sup>a</sup> se essa indignação ainda está nesse ponto.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Senador Sibá Machado, muito obrigado pela contribuição.

Repito o que falei e que foi publicado no jornal **O Globo**: não há necessidade de mais desmatamentos na Amazônia. Falo “desmatamento”. Até fui mal interpretado, alguns madeireiros reclamaram que eu teria dito que não era para derrubar mais nenhuma árvore. Falei em desmatamento, corte raso, e não em corte seletivo ou plano de manejo. As madeiras podem muito bem trabalhar com corte seletivo e plano de manejo. Mas não há necessidade de se fazerem derrubadas, principalmente grandes derrubadas, de mil, duas mil, três mil, como tem acontecido na Amazônia. Creio que se se aproveitarem as áreas encapoeiradas que já foram derrubadas – falo do meu Estado –, penso que daria para se duplicar ou triplicar a produção de grãos, a produção de gado de leite, de gado de corte. Basta que haja investimentos, financiamentos do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil para o aproveitamento de capoeiras. E, aí sim, parar por alguns anos de derrubar, de se fazer o corte raso; porém, flexibilizando os madeireiros de boa fé, os sérios, para que possam gerar emprego não só no meu Estado, mas na Amazônia.

Repito tudo o que falei aqui.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Quero apenas parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, porque creio que isso é algo positivo para todos nós.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente da Câmara Brasileira de Investidores, Cláudio Sales, afirma que o Governo aposta na financiabilidade natural do leilão, baseado no formato das disputas das linhas de transmissão. Segundo ele, isso não daria certo, entre outros motivos, porque os riscos são mais altos e os prazos de operação, mais longos em projetos de geração. Para ele, a alternativa é a estruturação de *project finance*, de autofinanciamento.

Além dessa alternativa, o Presidente da Abdib sugere o estabelecimento de mecanismos que atraiam a atenção de recursos investidos em fundos, como, por exemplo, a isenção do Imposto de Renda.

Tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente? Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais quatro minutos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Mais quatro minutos.

Existem cerca de R\$800 milhões aplicados em fundos de renda fixa, mas enquanto a Selic se mantiver alta, não há como atrair esses recursos para projetos de infra-estrutura, que têm rentabilidade de longo prazo. A competição é desigual, Sr. Presidente.

As incertezas na geração são acompanhadas de longe pelo mercado de livre negociação de energia, que apresentou um crescimento de 50% no mercado em 2004 e mantém a mesma tendência para este ano. A comercialização tem gerado uma mudança radical no setor elétrico, afirmou Raimundo Batista, diretor da Enecel Energia. Ele analisa que, nos últimos anos, com a crise do setor, que levou ao racionamento, as empresas passaram a acompanhar de perto seus consumos de eletricidade e agora começam a fazer planejamento da demanda futura, o que, para os consumidores livres, foi determinado por lei. Isso dá condição de a empresa atuar melhor no mercado – assim explicou. Além disso, para os próximos anos, aumentará a competição entre as comercializadoras, que já começam a diversificar sua atuação, oferecendo, além da compra e venda de energia, consultoria, gestão de contratos e negociação de créditos de carbono.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a atenção do Governo aos investimentos em transmissão, em detrimento aos destinados à geração, aumenta o risco de déficit no abastecimento de energia entre 2008 e 2011. Segundo Fernanda Mendes, da SP4 Comunicação, o alerta é feito pelo Diretor-Executivo da Abrace, Paulo Ludmer, em artigo à revista **Eletricidade Moderna**, no qual ressalta a urgência de se criar condições de viabilidade econômica aos empreendimentos de auto-geração, que trazem benefícios incontestáveis para a sociedade. Baseados principalmente na força hidráulica, eles correspondem a cerca de 30% dos esperados para os próximos cinco anos. “Urge estabelecer a real atratividade para os investimentos na expansão do sistema. E, no que concerne à transmissão, isso tem ocorrido com êxito”, diz.

Bacias hidrográficas generosas, com centenas de rios permanentes e caudalosos, espalham-se por todas as grandes regiões – Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e, principalmente, Norte –, cujos regimes de chuvas são bem diferentes. Por serem rios de planalto, seguem trajetórias em que, de modo geral, a declividade é suave. Quando barrados, geram energia com facilidade. São energia potencial estocada, Sr. Presidente. É só fazer a água cair, passando por uma turbina, que geramos a eletricidade mais barata



do mundo, de fonte renovável e não poluente. Se as barragens forem construídas em seqüência, ao longo do curso de um rio, a mesma água é usada inúmeras vezes, antes de se perder no oceano, a exemplo do rio Danúbio, na Europa.

Não posso deixar de lembrar o Projeto do rio Madeira...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – ...sua importância, sua localização, seus benefícios, sua importância logística para o Norte e para o Brasil.

Sr. Presidente, eu não poderia, antes de concluir o meu pronunciamento, deixar de falar na Agenda Positiva que o Presidente do Congresso, o nobre Senador Renan Calheiros, lançou há duas semanas. Isso é muito importante, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores!

Que se apure a corrupção no País! Que se apure Rondônia, que se apure Alagoas, que se apure o Brasil, assim como se apurou, no passado, o Acre; assim como se apurou, no passado, tantos outros Estados do nosso País. Mas que não deixemos o País parar.

Que essa Agenda Positiva seja tocada tanto aqui, no Congresso Nacional, quanto no Governo Federal, no Executivo.

Que possamos construir as nossas usinas, que possamos construir as nossas ferrovias, as nossas rodovias, os nossos portos, para desafogarmos os gargalos da infra-estrutura brasileira.

Vamos apurar tudo, mas não deixemos o País parar. O povo brasileiro anseia por mais emprego; o povo brasileiro anseia por mais geração de renda; o povo brasileiro anseia por uma condição de vida melhor.

Por isso, faço aqui um apelo ao Congresso Nacional, ao Governo Federal: vamos tocar a Agenda Positiva proposta pelo Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, como Líder do PSB, por cinco minutos. A seguir, ao Senador Garibaldi Alves.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a agenda nacional, no Senado e na Câmara, foi tomada pelo debate sobre corrupção. Discute-se corrupção de norte a sul do País, e esse tema é antigo. Essa é uma sociedade que se caracterizou pela impunidade no que diz respeito ao desvio, à apropriação de recursos públicos. Essa desapropriação se dá nas duas pontas: na arrecadação dos tributos e também na hora da aplicação dos recursos.

Esta Casa tem discutido e aprovado alguns mecanismos de controle, entre eles o projeto de nossa autoria, que prevê a exposição, em tempo real – no momento dos acontecimentos – das receitas e das despesas de todos os entes públicos: das prefeituras, dos governos estaduais, do Senado, da Câmara, dos governos de todas as autarquias federais.

A Internet é um instrumento que pode ser utilizado no controle social da corrupção. Nada melhor do que o cidadão, que paga imposto e que é lesado sistematicamente, poder acompanhar as receitas de cada ente público e também o detalhamento de suas despesas.

Ora, esse debate sobre corrupção tem provocado algumas medidas. O Presidente Lula acaba de baixar um decreto tornando obrigatório o pregão eletrônico. É evidente que isso vai ajudar a melhorar a concorrência na venda de produtos para o Governo Federal. No entanto, isso deveria ser obrigação; vários Estados e Municípios já fazem isso.

O Ministério Público tem trabalhado duramente no combate à corrupção. Dou destaque especialíssimo para a Polícia Federal, que tem agido duramente no combate ao desvio de recursos públicos e às irregularidades praticadas por servidores públicos.

Enfim, há várias instituições públicas, pagas com recurso do cidadão, para controlar a corrupção – os Tribunais de Contas, o Ministério Público, a Polícia Federal, as Câmaras de Vereadores, as Assembléias estaduais, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados –, mas a corrupção persiste. Todos os mecanismos de que dispomos para o seu combate são investigativos e, em geral, acionados depois que o cidadão foi lesado, depois que ocorreu o ato ilícito, criminoso.

Não conheço casos em que o Erário público tenha sido ressarcido pelo dinheiro roubado. Uma vez que isso aconteça, os processos criminais, muitas vezes, ocorrem numa lentidão exasperante, e sei de poucos corruptos que estejam, efetivamente, na cadeia. Quando lanço mão do que está na minha memória, lembro-me do Juiz Nicolau e de poucos outros que foram condenados à prisão por desvio de grande soma de recurso público.

Portanto, Sr. Presidente, quero falar desse projeto que aprovamos e mostrar como ele pode ser preventivo e como se pode agir antes que o roubo aconteça. Citarei, como exemplo, um caso que ocorreu em outubro de 2002 no Amapá.

A transparência, no meu Estado, ocorre desde 2001. Quem quiser acompanhar, na Internet, os gastos do Governo do Amapá, deve acessar o *site*, no item “gastos públicos”. Qualquer gasto praticado pelo

Governo do Amapá, seja com uma agulha ou com um avião, é lançado na Internet.

No dia 03 de outubro de 2002, às vésperas das eleições, que ocorreriam no dia 06, o Governo da época emitiu um empenho no valor de R\$2,4 milhões, com ordem de pagamento imediata. Imaginem uma liberação desse tipo! Tirei cópia e sublinhei o valor para quem quiser ver.

A coligação adversária entrou com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral, e o juiz prontamente emitiu uma decisão, da qual vou destacar apenas o trecho que se refere à fonte de informação:

Em consulta **on-line** sobre as despesas do Governo do Estado do Amapá, aparecem dados de empenhos nºs 2002NE0325, 0326 e 0327, os três feitos em benefício de B. S. ADMINISTRAÇÃO LTDA nos valores de, respectivamente (...). Estes valores, totalizando R\$2.400.000,00, batem com o que foi denunciado pelo representante.

O juiz encontrou essa informação na Internet – como posso fazer agora, pois ela não foi apagada – e tomou uma decisão. Em menos de 24 horas após ter sido detectado o empenho de R\$2,4 milhões e ter sido movida ação no Tribunal Eleitoral, o juiz mandou bloquear a conta da empresa e salvou o dinheiro que estava sendo desviado de forma fraudulenta, para, possivelmente, ser usado na boca-de-urna.

Vejam que esse é o instrumento...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) ...fundamental para a prevenção da corrupção e para que o cidadão não perca sempre com ela, seja em uma ponta ou noutra.

Amanhã, o Presidente Lula abre um simpósio internacional sobre Controle da Corrupção na Vida Pública.

O projeto está na Câmara dos Deputados, onde conversei com seu Relator e Líder do meu Partido, Deputado Beto Albuquerque. S. Ex<sup>a</sup> conversará com o Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, para que o projeto seja encaminhado diretamente ao plenário. Dessa forma, poderemos dar uma resposta, neste momento angustiante, para a sociedade brasileira, em relação ao controle e à prevenção da corrupção.

Portanto, ao Presidente Lula e a todos os Partidos da base do Governo, peço que mobilizem os seus Deputados, para que possamos aprovar esse projeto e prevenir, em vez de investigar apenas. Que possamos, definitivamente, prevenir a corrupção em nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com até cinco minutos de prorrogação.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Patrícia Gomes – lamento a ausência da Senadora Heloísa Helena, que está fazendo aniversário hoje, pois eu gostaria muito de cumprimentá-la, e o farei –, Senador Arthur Virgílio, da manhã de sexta-feira até agora, viajei para Natal, para Lajes, um Município do interior do meu Estado, e para São Paulo. Cheguei às cinco horas da tarde.

Tive a oportunidade de ouvir muitas pessoas e de com elas conviver, Senador Antonio Carlos, na capital e no interior do meu Estado e na cidade de São Paulo. Não que eu tivesse perguntado algo sobre o que estamos tratando aqui, mas é impressionante – e parece que o Governo é autista, porque só ele não percebe isso –, Senador João Capiberibe, como um fato está mobilizando a opinião pública e antenando a sociedade.

Deixem-me expor os fatos que vivenciei de sexta-feira para cá.

Na sexta-feira, à noite, fui a um restaurante e a uma recepção na minha cidade, em Natal. No restaurante Museu do Bacalhau, onde comi um bacalhau, havia muita gente, e alguns cumprimentavam-me. Na saída, o garçom – que, sempre muito solícito, vinha, servia e voltava – postou-se sorrateiramente na porta e, quando eu ia saindo, pegou no meu braço e disse: “Senador, a CPI sai, não sai?” Eu lhe dei uma explicação e fui embora.

No dia seguinte, fui à Caprifeira, uma exposição de caprinos e ovinos que ocorre anualmente no Município de Lajes, no interior do meu Estado.

Senador Marco Maciel, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, pois é nordestino como eu, o evento é um ponto de encontro de sertanejos, de agricultores, de gente sofrida, de uma gente do interior, mas nem por isso alienada. Não foi um, não foram dois nem três, foram muitos, entre veterinários, agrônomos, expositores e “tangerinos”, aqueles que tomam conta das ovelhas em exposição, que me fizeram pergunta igual à do garçom do Museu do Bacalhau: “Senador, a CPI sai, não sai? Vocês não vão deixar que o Governo abafe a CPI, não é Senador?” A resposta era sempre a mesma.

Voltei para Natal e peguei uma bela chuva. É festa quando chove no Nordeste. De Lajes até Natal, foram 120km de chuva, o tempo todo. Cheguei em Natal no sábado, cansado, e fui dormir cedo. No dia seguinte, recebi muita gente em casa e fui cortar o ca-

belo com meu barbeiro habitual, Tonho Guedes. Não havia ninguém, pois era domingo. Ele, conversador, começou a cortar o meu cabelo. Daí a pouco, chegou o filho dele, que entrou na barbearia como um foguete, partiu para cima de mim e disse: “Senador, a CPI sai ou não sai?”

Senador Tasso Jereissati, eu vou ainda em frente citar uma série de relatos para mostrar que os que fazem o Governo devem estar vivendo num outro país, porque não estão percebendo o clamor da sociedade em torno dos fatos que estão acontecendo no Brasil.

O filho do meu barbeiro chama-se Beto. Estou citando os fatos e os nomes. Dei a mesma explicação e a mesma resposta a ele.

Saí do barbeiro e fui almoçar no hotel de um amigo meu, homem de posses. Do meio para o final do almoço, chegou o filho do dono e perguntou: “Senador, e a CPI, sai ou não sai?” A mesma pergunta, Senador Geraldo Mesquita, do barbeiro, do tomador de conta dos caprinos, do garçom, todos. Dei a mesma resposta a todos.

Domingo, sai a **Veja**, com a reportagem do ex-Presidente do IRB, o Sr. Lídio Duarte.

Viajei para São Paulo, hoje, às 6h45. Para completar, o rapaz da Infraero que confere o código de barras do tíquete, pela porta por que entro sempre no embarque do Aeroporto de Natal, com um sorriso nos lábios, perguntou: “Vai a São Paulo, Senador?” – porque era o vôo que saía naquele horário para São Paulo. Respondi que sim. E ele acrescentou: “E a CPI?” – não perguntou se sai ou não sai. Eu disse: “Estamos trabalhando nela”.

Senador Tasso Jereissati, embarquei, cheguei a São Paulo e peguei um táxi. Eu não tinha conhecimento ainda da matéria da **Folha de S.Paulo**, tinha conhecimento da matéria da **Veja**. Quando cheguei em São Paulo, o telefone começou a tocar e me leram partes da matéria do jornal.

Peguei um táxi para ir à Associação Comercial, onde tinha um encontro com o Senador Marco Maciel, com o Prefeito Cesar Maia, com o Senador Jorge Bornhausen, com o Deputado Aleluia e com empresários do comércio de São Paulo.

Curiosas as observações do motorista do táxi que peguei em São Paulo, Senador Antonio Carlos Magalhães! Ele deve ter-me reconhecido, porque eu falava ao telefone sempre, e me disse: “Senador, ainda bem que saiu a **Veja**. O senhor já imaginou? Porque esse homem foi à Polícia Federal, porque o Governo mandou investigar por uma sindicância interna, pela Controladoria-Geral da União, gabando-se das investigações, foi à Polícia Federal, e esse Lídio Duarte negou tudo. Já imaginou se a **Veja** não tivesse a gravação? A acu-

sação que foi feita ia passar por quê? Ainda bem que a **Veja** tinha a gravação para desmacarar”.

Virou ele e disse: “O senhor já viu a **Folha de S.Paulo** de hoje?” Eu disse: “Não vi, mas tomei conhecimento.” E ele me fez a constatação que qualquer brasileiro comum faz. Ele me disse, Senador Arthur Virgílio: “Agora eu estou entendendo” – Senador Jonas Pinheiro –, “agora eu entendi, matei a charada do porquê do esforço que o Governo está fazendo para evitar essa CPI”. Porque este homem, o Deputado Roberto Jefferson, que já disse, desdisse, redisse, agora entregou as razões pelas quais o Governo não quer que esse fato seja investigado de jeito nenhum, porque está claro que a coisa não é nos Correios, a coisa vai muito mais longe, são os agentes do PT que estão levando mesada para partidos políticos, para Deputados. A coisa é grossa.

Senador Marco Maciel, estou falando isso tudo para relatar a voz do povo em São Paulo, em Lajes, em Natal, em toda parte. E o Governo não acorda, Senador Tião Viana. Pelo amor de Deus!

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Senador José Agripino, é hora de todos os embustes serem descartados. A ação da Polícia Federal contra a corrupção é meritória, ela está aí para isso, não foi inventada neste Governo. Ela já fazia em outros governos – e muito, no anterior – ações semelhantes. Mas eles, que desconfio nem sempre controlam esse vigor cívico da Polícia Federal, alegam sempre, e logo após, já na hora do rescaldo das operações, que isso faz parte de uma campanha moralizadora encetada pelo Governo Lula, que seria pioneiro nisso. É mais ou menos essa a ideologia, mas vou dar dois exemplos que põem por terra esse embuste. Primeiro, será que eles mandaram a Polícia Federal invadir a Caixa Econômica Federal em busca de documentos da GTech que poderiam incomodar o Ministro José Dirceu e que, certamente, complicariam ainda mais o caso Waldomiro Diniz? Segunda pergunta: será que eles autorizaram mesmo a prisão do publicitário Duda Mendonça? E, se fizeram isso, por que logo em seguida transferiram os policiais federais responsáveis pela prisão, com todos os transtornos, até familiares, que uma transferência abrupta ocasiona em uma situação dessas? Ou seja, seria bom que o Governo largasse toda sua “marketologia” e olhasse com sinceridade nos olhos da Nação, olhasse com sinceridade nos nossos olhos para se alçar a esse diálogo que estamos propondo. Ou seja, limpe o Governo e converse com a Nação. Assim, o Presidente terá um futuro radioso. Fora disso, de negaça



em negação, teremos o caos se aproximando, porque a crise se aprofunda.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Parabéns pelo discurso eloqüente de sempre e que, na verdade, reflete a preocupação que V. Ex<sup>a</sup> tem com a ética e com a apuração dos fatos, dentro da serenidade que marca a sua vigorosa e brilhante atuação parlamentar.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. V. Ex<sup>a</sup>, como eu, está aqui a serviço do interesse coletivo.

Senador Marco Maciel, não passa pela minha cabeça falar em *impeachment* ou em renúncia de ninguém, mas não vou abrir mão de interpretar o sentimento do cidadão comum que está na rua. Senadores Marco Maciel e Hugo Napoleão, não há *marketing* no mundo que convença o povo de que essa CPI não se faça imperativa, por uma razão simples: as pessoas estão percebendo, e não é porque eu, o Senador Arthur Virgílio ou o Senador Tasso Jereissati estejamos dizendo, mas porque as pessoas estão concluindo. Foi o que homem do táxi me disse em São Paulo: se a **Veja** não tivesse guardado a fita gravada, o assunto do IRB tinha se acabado. O Lídio Duarte negou e está negado.

O que faz uma CPI? Provoca a atenção da opinião pública. Os meios de comunicação ficam acompanhando os depoimentos o tempo todo, e o pessoal antenado. Os ladrões se tremem. Um entrega o outro. E, um entregando o outro, vão muitos para a cadeia, como foram na CPI do Judiciário. Vamos nós abrir mão de uma coisa que não é um direito nosso a essa altura, mas uma obrigação?

Senador Tasso Jereissati, já vou lhe conceder o aparte e ao Senador Geraldo Mesquita Júnior também.

Os fatos revelados pela **Folha de S.Paulo** de hoje colocam em segundo plano o IRB, os Correios, a Eletronorte e tudo o que é mencionado. O que é colocado em primeiro plano é que o uso do dinheiro desses órgãos está sendo colocado como operado pelo Secretário-Geral do PT, Sílvio Pereira, e pelo Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para dar mesada a partidos políticos inteiros citados pelo Presidente do PTB, Roberto Jefferson. Então, o Congresso brasileiro está em xeque.

Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem probo e decente – homem decente com cara de homem decente –, poderá ser admoestado nos aviões daqui para Recife. Quem disse que compraram só o povo do PP ou do PL e não compraram V. Ex<sup>a</sup> ou a mim ou o Senador Tasso Jereissati? Quem assegura?

Ou nós passamos isso a limpo e esta CPI é objeto de aprovação nesta semana, ou a sociedade irá se mobilizar. Tenho certeza, pelo que ouvi nas ruas, de que a sociedade vai-se mobilizar e entrar neste Congresso. E, antes que seja tarde, é bom que o Congresso brasileiro faça a sua parte.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, com sua impressionante capacidade de fazer observações com clareza, com raciocínio lógico, chegou ao ponto que considero principal em nossa discussão. V. Ex<sup>a</sup>, dirigindo-se ao Presidente desta sessão, Senador Tião Viana, disse: "Meu Deus, está tão claro que a sociedade brasileira precisa de um esclarecimento sobre o que está acontecendo, e o Governo não acorda, não percebe!" Ouvi há pouco tempo, Senador José Agripino, um pouco antes de sua chegada a esta Casa, uma defesa, uma participação do Líder do Governo, em que S. Ex<sup>a</sup> dizia da participação da Polícia Federal. Afirmava que a Polícia Federal está extremamente envolvida, já desvendou muitos casos, fez muitas investigações, concluiu vários inquéritos. "Meu Deus do céu", repetindo a expressão que V. Ex<sup>a</sup> empregou tão bem, será que o Governo ainda não percebeu que o que está em jogo agora é sua própria atuação? A sensação que passou ao País, Senador Tião Viana, é a de que há uma ação de corrupção institucionalizada dentro do próprio Governo, com várias raízes diferentes. Ora, é claro que o Governo não pode, ele mesmo, investigar e dizer o que aconteceu, se existe uma corrupção institucionalizada dentro dele próprio; se há um elemento fazendo corrupção no órgão tal; outro elemento de outro Partido fazendo corrupção no órgão tal; outro, na diretoria de uma empresa estatal, dirigido por um núcleo central, que arrecada recursos pelo tesoureiro e principal secretário do Partido do Governo, para distribuir como mesada entre os Deputados! Talvez seja o maior caso de corrupção institucionalizada da história brasileira que eu conheça. É o Governo que está em jogo. É o Governo que vai ser investigado, além do próprio Congresso Nacional. Não tem sentido que o próprio Governo se investigue neste momento. Se me permite fazer-lhe uma observação, Senador, não é obrigação, é dever desta Casa investigar e levar à opinião pública brasileira o esclarecimento, porque nossas instituições, neste momento, estão em xeque.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Antes que seja tarde, Senador Tasso Jereissati! Antes que seja tarde! Vamos ser claros, vamos antecipar-nos aos fatos, antes que seja tarde.



Ninguém vai passar manteiga em venta de gato e imaginar que o povo vai aceitar. A Polícia Federal tem a obrigação institucional de tomar a iniciativa nos casos como o de Duda Mendonça e da madeireira, que são crimes de responsabilidade contra o patrimônio público; ninguém vai colocar na cabeça do povo que o Governo está se esquivando. Na hora em que é para investigar fora, tudo bem, a Polícia Federal entra, e o Governo assume a paternidade; mas, na hora em que é para investigar a ação do próprio Governo, que conversinha é essa? Por que tanta reação? Todos sabem que esse tipo de investigação não vai dar em nada, até porque os instrumentos vão ser fechados à Polícia Federal, que já declarou, por intermédio do delegado encarregado da investigação do caso dos Correios: “a CPI é recomendável”. E ele tinha razões de sobra para dizer isso. Ele sabe o porquê. Então, quando é para investigar para dentro, o Governo tem a obrigação de dar o exemplo e permitir que a CPI se instale e opere.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Interrompo V. Ex<sup>a</sup> apenas para prorrogar a sessão por mais 30 minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Senador José Agripino, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a concessão do aparte. Serei breve, para não tomar seu tempo. Fiquei impressionado, porque nunca vi ninguém trazer o Brasil real, a vida do povo brasileiro para o interior de um plenário como este, como V. Ex<sup>a</sup> faz em seu pronunciamento., Senador, se houvesse alguém com a clarividência de V. Ex<sup>a</sup>, que tivesse circulado neste País – como V. Ex<sup>a</sup> fez no final de semana – e que levasse para o interior do gabinete do Presidente o Brasil real, do qual Sua Excelência infelizmente se divorciou, tenho certeza absoluta de que o Presidente da República talvez tomasse decisões que até agora não tomou. Tenho a impressão de que Sua Excelência desconhece exatamente a descrição que V. Ex<sup>a</sup> fez há pouco, sobre o que tem acontecido, sobre como a população está vendo o episódio. Nas perguntas que foram formuladas a V. Ex<sup>a</sup>, pessoas simples do povo, motoristas de táxi, garçons, porteiros de restaurante, agricultores mostram o que estão sentindo, o que querem. Esse é o Brasil real, que o Presidente deveria ouvir. E tenho certeza absoluta de que, se houvesse alguém do lado de Sua Excelência,... Mas que fosse amigo, porque acredito que o Presidente está cercado de pessoas que não são amigas. Penso que ao gabinete do Presidente da República dificilmente chega

um amigo, para dar um conselho. O Presidente está precisando de um conselho grande, de alguém que pegue em seu braço e o leve para fazer esse périplo que V. Ex<sup>a</sup> fez no final de semana, pelo Brasil afora. O Presidente precisa colocar o pé no Brasil; precisa circular, ouvir a população brasileira, aquela a que se deveria ter aliado no início de seu Governo e com que deveria ter estabelecido uma parceria profunda; aquela com que V. Ex<sup>a</sup> manteve contato. Então, se alguém, amigo de fato do Presidente, descrevesse para ele o Brasil real, que V. Ex<sup>a</sup> viu e vê todo final de semana quando vai a seu Estado, tenho certeza absoluta de que o Presidente hoje estaria tomando decisões graves, que até o momento não tomou.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita; já comentarei o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um parte ao Senador Sibá Machado e já encerro, Sr. Presidente.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, tenho insistido, desde sexta-feira, em que uma situação como essa indigna mesmo qualquer pessoa. Qualquer notícia ruim traz indignação; meu medo é o de que isso vire estatística. Quando uma pessoa morre em um acidente, considera-se que houve uma tragédia; quando muitas morrem, trata-se de número. Espero que cheguemos a um fato determinado, mesmo porque, observando o que foi a CPI do Banestado, não gostaria de ver CPI nenhuma seguir aquele caminho. A insistência que faço é que essa indignação não possa externar-se naquilo que tenho sentido, ou seja, de que isso é uma coisa generalizada. Estou insistindo na tese de que a corrupção tem uma inteligência que perpassa governos, tal qual o problema do narcotráfico. Penso que os governos do mundo inteiro têm isto como o primeiro ou o segundo item de sua pauta: varrer da face da terra o problema do narcotráfico e do crime organizado. Infelizmente, o problema da corrupção parece estar colocado num plano dessa natureza. Então, todos os governos têm procurado fazer um esforço mínimo para resolver essa situação, e o nosso está fazendo isso também, ao deixar trabalhar livremente o Ministério Público, a Polícia Federal e as demais instituições. E algumas medidas, com certeza, estão vindo a olhos vistos, como todos nós estamos assistindo. Portanto, a nossa indignação se deve a um fato real, já mencionado, mas discordo de que, no Brasil, a onda de corrupção que estamos vivendo é coisa de hoje; nisso não posso acreditar. Ainda há pouco, eu estava repetindo ao Senador Ar-

thur Virgílio, em aparte, que a principal preocupação de José Sarney foi evitar que, em seu governo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua, Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) ... que em seu governo se reproduzissem medidas do governo anterior, que era exatamente um governo de exceção. Daí em diante, o esforço tem sido o de varrer a corrupção da face do Brasil. Infelizmente, penso que isso não se resolve por decreto, mas por um trabalho persistente, continuado e que tem que perpassar todo e qualquer governo que vier. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> nessa indignação que é de todos nós, inclusive do Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço os apartes do Senador Geraldo Mesquita e do Senador Sibá Machado.

Senador Geraldo Mesquita, quem quer interpretar o sentimento do povo tem que ir à rua, tem que conversar com as pessoas, não pode ficar coberto por redoma, não pode se transformar num autista, não pode se deixar proteger em excesso do contato e do sentimento popular. É isso que se espera de um Vereador, de um Prefeito, de um Governador, de um Deputado Estadual, de um Deputado Federal, de um Senador, de um Ministro de Estado, de um Presidente de República.

Estou falando aqui para ver se o Presidente da República ouve o eco da minha modestíssima palavra. Estou transmitindo a Sua Excelência a voz das ruas do Brasil. O que se conversa no interior do Rio Grande do Norte não é nada diferente do que se conversa no interior do Acre, nem no interior de Pernambuco, nem no interior do Piauí, do Senador Heráclito Fortes. É a mesma coisa. Fato determinado, Senador Sibá, corrupção, existe na Alemanha, nos Estados Unidos, na Suíça, na Suécia, em toda parte – mais, menos; agora, corrupção, como a que estamos assistindo no Brasil, com fitas de vídeo gravadas do Waldomiro com Cachoeira, do Maurício com um comprador...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – ... do Sr. Maurício Marinho com um comprador não identificado – pelo amor de Deus! – gerando a quantidade de manchetes de primeira página e capas de revista de circulação nacional, nunca se viu neste País! Nunca! É inédito!

Senador Arthur Virgílio, o mal maior da corrupção chama-se impunidade. CGU, Sindicância Interna, Polícia Federal para fatos dessa gravidade não são re-

médio. O remédio para esse tipo de dolo é Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste caso, Senador Arthur Virgílio, Senador Heráclito, quem está em voga é a credibilidade de um instituição chamada Poder Legislativo da República Federativa do Brasil. O caso hoje, com a entrevista de Roberto Jefferson, adquiriu uma importância...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Caro Senador Agripino, V. Ex<sup>a</sup> está há 22 minutos na tribuna.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

Adquiriu uma proporção muitas vezes maior do que aquela ‘denuncinha’ do IRB, da Infraero, dos Correios. A coisa agora pega no Congresso Nacional, em partido político inteiro, que recebe mesada. E nós vamos ficar aqui quietos? Por hipótese alguma! Eu morro teso, mas esta CPI tem que sair. O que eu quero, Senador Marco Maciel, não é perseguir ninguém, não é *impeachment* de ninguém, agora, é dar a minha modesta contribuição para coibir a corrupção neste País pela via da punição. O pior dos males da corrupção é a impunidade.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Se o Presidente permitir.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Talvez, Senador José Agripino, o Governo não tenha atentado para um fato que torna irreversível essa CPI. Os Correios têm cerca de duzentos mil funcionários, penetra no lar de todo brasileiro; a capilaridade dessa instituição centenária talvez seja mais abrangente em todo o País. Todos nós temos um pouco de dono dos Correios. Então, a partir do momento em que há uma denúncia envolvendo essa instituição, o Brasil inteiro quer resposta. E ficará muito mal, Senador Sibá Machado, para o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, o Partido dos Trabalhadores, não permitir que o valoroso trabalhador dos Correios tenha uma definição clara do que ocorreu ou do que está ocorrendo lá. Até pelo valor. Ah, R\$3 mil! Ouvi uma Senadora aqui dizer que R\$3 mil eram uma bobagem. Não! Uma carta custa R\$1,00 e atravessa o mundo para lhe satisfazer curiosidade. Não se está aqui discutindo valores, mas, sim, princípios. A partir do momento em que se minimiza essa crise pelo tamanho do valor, está-se quebrando o princípio...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concederei mais um minuto para a conclusão do pronunciamento, improrrogável.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...que sempre foi defendido pelo Partido dos Trabalhadores. De forma que este é um assunto que, felizmente para a Nação, não pode ser colocado embaixo do tapete. Tem de ser esclarecido para o bem do Congresso e para o bem do Poder Executivo. Concorde com o Senador José Agripino. O Congresso, contudo, nesse caso, é vítima. O núcleo inicial do problema é o Poder Executivo. O Congresso está envolvido. Mas o fato tem de ser apurado seja quem for, doa a quem doer. Muito obrigado, Senador.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Para encerrar, Sr. Presidente – e agradeço muitíssimo a tolerância –, Senador Heráclito Fortes, em jogo está a compra do Poder Legislativo pelo Poder Executivo. Desculpem-me a dureza das palavras, mas o que se passa para a sociedade é que o Poder Executivo, com o dinheiro público, está comprando a obediência do Poder Legislativo – com dinheiro público!

E aqui vai o meu apelo final ao Presidente Lula. Já vou concluir.

O Presidente Lula tem uma imagem positiva perante a sociedade, Sua Excelência é estimado pelo povo brasileiro que admira a sua história. O povo brasileiro tem vontade de acreditar que aquilo que Roberto Jefferson falou não seja bem verdade: que ele sabia do que estava acontecendo, e estava reagindo à instalação da CPI, que foi o que o motorista de táxi concluiu.

Faço aqui um apelo ao Presidente Lula: pense, Presidente Lula, como Dom Magela, Presidente da CNBB, que acha que a CPI deve ser instalada; pense como o Presidente do STJ, Ministro Vidigal, que acha que a CPI deve ser instalada; pense, Presidente Lula, como o povo brasileiro que pensa, e deseja, e exige que a CPI seja instalada, para que não paire dúvida alguma sobre a honorabilidade pessoal de Vossa Excelência, para que Vossa Excelência saia bem desse episódio. A partir de agora, mande aqueles que lhe ouvem permitir que a CPI seja aprovada na CCJ, na Câmara, e que a CPMI, Câmara e Senado, se instale para varrer a corrupção do seu Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, pela Liderança do P-SOL, por cinco minutos.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Garibaldi Alves Filho, está inscrito após o Senador Geraldo Mesquita, porque intercala um orador e um Líder.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, prometo ser rápido.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, estamos hoje ocupados neste Plenário a tecer considerações sobre declarações de um Parlamentar Federal de seis

ou sete mandatos, a quem o Presidente Lula ao se referir, há poucos dias, disse com todas as letras que entregaria um cheque em branco assinado. Estamos falando de um Parlamentar Federal de seis ou sete mandatos a quem o Presidente Lula chamou de companheiro e disse que a esse tipo de companheiro não poderia faltar a solidariedade de ninguém.

O Senador Agripino, há poucos instantes, como eu disse, trouxe o Brasil real para este Plenário. Achei fantástica a descrição que S. Ex<sup>a</sup> fez, andando no seu Estado, percorrendo alguns locais de São Paulo, conversando com as pessoas e colhendo, de forma unânime e barulhenta, inclusive, Senador Arthur Virgílio, o propósito, o desejo, o sentimento da população brasileira. Agora, neste final de semana, se alguma dúvida restava da necessidade da instalação da CPI dos Correios, essa dúvida foi por terra, esboroou-se nas publicações das revistas semanais e, notadamente, na publicação que o Jornal **Folha de S. Paulo** fez hoje, reproduzindo uma entrevista e declarações do Deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB, um dos Partidos aliados do PT neste Governo.

Vou mais além. Creio que, como eu disse, não há mais dúvida. A população brasileira, indignada, a população brasileira, num misto de vergonha e revolta, exige investigações. Disse bem o Senador Agripino: se o Congresso Nacional não tomar a atitude que lhe é cobrada hoje pelo povo brasileiro, também eu, Senador Agripino, tenho certeza absoluta de que o povo brasileiro irá se mobilizar no sentido de fazer com que essa CPI seja instalada.

Palmas à Polícia Federal. Palmas, Senador Arthur Virgílio, pois ela tem cumprido com dedicação e seriedade sua missão institucional. Palmas à Polícia Federal. Agora, o Senador Agripino também, em sua clarividência, disse mais uma coisa que me chamou a atenção e, creio, chamou a atenção de todos os Senadores aqui presentes ao se referir ao que foi publicado hoje na **Folha de S. Paulo**.

Aqui quero antecipar um assunto. Aguardava até poucos instantes a chegada da minha Líder, Senadora Heloísa Helena – ela, inclusive, faz aniversário hoje –, porque pretendo submeter, no âmbito do meu partido, a proposição de requerermos mais uma CPI, a CPI do Mensalão. Creio que o Congresso Nacional não pode se omitir diante dessa necessidade, a CPI do Mensalão terá de ser instalada. Vou propor essa CPI no âmbito do meu partido para que, conversando com os demais partidos que compõem o Senado e o Congresso Nacional, possamos instalá-la.

Quero aqui lembrar o que disse o Senador Agripino. Se nós não instalarmos também essa CPI do Mensalão, Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> poderá so-



frer constrangimentos nas ruas de Recife ou no avião em que se deslocar para a sua capital; qualquer um de nós, Senador Heráclito, está, no mínimo, sob suspeição. Poderão pensar: “Será que o Senador Geraldo também não recebeu o “mensalão”? Será que o Senador Heráclito não o recebeu? E o Senador Sibá?” Por que não?

Até por isso, também, porque o assunto diz respeito a parlamentares, ao Congresso Nacional, digo que não podemos fugir dessa responsabilidade, sob pena de prevaricação, Senador Arthur Virgílio. Vou propor, sim, no âmbito do meu partido, a discussão sobre a instalação de mais essa CPI.

Governo que tem a prodigalidade de produzir fatos de tamanha gravidade como os que estamos observando, como os que estamos lendo, assistindo, vendo e ouvindo em nosso País nos últimos dias, não precisa nem de oposição, Senador Sibá. A mim causa vergonha, a mim causa repulsa, ao povo brasileiro, além da decepção, da mesma forma, Senador Marco Maciel, causa embaraço, causa constrangimento, causa vergonha.

Poderíamos estar a plena carga produzindo em nosso País, com o povo brasileiro feliz da vida envolvido em suas atividades, mas estamos envoltos em fatos que mancham, com certeza, a história deste País. Por isso, não há desculpas a quem, dessa forma indigna, vergonhosa, envolve todos nós nessa história rumorosa e indecente, Senador Marco Maciel. Tesoureiro de um partido como o PT, quem diria?

Para concluir, Sr. Presidente, não posso duvidar das palavras do Deputado Roberto Jefferson, porque o próprio Presidente da República, como disse no início, há poucos dias, afirmou, em claro e bom som, que a ele entregaria um cheque em branco assinado e que se tratava de um grande companheiro a quem não se deveria negar solidariedade naquele momento de dificuldade pelo qual ele passava.

O Congresso Nacional, o Senado Federal, não poderá fugir da responsabilidade, sob pena de ser visto pela população brasileira como um Congresso omissivo e irresponsável, porque, do ponto de vista da atuação dos seus membros, não toma as providências necessárias para a apuração dos fatos cabal, resoluta e definitivamente.

Portanto, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, precisamos agir serenamente. Como disse a Senadora Heloísa Helena na semana passada, o Brasil não vai parar, o Congresso Nacional não vai parar, até porque, como ela bem lembrou, interrompem-se os trabalhos da CPI ao ter início a Ordem do Dia na Casa ou nas duas Casas. Há poucos dias, o Senador Sibá Machado chegou aqui preocupado porque a reunião

da CPI da Terra continuava. O Senador Renan Calheiros determinou, imediatamente, a sua suspensão, e o Congresso voltou a funcionar normalmente. Assim, nada pode ser alegado no sentido de que estaremos tumultuando a vida do País ou conturbando o funcionamento das instituições. Essas duas CPIs deverão ser instaladas, sob pena de responsabilidade não só do Poder Executivo, mas também do próprio Poder Legislativo deste País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho por dez minutos.

A seguir, terão a palavra o Senador Sibá Machado e o Senador Marco Maciel.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não poderia hoje deixar de fazer um pronunciamento a respeito da gravidade do momento nacional que estamos vivendo. Afinal de contas, desde o início desta sessão – sei disso apesar de não estar presente desde o início –, vem sendo feitos os mais diversos pronunciamentos, todos eles procurando situar a responsabilidade ora do Poder Executivo ora do Poder Legislativo porque os dois poderes estão envolvidos nessa grave situação. Infelizmente, nem o Poder Executivo nem o Poder Legislativo podem se eximir dessa responsabilidade. Cada um terá de fazer a sua parte sob pena de se impor um abalo muito grande, Sr. Presidente, às nossas instituições democráticas.

Todos estamos preocupados com o destino das nossas instituições. Todos comemoramos, há pouco, a retomada do processo democrático. Neste plenário, houve a homenagem a Tancredo Neves e o ecoar da voz de Fafá de Belém, que foi uma convocação a todos nós para que continuemos a zelar por essa planta tenra, como se diz, que é a nossa democracia.

Em nome dessa democracia e do que fizemos, estou aqui para dizer, sem ser líder e sem ocupar uma posição de liderança – até mesmo da vice-liderança do Governo já me desobriguei –, que cada componente do Poder Executivo e deste Poder Legislativo terão de fazer sua parte, a começar pelo Presidente Senador Renan Calheiros. Confio plenamente que o Presidente Renan Calheiros haverá de cumprir sua missão. A próxima quarta-feira não será uma quarta-feira de cinzas para a democracia, mas uma quarta-feira em que o Presidente Renan Calheiros, se não houver a indicação por parte de algumas lideranças com relação à CPI, há de fazê-lo. Não há mais como recuar. A essa altura, é irreversível. Sei – tenho plena confiança – que o Se-



nador Renan Calheiros, Presidente deste Congresso Nacional, vai conduzir-se dessa maneira.

Sr. Presidente, apesar de tudo, creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai deixar de cumprir o seu dever de apurar, no âmbito do Executivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/ PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Interrompo V. Ex<sup>a</sup> para prorrogar a sessão por mais 30 minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço, Sr. Presidente.

Creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai deixar de cumprir o seu dever de apurar, no âmbito do Executivo, e não tolherá a vontade do Poder Legislativo, até porque os Poderes são harmônicos e independentes.

Falo diante de uma grande Liderança, como a do Senador Marco Maciel. S. Ex<sup>a</sup> é um homem público, experimentado, que já passou por momentos difíceis nesta Nação. S. Ex<sup>a</sup> deve estar preocupado. A essa altura, não há quem não esteja preocupado! Não há quem não pergunte o que irá fazer o Governo e o Congresso! Essa é a pergunta mais crucial nessa hora. Não saber, a essa altura, o Governo o que vai fazer depois de tudo o que foi relatado? Ora, Sr. Presidente, não há por que não sabê-lo! A corrupção, com seus tentáculos, instalou-se nos Poderes da República. Temos que afastá-la, que varrê-la, de uma forma cabal que não restem dúvidas sobre o zelo que temos pelas nossas instituições.

Razão tem a Ministra Marina Silva – e o Presidente Lula poderia se inspirar na palavra dessa mulher valorosa que convocou para o seu Ministério –, quando disse que iria apurar o escândalo da Amazônia, Senador Tião Viana, que é dessa região e que é também um homem público de muito valor. A Ministra Marina Silva afirmou que, se o PT estiver envolvido, irá pagar.

Então, não é momento para omissão. Não cabe a omissão, que poderá ser fatal, levando-nos a uma situação insanável, Sr. Presidente. Todos nós aqui, no Senado Federal, temos um cabedal de experiências suficientes e sabemos que a hora é de apurar e, dessa forma, vigiar e zelar pelas nossas instituições democráticas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cinco minutos, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. A seguir, falará o Senador Marco Maciel.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tendo em vista que a tônica de hoje

é essa, eu também queria tecer alguns comentários sobre o que penso em relação a essa situação toda.

Acabo de ser informado de que já está disposta na Internet, nas páginas dos principais jornais, a posição dos Ministros que foram citados pelo Deputado Roberto Jefferson. Todos dizem que orientaram o Deputado a falar com o Presidente e que sentiram, nas palavras do Deputado Roberto Jefferson, muita insinuação e pouca veracidade. É mais uma razão para que reforcemos o pedido no sentido de que a Câmara ouça melhor o Deputado Roberto Jefferson e que S. Ex<sup>a</sup> explicithe no órgão competente a situação que diz conhecer muito bem.

Gostaria de fazer uma pequena retrospectiva do que conheço de alguns dirigentes do meu Partido. Sou do PT desde o seu berço, filiado formalmente em 1986. Digo a V. Ex<sup>a</sup>, com toda a segurança, que o papel do Ministro José Dirceu à frente do nosso Partido, o PT, deve ter causado muita inveja no Brasil. Em virtude do papel de um militante oriundo das origens como as de S. Ex<sup>a</sup>, da história que carrega, da capacidade que tem, muitas pessoas devem ter olhado para o nosso Ministro com muitos dissabores, Sr. Presidente. O Ministro José Dirceu conduziu o PT para chegar aonde chegou, à Presidência da República, para ser expectativa de Governo mesmo nos Estados, nos Municípios.

Nosso Partido cresceu. É só olhar para o número das eleições. É o Partido mais bem votado ao longo de sua história e tem obtido uma votação crescente. Querer destruir a imagem de uma pessoa que poderia estar aqui cumprindo um papel muito especial no tabuleiro da política nacional pode ser do interesse de muitos, assim como querer vincular a imagem do Presidente Lula... Quem o conhece pessoalmente sabe perfeitamente bem que jamais alguém pega no pulso do Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder, nobre Senador. Jamais o Presidente Lula vai ser levado por qualquer pessoa, nem mesmo pelo Ministro José Dirceu, com o arcabouço de conhecimento e capacidade que tem.

O nosso Ministro Palocci, todos o conhecem muito bem. Agora vai ficar o Ministro Palocci, no meu entendimento, impedido do seu exercício profissional. O ano fiscal tem que ser executado, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> que atua muito bem nesta Casa, vem cumprindo um brilhante mandato de Senador, é Vice-Presidente da Casa, conhece muito bem das dificuldades em todos os Governos, pois está completando oito anos de mandato, sabe a diferença que foi para o exercício fiscal. Agora, no entanto, o Ministro está proibido de se

reunir com quem quer que seja para liberar recursos, porque, se fizer qualquer liberação de recursos agora, é imediatamente ligado a uma pseudocompra de parlamentares. Essa é uma situação complicadíssima.

E há outra, e não gosto de fazer comparações nem para números bons imaginem para números ruins, mas sou obrigado a dizer aqui, para V. Ex<sup>a</sup>, com toda a segurança, que, há pouco tempo, a gaveta do Ministério Público Federal era motivo de chacota, não só nesta Casa – e eu não estava aqui, sou recém-chegado –, mas no País inteiro.

Também ando pelo Brasil, também converso com motoristas de táxi, com ambulantes, com trabalhadores rurais, conheço também a situação, e sei exatamente que quando uma notícia se torna crescente no País é claro que as pessoas têm opinião sobre ela e a tendência é seguir a ordem natural dos fatos. É natural!

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que conheço muito bem o Ministro José Dirceu. S. Ex<sup>a</sup>, fiel escudeiro do meu Partido, é a pessoa mais segura com a qual o Governo pode contar. Também conheço muito bem Delúbio Soares, desde 1988, mais precisamente, quando ele trabalhava no PT. Sei que ele tem um lado organizativo que, desde o primeiro ano do Governo Lula, já foi motivo de muitas preocupações, inclusive do PFL.

O PFL andou pedindo que se fizesse investigação por conta da organização financeira do meu Partido, o PT. Tenho orgulho de dizer que o meu Partido, o PT, trabalha uma organização partidária inimaginável por outros partidos. Dos 5.561 municípios do Brasil, estamos em 5.135. E em todas as reuniões que vou digo que foi graças à organização partidária do Delúbio que, em um Município do Acre, Santa Rosa do Purus – que V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem, pois foi a base de estudo de sua tese de doutorado –, onde só dá para se chegar de avião monomotor, em 1h30, ou de barco, em seis dias, existe um computador com capacidade de colocar cada um de nossos filiados em reuniões cotidianas, para avaliar o Município, o Estado, a União, a conjuntura internacional e tudo mais.

Sempre vivemos isso no nosso sangue. Agora, senti que a organização do nosso Partido tem mexido, fortemente, nos demais partidos, principalmente nos de Oposição e não sei por quê.

Antes de passar o aparte ao nobre Senador Heráclito Fortes, gostaria de dizer que tenho absoluta certeza de que a Oposição quer a investigação. Sei que ela pede isso com sinceridade. Mas a preocupação de meu Partido – por isso a orientação de não assinar a CPI – é que ela não termine como terminou a CPI do Banestado, não vire *pizza*, mas também não

se transforme em trampolim de antecipação eleitoral. Isso é impossível, e não podemos admitir.

Portanto, no momento em que uma CPI, seja ela qual for, tenha um foco, um fato consumado, com certeza todos nós a apoiaremos. Eu até me ofereço ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral: se quiser me indicar, estarei à disposição.

Não acredito nem um pouco que, por conta dessa versão, o Deputado Roberto Jefferson não tenha feito isso com mais tempo e com mais rigor.

Não posso imaginar que o Governador Marconi Perillo queira apenas pegar carona num fato. Por que não fez a denúncia há um ano e meio?

Não posso acreditar, Sr. Presidente, que essas pessoas queiram o caos, o circo pegando fogo, ou que pensem que, quanto pior ficar, melhor será. Quero entender que as pessoas estão querendo um Brasil bom e digno para todos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Ouço, com atenção, o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Em primeiro lugar, gostaria de fazer um registro: é comovente a sinceridade que sai da sua alma e a veemência com que V. Ex<sup>a</sup> defende o seu companheiro e amigo Delúbio. Mas exatamente para fazer jus a essa confiança que V. Ex<sup>a</sup> está depositando nele, é que ele deveria ter pressa para prestar os esclarecimentos. Se V. Ex<sup>a</sup> bem acompanhou a imprensa – e é um homem atento –, esse fato começou quando o próprio Ministro José Dirceu disse – e a imprensa divulgou – que qualquer CPI que fosse feita com mais cuidado e mais apuro atingiria Delúbio e Sílvio Pereira. V. Ex<sup>a</sup> fez agora uma apologia ao Ministro José Dirceu. E é em nome dessa amizade, dessa defesa que V. Ex<sup>a</sup> fez do Ministro, que deve ser o primeiro a defender essa CPI. Mas não queira, pelo amor de Deus, colocar o Presidente Lula nessa história. A Oposição está tendo todo o cuidado para preservar o Presidente Lula, que está sendo vítima dos maus colegas, das más alianças, das más companhias. O Brasil inteiro respeita o Presidente Lula. Estamos pisando em ovos, exatamente para, com uma frase infeliz, não atingirmos essa figura de trabalhador brasileiro, que é o Presidente Lula. E é em respeito a esse trabalhador que queremos que a CPI dos Correios seja criada, para respeitar os duzentos mil trabalhadores dos Correios que andaram pelo Brasil afora cantando “Lula lá”. É por isso, Senador, que não estamos fazendo dessa questão um trampolim político. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que quem viabilizou o funcionamento e o término da CPI do Banestado foi o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, quando se encontraram, em determinado momento da

sua apuração, fatos envolvendo uma companhia aérea com ligações com o Palácio do Planalto. V. Ex<sup>a</sup> era membro da Comissão e sabe disso. A CPI transcorria serenamente, mas, no dia em que o assunto Transbrasil entrou em tela, nunca mais funcionou. Então, V. Ex<sup>a</sup> não acuse a Oposição de alguns fatos. Quando o caso Santo André também entrou na CPI, houve um terremoto, mas de pequena escala.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) A gente viu hoje na sua chegada a indignação diante dos fatos. V. Ex<sup>a</sup> estava atônito. No fundo, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, para o Partido que V. Ex<sup>a</sup> ajudou a fundar e que percorreu o Brasil com a sua bandeira, o melhor caminho é essa apuração. Louvo, mais uma vez, a apologia que V. Ex<sup>a</sup> faz do Sr. Delúbio, mas fique certo de que ele não vai de monomotor para os mais longínquos lugares do Acre. Ele tem meios de transporte mais confortáveis. A vida lhe ensinou e lhe deu essa oportunidade. Tampouco vai de barco, porque as muriçocas e os maruins vão picá-lo na pele, e ele não é mais homem para essas coisas. Ele está em outro estágio, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Terá aviões mais confortáveis e melhores e, como é um homem solidário, poderá levá-lo em sua companhia, quando tiver de levar os computadoresinhos, como V. Ex<sup>a</sup> disse, aos mais distantes recantos acreanos. Para que ele continue fazendo isso de cabeça erguida, mais do que ninguém, e com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, ele deve prestar os esclarecimentos. Se foi caluniado, deve processar os caluniadores, mas, se esse esclarecimento não for feito,...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Será feito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...tudo isso ficará atravessado na garganta e vai macular de morte a história do seu Partido.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Será feito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Partido, é a grande verdade, está desvirginado. Para a corrupção, meu caro amigo, não há hímen complacente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, insisto com V. Ex<sup>a</sup> que, primeiro, não é mais preciso o Delúbio ir a Santa Rosa, porque para lá já estamos indo freqüentemente, seja de barco, de avião ou de outros meios.

O que estamos discutindo é um fato político, direto e objetivo. Nosso País, enquanto estiver sob o regime do Presidente Lula, vai varrer aquilo que o olhar fiscalizador enxergar. Não tem sido moleza para ninguém, mesmo para filiados do PT.

O que quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> é que, além do pedido que o Deputado Zarattini já fez na Câmara, o nosso Partido vai se reunir e tratar dessa questão. Vamos sugerir que seja feita uma clarificação dos fatos. Não pode haver dúvida entre nós. Absolutamente não pode haver dúvida, muito menos dessa grandeza.

Também faço parte daqueles que acham que não interessa o valor da propina – se foi de R\$1 mil, de R\$2 mil ou de R\$3 mil –, quanto foi que o Sr. Marinho pegou. Não interessa quanto é que foi. Minha velha mãe sempre dizia: “Meu filho, entre roubar o boi e a corda do boi, a diferença é de preço, mas o princípio é o mesmo. Então, nunca pegue nem o boi e muito menos a corda”.

Nesse caso, nosso Partido vai tratar dessa questão com rigor, e espero que esse seja o tratamento da Casa, porque o Deputado Roberto Jefferson coloca dúvida sobre uma série de Deputados, e todos devem também se explicar.

Mas, devido ao tempo, Sr. Presidente, encerro agradecendo pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

Estamos muito tranquilos com tudo isso. Quero de novo parabenizar as ações do Governo, da Polícia e de todos que estão fazendo esforços para, sem nenhum constrangimento, sem ficar falando ao telefone, chamando no particular para relaxar e para deixar passar, resolver o problema da corrupção. Estão querendo dizer que, neste momento, somos um País da corrupção, mas o que estamos dizendo todos os dias é que, neste momento, temos um Governo que decidiu varrer a corrupção naquilo que for do seu alcance.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com até cinco minutos de prorrogação. É o último orador inscrito.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 06 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 599, DE 2005

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2003 que, "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal

e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)".

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. \_ Senadora **Ideli Salvatti**.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 089 / 03 NA REUNIÃO DE 24 / 05 / 05 , OS SENHORES SENADORES:

#### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

#### PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIOA RNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

#### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------



**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O requerimento lido será apreciado oportunamente, uma vez que a Ordem do Dia encontra-se sobrestada por medidas provisórias.

A Presidência, em cumprimento ao despacho inicial, aposto à matéria, encaminha o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifeste, a fim de que venha ao plenário devidamente instruída.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 600, DE 2005**

#### **Retirada de requerimento.**

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 574, de 2005.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto retorna à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 601, DE 2005**

Senhor Presidente,

Tendo sido convidado para participar do Painel sobre “Novas Fontes de Financiamento do Desenvolvimento”, promovido em Nova Iorque (USA) pela União Interparlamentar da Organização das Nações Unidas (IPU/ONU), Requeiro, na forma art. 40 § 1º inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o desempenho da referida missão, no dia 10 de junho de 2005.

Informo, para fins do disposto no art. 55 inciso III da Constituição Federal e em atendimento ao art. 39 inciso I e § 2º do art. 40 do

Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 08 a 12 de junho de 2005.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 2005. \_ Senador **Hélio Costa**, Vice-Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se, no dia 3 último, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 16, de 2005** (OFS nº 27/99), que suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966; e
- **Projeto de Resolução nº 17, de 2005** (OFS nº 40/2000), que suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Tendo sido apreciadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias serão encaminhadas à promulgação.

A Presidência informa que, antes da promulgação, a Comissão Diretora, em observância à competência prevista no inciso V do art. 98 do Regimento Interno, adequou a redação dos Projetos de Resolução aprovados ao que prescreve a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Não havendo objeção do Plenário, assim será feito. (Pausa.)

São os seguintes os textos finais:

#### **TEXTO FINAL**

### **DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2005**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### **RESOLUÇÃO Nº , DE 2005**

**Suspende a execução da Lei Municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acres-**

**centou o § 4º do art. 27 da Lei Municipal nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 57, de 18 de novembro de 1966.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei Municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba, no Estado de São Paulo, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei Municipal nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, também do referido Município, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 57, de 18 de novembro de 1966, declaradas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210 - SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. – **Renan Calheiros – Tião Viana – Papaléo Paes – Paulo Otávio.**

#### TEXTO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2005

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

**Suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória Federal nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como de parte do art. 18 da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória Federal nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-

se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3 - Pará.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. – **Renan Calheiros – Tião Viana – Papaléo Paes – Paulo Otávio.**

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica que o Presidente Renan Calheiros designou Relatores revisores dos projetos de lei de conversão a Srª e os Srs. Senadores:

– **Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 233, de 2004) – **Senador Garibaldi Alves Filho;**

– **Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 234, de 2005) – **Senador Luiz Otávio;**

– **Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 235, de 2005) – **Senador Hélio Costa;**

– **Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 237, de 2005) – **Senador Maguito Vilela;**

– **Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 238, de 2005) – **Senadora Lúcia Vânia;**

– **Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 239, de 2005) – **Senador Flexa Ribeiro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Reginaldo Duarte, Teotonio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadoras, costumo repetir que um governo que não

conhece de agricultura não é digno de ser governo. Os resultados do crescimento econômico que tenho definido como insuficientes, aquém das nossas possibilidades, são resultantes sobretudo do bom desempenho do agronegócio, Sr. Presidente.

Tenho cobrado ações efetivas do Governo federal para corrigir as distorções na agricultura. Ocupei a tribuna para demonstrar que os produtores rurais brasileiros excluídos pelas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar m – Pronaf, são responsáveis por 76,4% – ou seja, R\$104 bilhões – do total de R\$136 bilhões, valor bruto da produção agropecuária nacional, gerado em 32% dos estabelecimentos rurais do País.

Quando questionei os critérios adotados pelo Governo federal na distribuição dos recursos do Pronaf o fiz com base num primoroso estudo da Fundação Getúlio Vargas. Destaquei, por exemplo, que os pequenos não-enquadráveis, sem acesso ao Pronaf, de até quatro módulos na pecuária, geram parcela expressiva do valor da produção brasileira com participações relativas de 66,5% do total de aves, 49,3% de suínos e 38,6% de ovos.

É pública e notória a gravidade do quadro do fechamento da safra 2004/2005, bem como as dificuldades enfrentadas pelos produtores. O Governo não pode alegar desconhecimento dos graves problemas enfrentados por aqueles que produzem no campo e geram riquezas para o País, quais sejam: frustração das lavouras de soja, milho e algodão; oscilações do mercado agrícola, do preço dos insumos e da variação cambial.

No meu estado, Paraná, houve um sério agravante: o algodão e o milho – este último em menor escala – sofreram perdas que variaram entre 20% a 60%, dependendo da região.

Na verdade, a agricultura brasileira tem problemas diferenciados em cada região do País. No Rio Grande do Sul, o problema é a perda de renda por causa da seca, a queda dos preços internacionais e as importações de produtos do mercosul. Em Mato Grosso, a situação é desfavorável por conta da desvalorização do dólar em relação ao real e por causa das dificuldades para escoar a safra agrícola. Vale aqui ressaltar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o dólar do plantio era de R\$3,20 e o dólar da colheita é de R\$2,40.

Faço coro com o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antonio Ernesto

de Salvo. A renda obtida com a venda da safra atual 2004/05 não permite que os produtores paguem suas dívidas junto aos fornecedores e bancos.

Quero declarar que apóio, e já o fiz anteriormente, o refinanciamento que permita aos agricultores o pagamento das dívidas que vencem nesta safra, apenas no próximo ano.

A crise no setor agrícola não é generalizada. Os segmentos como leite, café e cana-de-açúcar passam por um momento favorável em 2005. Mas a crise no setor é muito grave. Só o Paraná perdeu R\$3 bilhões com a estiagem. Esse valor representa um quinto do que foi perdido no total do País.

Sr. Presidente, os pleitos dos produtores agrícolas são lícitos e legítimos. Ademais, eu gostaria de lembrar que o agricultor que pleiteia refinanciamento é o mesmo que gerou US\$34 bilhões na balança comercial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo do colunista Clóvis Rossi intitulado “Conspiração X fatos” publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 27 de maio de 2005.

Segundo o autor, os argumentos do Corregedor-Geral, Waldir Pires, para defender o Governo no caso da CPI dos Correios é, no mínimo, pobre.

O autor do artigo ainda enumera os fatos que motivaram a leitura da instalação da CPI pelo presidente do Congresso Nacional, e diz:

O fato não foi inventado pela oposição, portanto, são totalmente contrários à teoria conspiratória e, mais, Corregedor foi feito para apurar fatos, não para conceder **habeas - corpus** preventivo, com desculpas pobres, a um notório ato de corrupção.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Conspiração x fatos

**SÃO PAULO.** - *A política brasileira mergulhou em um túnel tão tenebroso que até gente respeitável, como o corregedor-geral Waldir Pires, vem utilizando argumentos pobres no caso da CPI dos Correios.*

*O argumento inventado pela cúpula do governo/PT para fugir da investigação é o de que tudo não passa de tentativa da oposição de desestabilizar o governo. Vamos então a fatos.*

*Fato 1 - Toda oposição, em todo lugar do mundo, trata de desestabilizar o governo para tentar chegar ao poder na primeira eleição à frente. Foi isso o que o PT fez com sucessivos governos até conseguir emplacar o seu. Não há nada de substancialmente errado nisso, a menos, é óbvio, que se usem instrumentos indecentes.*

*Fato 2 - O que está causando a presente turbulência não é, no entanto, um fato inventado pela oposição.*

*Não foi, por exemplo, a oposição quem obrigou o governo do PT a aliar-se incondicionalmente ao PTB de Roberto Jefferson.*

*Nem foi a oposição quem obrigou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dizer que daria um cheque em branco ao deputado Jefferson e, não obstante, dormiria tranquilo.*

*Tampouco obrigou o PT a nomear correligionários de Jefferson para postos-chave nos Correios (ou em qualquer outra estatal).*

*Nem foi a oposição que obrigou o funcionário indicado por Jefferson a aceitar propina em uma cena gravada e cuja autenticidade ninguém nega. Nem foi a oposição que o obrigou a dizer o que ele agora chama de "bravatas", mas que parecem representar muito mais a verdade do que a nova versão para limpar a barra do padrinho político, como é natural que se faça nessas ocasiões.*

*Os fatos, portanto, são totalmente contrários à teoria conspiratória. B corregedor foi feito para purar fatos, não para conceder habeas-côpus preventivo, com desculpas pobres, a um notório ato de corrupção.*

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Governo paralelo", publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 31 de maio do corrente.

Na matéria o colunista diz achar estranho o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Silvio Pereira, em suas últimas declarações, relatar o seguinte: "Participei com o Genoíno e o Delúbio da nomeação de cargos para o governo, até o dia 16 de dezembro de 2003. De lá para cá, não participei mais de nenhuma negociação sobre cargos".

Por fim, o autor diz: "... é realmente estranho um secretário e um tesoureiro do PT negociarem o

toma-lá-dá-cá do governo Lula. É, para não dizer outra coisa, caso explícito de conflito de interesses e de promiscuidade".

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# Governo paralelo

**BRASÍLIA** - *Em tempos de CPI dos Correios, a oposição cutuca o governo ao espalhar que o temor do Palácio do Planalto é surgir algo que envolva dois petistas graúdos nos escândalos do momento: o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, e o tesoureiro do partido, Delúbio Soares.*

*Antes de tudo, é bom que se diga, até aqui não há nada que prove ou mesmo aponte indícios claros de que os dois possam estar envolvidos em negócios escusos.*

*Após essa ressalva, porém, algo é, no mínimo, intrigante e ajuda a reforçar a tese da oposição: as últimas declarações de Silvinho, como é mais conhecido, tornaram público que ele e Delúbio Soares negociavam cargos no governo Lula.*

*Isso mesmo, negociavam a partilha de postos na administração petista, mesmo não sendo funcionários nomeados pelo presidente. E combinavam não só os carguinhos do PT — o que já seria estranho — mas também os de outros partidos.*

*Pelo menos foi o que disse Silvinho à repórter Fernanda Krakovics: “Participei com o [presidente do PT, José] Genoino e o Delúbio da nomeação de cargos para o governo até o dia 16 de dezembro de 2003. De lá para cá, não participei mais de nenhuma negociação sobre cargos”.*

*Na mesma conversa, Silvinho comenta um acerto de cargo feito com o senador Fernando Bezerra (PTB-RN). “A gente tinha essa pendência [com o senador], sim, em 2003. A partir daí não sei, porque já não encaminhei, não negocie”.*

*Silvinho faz questão de dizer que já não participa mais do processo desde o início de 2004. Tudo bem, vamos acreditar na versão do petista até que se prove o contrário.*

*Mesmo assim, é realmente estranho um secretário e um tesoureiro do PT negociarem o toma-lá-dá-cá do governo Lula. É, para não dizer outra coisa, caso explícito de conflito de interesses e de promiscuidade.*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 16 de maio de 2005, com o título: “Aqui é mais seguro”.

Foram devastadoras as confissões do funcionário dos Correios, Maurício Marinho, publicadas pela revista **Veja**. Entre elas a confissão do porquê Marinho recebe a propina no trabalho: “Aqui é mais seguro que lá fora, aqui não tem problema”. Segundo o autor, Fer-

nando Rodrigues, ao pronunciar “aqui”, está dizendo “governo Lula”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## ‘Aqui é mais seguro’

**BRASÍLIA** - São escabrosas as confissões de um funcionário dos Correios retratadas em reportagem de Polícarpo Junior, em “Veja” desta semana. Maurício Marinho é corrompido dentro da sede da estatal, aceita um maço de dinheiro e ainda relata que faz a traficância em nome do PTB e de seu presidente, o deputado federal fluminense Roberto Jefferson (ex-Collor, ex-FHC e hoje pró-Lula).

Sincero e sem-cerimônia, Marinho explica por que recebe a propina no local de trabalho: “Aqui é mais seguro que lá fora, aqui não tem problema”. Ao pronunciar “aqui”, está dizendo “governo Lula”.

Corrupção no serviço público não é novidade. Mas, quando uma operação criminosa é bem documentada, como nesse caso dos Correios, o país tem um momento especial. Pode escolher entre dois caminhos. O convencional, limitando a punição ao corrupto mais visível. A outra hipótese é mais dolorosa: faz-se uma ampla investigação para condenar o maior número possível de gente envolvida. Para o bem e para mal, investigação

ampla no Brasil depende de CPI.

O juiz maior de como proceder nesse episódio dos Correios é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Só um sinal verde do Planalto abrirá caminho para uma CPI no Congresso. Não é uma decisão fácil.

No vídeo em que aparece se arreganhando, Marinho diz: “Nós somos três e trabalhamos fechado. Os três são designados pelo PTB, pelo Roberto Jefferson”. E mais: “É uma composição com o governo. Nomeamos o diretor, um assessor e um departamento-chave. Eu sou o departamento-chave. Tudo o que nós fechamos o partido fica sabendo”.

Em resumo, Marinho acusa Roberto Jefferson, freqüentador habitual do gabinete do presidente Lula, de comandar no PTB um pesado esquema de corrupção federal.

Enlameado, o Congresso arranha o fundo do poço. Vai reagir? Não se sabe se deputados e senadores querem. Ou, no caso, se Lula permitirá.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Discutindo a relação”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 18 de maio do corrente.

A matéria ilustra a dificuldade do PT em obter uma coalizão que lhe garanta a maioria parlamentar no Congresso Nacional. A relutância em compartilhar com aliados os postos mais importantes da administração pública federal agravou ainda mais os problemas estruturais do sistema político brasileiro, em que as coligações são essenciais para a aprovação de dos projetos prioritários do Governo.

O autor afirma:

O apetite do PT pelo poder é maior do que a sua aptidão para a política – pelo menos

como a entendem os políticos que não vieram ao mundo para mudá-lo, mas sem os quais nada se muda. Isso explica o atoleiro em que se enfiou o presidente Lula. O seu governo briga consigo mesmo, com os aliados de fé e com os de ocasião.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Discutindo a relação

Luiz Weis

O apetite do PT pelo poder é maior do que a sua aptidão para a política – pelo menos como a entendem os políticos que não vieram ao mundo para mudá-lo, mas sem os quais nada se muda. Isso explica o atoleiro em que se enfiou o presidente Lula. O seu governo briga consigo mesmo, com os aliados de fé e com os de ocasião.

O Planalto vem empilhando desavenças em série desde que o PT foi com dois candidatos para a eleição na Câmara dos Deputados, o que deu no que deu. O último tropeção foi a assombrosa tentativa do ministro Luiz Gushiken de imolar em público o seu homólogo Aldo Rebelo – aumentando o nervosismo dos políticos.

A turma concluiu que, com a economia indo bem e o povo menos mal, lucram Lula e o PT. Já se a economia ratear, eles dividirão os prejuízos nas contas de 2006. Os aliados também sacaram que, não bastasse isso, dificilmente o governo lhes fornecerá, no volume necessário, o ar de que precisam – as obras e os cargos que os tornam credores de suas clientelas.

Não é que os petistas da Esplanada não saibam disso. Ninguém precisa lembrá-los de que Lula teve 46,4% dos votos no primeiro turno de 2002 e o PT só 18,4% da votação para deputado federal. Mas alguma coisa acontece no seu coração que os impede de tirar disso as lições devidas.

Talvez seja um senso de superioridade moral em relação aos fisiológicos, talvez a relutância em compartilhar com eles a máquina que esperaram 25 anos para pilotar, talvez porque entre os companheiros tudo precisa ser antes discutido à exaustão.

Por um motivo ou outro, o fato é que o PT agravou as dificuldades estruturais que o sistema político brasileiro, assentado nas coligações eleitorais e nas coalizões de governo, impõe aos presidentes da República em busca de uma base parlamentar ampla e estável.

No período anterior, embora o partido do presidente fosse mais flexível que o do atual e embora Fernando Henrique tratasse os aliados com a cortesia que esperavam, freqüentemente

ele se queixava da sua “maioria desorganizada” no Congresso.

Diante disso é de pasmar que o ministro da Comunicação do governo e confidente do presidente Lula tenha argumentado, para pedir a cabeça do titular da Coordenação Política, que o “mais normal” seria o principal partido do bloco majoritário cuidar do meio-de-campo entre o Executivo e os políticos.

Sem falar que esse mesmo partido escolheu o seu candidato à presidência da Câmara sem consulta aos líderes aliados, com os acabrunhantes resultados conhecidos. E que o presidente Lula passou quatro meses tentando fazer uma reforma ministerial destinada a ampliar a participação da base no governo.

A reforma, como se sabe, não saiu por causa do ultimato de Severino a Lula para a nomeação de um afilhado. Mas ela já tinha empacado na relutância do PT em ceder espaço aos peemedebistas que o presidente queria instalar no Gabinete para induzir o partido inteiro a apoiá-lo já no turno inicial de 2006, como na rodada final de 2002.

Só que o PMDB virou o proverbial gato escaldado. Eleito Lula, o ministro José Dirceu acertou com a direção peemedebista que a legenda teria pelo menos um lugar no Ministério. O presidente só cumpriu a promessa na reforma de janeiro de 2004.

Claro que os aliados são o que são. A corrupção nos Correios, exposta pela *Veja*, comprometendo o deputado Roberto Jefferson, o presidente do PTB a quem Lula daria “um cheque em branco”, não deixou ninguém boquiaberto, salvo, quem sabe, nela desfatez do avadriñado – com quem Jefferson disse ontem não ter relações –, enquanto embolsava R\$ 3 mil.

Ele tranquilizou o doador, que achava que ia ser problema entregar ali o dinheiro, com uma resposta que vale por um tratado: “Aqui é mais seguro que lá fora, aqui não tem problema.” Isto posto, o PT também é o que é. Leiam-se as cândidas declarações do ex-governador Orestes Quércia à *Folha de S. Paulo* de domingo. “A gente percebe que o presidente tem dificuldade em acertar acordos”, diz ele em dado momento. “Às vezes um se-

nador tem posição política pequena numa cidade e o governo não cumpre aqueles acordos pequenininhas (com o senador).”

Quércia critica Lula por coisas pequenininhas e grandinhas – todas reveladoras. O presidente não o convidou para a posse, ao que um amigo de Quércia teria comentado: “Puxa, dei recurso para o Lula porque você pediu, e agora não vai?” E quando decidiu nomear dois ministros peemedebistas podia ter escolhido um do Sul. “Em política, isso é elementar”, ensina Quércia.

## GOVERNO LULA BRIGA CONSIGO MESMO, COM OS ALIADOS DE FÉ E COM OS DE OCASIÃO

Leia-se também, no Estado de segunda-feira, o relato de recente encontro entre Lula, Dirceu, o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, e outros. A idéia era pedir a Lula que ficasse neutro nas disputas em que mais de um candidato a governador viesse a apoiá-lo.

Ele estava prestes a concordar quando Dirceu interveio: “Quem vai decidir isso é o comitê político (da reeleição), e não o candidato.” Os peemedebistas saíram se queixando de que a conversa foi desastrosa “porque Lula dizia uma coisa e Dirceu, outra”. No *Roda-Viva*, anteontem, o ministro disse que a vontade do presidente “prevalece sempre”. Nem sempre.

Hoje Lula deve reunir-se com os Estados Gerais da Câmara (os membros da Mesa e o colegiado de líderes). Quando o encontro foi agendado, o escândalo dos Correios ainda não tinha irrompido. Não se sabe, portanto, quão pior ficou o clima.

Em todo caso, é bom lembrar que Fernando Henrique jurava que jamais “brigaria com o Congresso” – e não brigou. As coisas eram melhores porque o PSDB não escanteava os aliados e estes tinham mais pontes com os tucanos do que os de hoje com os petistas. Mas o passado passou: para Lula chegou o temido momento de discutir a relação. ■

Luiz Weis é jornalista



**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PT: dois pesos e duas medidas”, publicada no **Jornal do Brasil**, de 23 de maio do corrente.

A matéria mostra que o Diretório Nacional do PT decidiu suspender por um ano o Deputado Virgílio Guimarães, ao mesmo tempo em que o partido intensificava a “operação abafa” para que membros da sigla não assinem a abertura da CPI dos Correios. É com base nesse comportamento que sociólogos e

cientistas políticos estão identificando o partido: Um PT desvertebrado e preso aos aliados.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## ETICA NA POLITICA

# PT: dois pesos e duas medidas

Partido dá punição de um ano a deputado dissidente e intensifica pressão para que petista retirem o nome da lista da CPI

PAULA BARCELLOS, PAULO CELSO PEREIRA E RENATA MOURA

*O Partido dos Trabalhadores mostrou ontem o momento de maior crise de identidade dos seus 25 anos. No segundo dia de reunião em São Paulo, o Diretório Nacional decidiu suspender por um ano o deputado Virgílio Guimarães (PT-SP). Ao mesmo tempo em que punia um quadro histórico do partido, intensificava a “operação abafa” para que membros da sigla não assinem o pedido de abertura da CPI dos Correios. E os que já o fizeram, desistam do apoio à investigação.*

## Genoino diz que teve consideração

A suspensão do deputado Virgílio Guimarães por um ano impede o petista de representar o partido, de votar e ser votado em encontros da legenda, inclusive nas eleições para a presidência do partido, em setembro. Mas a medida não o impossibilita de se candidatar em 2006.

Ao fim da votação, Virgílio disse que a decisão do partido foi política, mas que não vai recorrer.

– Mantenho a convicção de que não houve uma afronta regimental – afirmou.

O presidente do PT, José Genoino, disse que a decisão de suspendê-lo mostra “consideração” pelo deputado e, ao mesmo tempo, o princípio da unidade de ação do partido, já que Virgílio lançou candidatura avulsa à presidência da Câmara contrariando deter-

minação do partido, que escolheu Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). A divisão é a provável causa da vitória de Severino Cavalcanti (PP-PE).

– Tinha uma posição de expulsão do deputado Virgílio Guimarães e achamos correta a suspensão dos seus direitos partidários. Ele continua filiado ao PT por um ano – explicou José Genoino.

Ontem, um claro sinal de divisão no partido foi a inscrição, pela primeira vez, de seis chapas para disputar com José Genoino a eleição à presidência da sigla. Tentando se fortalecer para a disputa contra o Campo Majoritário, as chapas encabeçadas por Plínio de Arruda Sampaio, Raul Pont e Valter Pomar tentaram se unir, mas não chegaram a um acordo.

*Nem mesmo as novas denúncias contra o presidente do PTB, Roberto Jefferson, mudaram o espírito “apaziguador” do governo. O tempo das palavras de ordem contra a corrupção passaram. Agora, Luís Inácio Lula da Silva, que ganhou até música por ter denunciado os “300 picaretas com anel de doutor”, tem de mediar três graves acusações contra pilares de seu governo: o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o ministro da Previdência, Romero Jucá; e Roberto Jefferson, a quem o presidente já definiu como “parceiro” do PT.*

Na reunião do Diretório Nacional ficou também claro que, para os governistas, a nova palavra de ordem é “requalificar” a base. O emprego do verbo surgiu depois de o partido “orientar” seus parlamentares a não assinarem o pedido de CPI dos Correios.

– Temos que requalificar nossa maioria política no Congresso – defendeu Genoino, para quem o termo significa “ter agenda de unidade”.

Na noite de sábado, o diretório enumerou em sua resolução o que seria essa agenda. Nela, há desde a “consolidação do crescimento econômico” à conclusão da votação da reforma tributária. Genoino disse que é necessário “fazer uma maioria basicamente em relação ao dia-a-dia do Legislativo”.



# A transformação de um partido

RIO e BRASÍLIA – Convertido em partido da ordem, o PT 2005 está muito distante daquele dos anos 80, quando pregava uma atividade política autônoma. Agora, é um partido tipicamente eleitoral, que ampliou suas alianças, a qualquer custo, para conseguir se eleger. *Tal opinião é compartilhada entre petistas e cientistas políticos.*

De uma breve radiografia, o PT sairia assim: desvertebrado e preso aos aliados. Ao menos é desta maneira que sociólogos e cientistas políticos estão identificando a sigla. Sobre tudo depois do encontro do Diretório Nacional no fim de semana em São Paulo.

– O PT tornou-se uma espécie de PMDB dos anos 2000. Partido que se alia a qualquer bloco ou setor que possa trazer benefício. Acabou num processo de fagocitose: foi engolfado pelos aliados. O maior exemplo é o caso Roberto Jefferson que atola o PT – dispara o sociólogo Ricardo Antunes.

Nessa perspectiva, não surpreende a condenação do PT à CPI dos Correios. Afinal, abafar a corrupção seria a única medida para imobilizar um movimento de investigação que vai bater nos partidos de centro-direita aliados ao governo.

A deputada federal, Maria José Conceição (DF), a Maninha, por exemplo, não concorda com a resolução do Campo Majoritário do partido que pede para que seus deputados e senadores “não endossassem a convocação da CPI dos Correios”.

– Assinei a favor e não voltei atrás. Sou a favor que a comissão apure as denúncias contra um congressista, não contra o governo. Não acho que o deputado Roberto Jefferson seja mais companheiro que Virgílio, que trabalhou tanto para o crescimento e fortalecimento do PT – disse.

Mas a crítica da credibilidade e da ética do partido não é novidade. O cientista político Fábio Wanderley Reis lembra que a singularidade ética, uma das principais marcas da sigla, teve como divisor de águas o caso Waldomiro Diniz. De lá para cá, segundo o professor, o PT teria caído na ofensiva. E hoje encontra-se perplexo, sem saber como agir. Ou nas palavras de Ricardo Antunes: “o PT no governo é um biruta, não sabe para onde vai”.

O presidente nacional do partido, José Genoíno, discorda dessa visão. Segundo ele, o partido apenas virou governo.

– O PT é governo. Quem está

no governo investiga e apura, não precisa de CPI. Já para a oposição a CPI é o único instrumento. Pedíamos CPIs no governo Fernando Henrique, pois não tínhamos confiança nas apurações do governo – diz.

O cientista político Leônicio Martins Rodrigues lembra que, no caso do PT, a distância entre teoria e prática é ainda maior, porque, antes de chegar ao poder, era um partido anti-governo e anti-sistema capitalista. E o presidente do partido não parece discordar da opinião de Martins Rodrigues.

O deputado federal Chico Alencar (PT-RJ), que pertence à chapa “Para o PT voltar a ser o PT”, acredita que é a hora de o partido dar um “choque ético”.

– Entendo que o exercício do poder pede mais pragmatismo, mas não pode significar esquecer o programa. Pede flexibilidade, mas isso não pode significar transigência ética. Está na hora de darmos um choque ético – defendeu, lembrando a contradição de punir Virgílio e abafar a CPI.

– É uma ironia trágica que no mesmo dia que decidimos não apoiar a CPI para apurar a corrupção, punimos um dos companheiros cujo comportamento ético ninguém duvida.

Alencar acredita que o governo tem desapontado:

– Não estamos sabendo realizar no governo todas as expectativas que criamos quando estávamos na oposição.

Milton Temer, que se afastou do partido em 2003, após a expulsão da senadora Heloísa Helena, garante que a mudança no partido não é recente. Ele lembra que em convenções da década de 1990, o Campo Majoritário, que comanda o partido, já começava a ser mais transigente, se distanciando dos ideais de fundação da sigla.

– No aparelho do estado, isso se radicalizou. Que o governo não fosse de esquerda é compreensível, mas não é compreensível que o PT tenha assumido a posição mais direitista do campo de alianças do governo.

Para Temer, o governo Lula é hoje mais ligado aos aliados de direita do que com a esquerda do partido.

– O verdadeiro parceiro do Lula hoje é o Roberto Jefferson. O Lula que lutou pela expulsão da Heloísa Helena é o mesmo que inocentou o Roberto Jefferson – atacou.

Na página A4, governo retira assinaturas da CPI

**Para sociólogos, PT ficou preso aos aliados que o atolam**

**Genoíno diz que CPI é para oposição, governo investiga**

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Senadoras e Srs. Senadores, neste meu pronunciamento, eu gostaria de retomar um tema de fundamental importância para o brasileiro, especialmente na situação de normalidade democrática em que vivemos já há algum tempo.

Trata-se da questão da celeridade da Justiça em nosso País. Sei que é um tema bastante complexo, abordado reiteradas vezes por mim mesmo e vários outros colegas Parlamentares. Entretanto o incômodo causado pela sensação de tarefa inconclusa me leva a propor essa nova visita ao tema.

A conclusão do trâmite da reforma do Judiciário, no ano passado, após mais de uma década de discussões no Parlamento, aparentemente nos fez relaxar

nesse assunto. Na realidade, a reforma centrou esforços apenas na necessidade de dar maior transparência ao Poder Judiciário, mexendo na sua estrutura e criando mecanismos de controle, entre outras coisas.

A garantia de uma Justiça mais eficiente, entretanto, ainda não existe, pois uma série de outros problemas precisa ser atacada. Uma entrevista do Secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Sérgio Renault, concedida ao jornal **Folha de S. Paulo**, no final do ano passado, despertou minha atenção. Na essência, o Secretário comentou que a Justiça tinha de deixar de ser um “bom negócio”.

Certamente ele tem razão: a morosidade da Justiça acaba por beneficiar setores mais poderosos da nossa sociedade, capazes de manter longos litígios

judiciais e abusar de recursos meramente protelatórios que as leis brasileiras ainda permitem.

Isso acaba subvertendo até mesmo o objetivo do Judiciário, que deveria ser mediar os litígios entre os cidadãos, e entre os cidadãos e o próprio Estado. Muitas vezes, recorre-se à Justiça, em nosso País, para promover ou garantir a injustiça.

Como é que esse problema deve ser tratado aqui no Parlamento? Em primeiro lugar, urge a reforma dos nossos ultrapassados códigos de processo, visando simplificar procedimentos, encurtar caminhos e, ademais, agir incisivamente contra aqueles que abusam dos recursos protelatórios, especialmente quando já vencidos no mérito das questões.

Além disso, a quantidade fabulosa de leis que nós temos, várias delas contraditórias entre si, dá ampla margem de manobra aos litigantes de má-fé. Aqui, a solução é a consolidação das leis, trabalho que deve ser tornado mais regular. A promulgação de Estatutos temáticos e de novos Códigos deve ser um processo ininterrupto até que consigamos “limpar”, por assim dizer, a legislação brasileira.

Por outro lado, o campeão absoluto de ações comuns e da protelação é o próprio Estado. O uso sistemático de medidas provisórias, inclusive para a duvidosa finalidade de alterar a ordem fiscal, além de provocar um afogamento da Câmara e do Senado, gera como subproduto uma avalanche de ações judiciais, sempre levadas até a última instância possível e sempre sendo retardadas as execuções, quando as decisões são desfavoráveis ao Executivo.

Temos de forçar a redução do número de medidas provisórias e garantir uma qualidade melhor em seus textos, de maneira a evitar o entupimento das vias do Judiciário. Melhores leis, devidamente discutidas no Parlamento – o que aumenta a legitimidade do diploma legal – certamente resultaria numa diminuição dos casos judiciais contra o Estado, permitindo aos juízes o atendimento mais rápido de outros processos.

Devemos assegurar os recursos necessários à modernização da gestão do Judiciário em nosso País. Ainda existem tribunais trabalhando com insuficiente número de profissionais qualificados, com equipamentos arcaicos e instalações precárias, submetidos a restrições orçamentárias, por vezes injustificáveis.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a tarefa que nos espera não é mais a reforma do Judiciário, no sentido estrito, e, sim, a reforma da Justiça em nosso País.

É necessário darmos ao cidadão, por mais humilde que seja, a certeza de que, ao recorrer à via judicial, seu caso será examinado com o mesmo interesse e dedicação das causas de milhões de reais das grandes empresas.

Qualquer brasileiro deve ter a segurança de acionar a mediação da Justiça, quando sentir necessidade, e ver atendido seu pleito num horizonte temporal aceitável.

Da mesma forma, o brasileiro precisa ter certeza de que seus representantes políticos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, exercem a prerrogativa maior de seus mandatos populares, de discutir e elaborar democraticamente diplomas legais que verdadeiramente regulem, de maneira justa, a vida nacional, sem o risco de subordinação aos interesses dos outros Poderes.

Resgatemos, pois, a Justiça das mãos dos endinheirados, dos poderosos, dos sem escrúpulos que esquecem até mesmo sagrados juramentos éticos e profissionais. Libertemos a deusa Themis das amarras que a impedem de agir e da venda nos olhos, que, em vez do significado artístico original da imparcialidade, passou a representar, para o cidadão brasileiro comum, verdadeira cegueira cívica.

Sr. Presidente, concluo a minha fala solicitando a meus Colegas que se juntem a mim na defesa de uma Justiça mais célere, mais eficiente, eficaz e, sobretudo, mais respeitada em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, a Capital do meu Estado teve a honra de conviver por três dias com o Presidente da Federação das Indústrias de S.Paulo-FIESP, o empresário Paulo Skaf.

Faço o registro dessa visita com alegria e na certeza de que a presença do Dr. Skaf em Manaus deverá resultar no início de um diálogo proveitoso e sincero entre as classes empresariais de São Paulo e do Amazonas.

Manaus e o Amazonas, pela existência da Zona Franca, guardam estreita identidade com São Paulo, as duas como regiões de forte desenvolvimento. São Paulo, pelo pioneirismo como pólo industrial e Manaus, mais recentemente, pelo elevado grau de tecnologia das empresas que ali se instalaram.

Uma e outra regiões caminham e asseguram a continuidade do desenvolvimento brasileiro, daí a importância da aproximação a que estou fazendo referência.

Durante sua presença em Manaus, nos dias 3, 4 e 5 últimos, o Presidente da FIESP teve, inclusive, a oportunidade de visitar as instalações do Serviço de Vigilância da Amazônia, o SIVAM.

O SIVAM é o vitorioso sistema cuja missão é a vigilância da Amazônia, mais do que nunca necessário,

diante do noticiário que aparece diariamente na imprensa, dando conta da agressão à Floresta Amazônica.

Congratulo-me com a aproximação São Paulo-Amazônica e desta tribuna transmito cumprimentos ao Dr. Skaf e às autoridades e dirigentes da Zona Franca de Manaus.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT AC)

— Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

#### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 233, de 2004)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 233, de 2004), que *cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Garibaldi Alves Filho.

**Prazo final: 14.6.2005.**

#### 2

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 234, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 234, de 2005), que *altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio.

**Prazo final: 14.6.2005.**

#### 3

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 235, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 235, de 2005), que *dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.*

Relator revisor: Senador Hélio Costa

**Prazo final: 14.6.2005.**

#### 4

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 237, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 237, de 2005), que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Maguito Vilela.

**Prazo final: 14.6.2005.**

#### 5

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 238, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 238, de 2005), que *institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003 e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia.

**Prazo final: 14.6.2005.**

6

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 13, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 239, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §  
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 239, de 2005), que *acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.*

Relator revisor: Senador Flexa Ribeiro.  
**Prazo final: 20.6.2005.**

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
31, DE 2000**  
*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2002**

*(Votação adiada, em virtude de requerimento  
aprovado em 23.2.2005)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2004**  
*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003**  
*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento  
aprovado em 26.4.2005)  
(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).



Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

12

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

### APÓS A ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do requerimento nº 599, de 2005, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de junho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em rede de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)

Parecer da Comissão de educação, dependente de leitura; e

Pendente de parecer da Comissão de constituição, Justiça e Cidadania.

**SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 34 minutos.)*

### **DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, NA SESSÃO DO DIA 05 DE MAIO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA RETIFICAÇÃO.**

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago ao conhecimento desta casa, e de todas as pessoas que nos acompanham pela tv senado, a realização exitosa de uma ação política de grande magnitude, desenvolvida em parceria entre o poder público e a comunidade.

Reforo-me ao mutirão da saúde recentemente realizado em porto alegre que, alcançando pessoas também do interior que buscam a capital, configurou-se numa política economicamente viável e de grande alcance social.

Em apenas um final de semana, nos dias 16 e 17 de abril, o mutirão, sob gestão da secretaria municipal de saúde, realizou uma série de cirurgias em pacien-

tes que aguardavam na fila do sus, alguns há mais de dois anos, pondo fim ao drama da espera que era a vida de muitas pessoas e de suas famílias.

Hoje, temos ainda cerca de quatro mil gaúchos e gaúchas aguardando cirurgia pelo sistema único de saúde, nos hospitais de porto alegre. Estas pessoas, felizmente, passaram a contar com uma perspectiva real e imediata de atendimento, pois em seis meses um novo mutirão da saúde será realizado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta política pretende atender às demandas historicamente reprimidas, bem como organizar e garantir o controle do fluxo de novos pacientes. Denota um avanço no processo de construção da cidadania no Brasil, despertando a solidariedade e a dedicação ao interesse comum.

De iniciativa do ministério da saúde, cabe aos municípios com mais de 50 mil habitantes e aos governos estaduais, o encaminhamento dos projetos, os quais deverão informar a demanda e estabelecer metas compatíveis com os recursos financeiros programados por estado.

Os gestores – Estados e Municípios –, são os responsáveis pela qualidade das cirurgias, pelo pré e pós-operatório, e tem seis meses para executar a ação. Após esse prazo, poderão encaminhar novo projeto dando continuidade ao esforço, cuja meta final é zerar a demanda acumulada.

No Rio Grande do Sul, mais de 17 mil cirurgias estão sendo feitas em 82 municípios da macro-região de porto alegre, a partir de projeto apresentado ao ministério da saúde pela prefeitura da nossa capital.

Para tanto, estão sendo repassados recursos adicionais do *fundo de ações estratégicas e compensação* para o *fundo municipal de saúde de porto alegre* no valor de R\$2,1 milhões, que irá beneficiar 4,3 milhões de usuários do sus, nesses municípios.

Um esforço de tal porte demonstra que é possível acabar com as inadmissíveis filas para cirurgias pelo sistema único de saúde. Os benefícios estendem-se também às famílias dos doentes, aliviadas com o atendimento recebido, tornando esta política uma ação solidária de grande alcance social.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o enorme sucesso do primeiro mutirão da saúde realizado em porto alegre empresta fôlego para que essa iniciativa se concretize em nível federal, o que seria uma revolução na área da saúde.

Com efeito, o ministério competente vem desenvolvendo esta política desde o ano passado e a previsão dos investimentos em nível nacional é de R\$404,26 milhões por ano, representando R\$ 176,87 milhões a mais do que em 2003.

Sabemos que outros mutirões da saúde estão sendo construídos em alguns Municípios do País. É nosso desejo e nossa expectativa que sejam realizados com a mesma seriedade e competência, com a

mesma capacidade de mobilização que verificamos em porto alegre.

O mutirão da saúde obteve êxito na nossa capital porque a prefeitura municipal conseguiu mobilizar oito hospitais (alguns não conveniados com o SUS), 60 médicos (a maioria voluntários), e mais outros 300 profissionais da área. Montou uma estrutura e uma dinâmica que efetivamente foram fundamentais no cumprimento da meta estabelecida.

O engajamento e a mobilização que verificamos em porto alegre - da nossa prefeitura, da nossa comunidade, dos profissionais da saúde, da mídia, dos pacientes e suas famílias -, enfim, de todos que direta ou indiretamente se envolveram e participaram deste sucesso, enche-nos de satisfação e esperança.

Por sua vez, o governo federal, que reorganizou a estratégia, disponibilizou mais recursos, e ofereceu maior autonomia aos gestores no processo, também é merecedor do nosso reconhecimento.

A experiência constituiu-se num exemplo de parceria entre a vontade política e a ação cidadã solidária. A sociedade, o gestor do projeto e a instância responsável pelo seu financiamento, foram co-participes de um episódio que, em tempo reduzido e com investimentos pouco significativos, fez a diferença.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, segundo alguns especialistas, o problema da saúde pública no Brasil é, antes de tudo, um problema de gestão. Neste sentido, o ideal é que os sistemas das nossas instituições que oferecem serviços à população sejam aperfeiçoados sempre, para atingirem uma qualidade superior.

Todavia, paralelamente ao esforço de saneamento das falhas gerenciais, enquanto não atingirmos o nível de atendimento que a nação precisa e tem direito, os mutirões são a resposta para minimizar a crise e, principalmente, o sofrimento humano.

Para tanto, a criatividade e a vontade política do governo federal e dos gestores, e o espírito cívico e solidário dos profissionais da saúde, são a resposta imediata aos problemas da nossa, ainda, desigual sociedade.

Esta experiência de sucesso que representou o mutirão da saúde em porto alegre é, sem dúvida, um modelo a ser seguido, merecendo todo o empenho do poder público, o apoio e a participação da nossa sociedade.

É fundamental que ele se torne uma estratégia de ação coletiva podendo inclusive estender-se a outras áreas, também carentes de ações emergenciais.

Em meio a tantas tragédias sociais que este país historicamente enfrenta, talvez esta iniciativa seja um divisor de águas, apontando um caminho para a realização das políticas sociais que o estado brasileiro ainda deve à nação.

Era o que tinha a dizer,  
Muito obrigado!

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, NA SESSÃO DO DIA 03 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO ORA SE PUBLICA.**

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a presença dos visitantes nas galerias compensa a ausência de Parlamentares no plenário. Mas é sexta-feira e conhecemos bem as sextas-feiras no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a imprensa internacional repercutiu a crise brasileira. A revista **The Economist** desta semana destaca uma ampla reportagem abordando a crise do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto observa que “escândalo, popularidade em queda e crescimento econômico decadente não são os melhores preparativos para uma eleição”.

A revista informa que a crise pode impedir a reeleição do Presidente Lula. Mas a reeleição do Presidente Lula pode importar a alguns, certamente não importa tanto ao País e ao povo brasileiro, até porque, seja quem for o próximo Presidente, o Presidente passa e os problemas ficam, e a Nação é que deve prevalecer com seus interesses, seus objetivos e seu destino inarredável.

O que espanta, neste momento, é a leniência do Presidente da República, a sua pasmaceira irritante diante da crise moral que se abate sobre o Governo brasileiro, provocando enorme indignação e uma contida revolta que deve preocupar as pessoas de bem no País.

Fico espantado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de ver com que desfaçatez o Governo procura adotar uma estratégia, a cada dia e a cada passo, para abafar Comissão Parlamentar de Inquérito. Inicialmente, a coação, que implica crime de responsabilidade sobre os Parlamentares, impondo a retirada de assinatura aos mais frágeis. Aliás, um recuo vergonhoso de quem assina e retira para atender ao desejo de quem eventualmente ocupa o poder. Isso é lastimável! Imagino a decepção do eleitor ao ver o seu representan-

te assinando e retirando sua assinatura. Não existe recuo mais vergonhoso e revelador de uma covardia política que não faz bem a quem quer representar o povo digno do País.

Frustrada a estratégia da retirada de assinaturas, o Governo propõe uma questão de ordem ridícula. Se não há fato determinado nesse requerimento, não sei mais, Senador Paulo Paim, o que se possa denominar “fato determinado”.

Neste caso, o fato determinado e escrito no requerimento foi exposto para o País por meio do som e da imagem: a declaração pública de culpa. Houve uma declaração pública, veiculada pelos maiores veículos de comunicação do País para que toda Nação dela tomasse conhecimento. Esse é o fato determinado. Que fato determinado mais se deseja?

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inusitado que alguém possa se considerar jurista declarando a inconstitucionalidade dessa proposta de instalação de CPMI no Congresso. Essa estratégia de substituir membros da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados é uma estratégia do descaramento político. Não encontro outra forma de definir esse tipo de postura: descaramento, desrespeito!

Onde está a liberdade de ação parlamentar de quem se elege para representar as aspirações da sociedade? Retirar, substituir para impor, determinação que afronta a Constituição do País, porque o que se pretende é uma aberração jurídica na interpretação da Lei Maior da Nação, ao se afirmar que essa matéria é inconstitucional.

Afrontar a Constituição é norma no atual Governo, ele o faz diariamente com a edição de medidas provisórias absolutamente inconstitucionais, injurídicas, sem nenhuma relação com os pressupostos básicos da relevância e da urgência, que são as exigências preliminares para a edição de medida provisória. Mas é uma aberração esse gesto do Governo de tentar abafar a CPI por meio dessa argumentação estapafúrdia de que essa matéria é inconstitucional.

A outra estratégia, estampada nos jornais de hoje, provoca uma profunda indignação dos Parlamentares sérios deste País: “Operação envolve 400 milhões em emendas parlamentares”. E, há pouco, o Presidente da Câmara, Severino, tomava café com o Ministro Palocci e saía dizendo que liberar emendas parlamentares é obrigação do Governo. Mas o cidadão que lê essa manchete “Operação contra CPI envolve 400 milhões em emendas” imagina: no Congresso Nacional estão os ladrões da República.

O que pode imaginar um cidadão trabalhador ao ler uma manchete como essa? O que são os Parlamentares que se sujeitam a afrontar a própria consciência na esperança de receber recursos? A população imagina que esses recursos vão cair exatamente no bolso desses Parlamentares. E eu pergunto: a população não tem esse direito, de interpretar dessa forma, de suscitar essa dúvida e de levantar essa hipótese? Porque, como diz o Presidente da Câmara, é obrigação do Governo liberar as emendas parlamentares. Emenda parlamentar, recurso público do Orçamento da União, resultante dos impostos pagos com sacrifício pelo povo brasileiro, não é moeda de troca para atender às aspirações desonestas de quem quer que seja.

Não basta o protesto. É por isso que essa estratégia de se defender uma agenda positiva... Mas a agenda do Governo não é positiva? É negativa? O Governo se elege para quê? Para adotar uma agenda negativa, por acaso, ou não é um pressuposto básico, uma exigência preliminar para a eleição de quem quer que seja a chamada agenda positiva?

Já me cansou essa história de agenda positiva! Não é a primeira vez que se ouve isso. A cada momento de crise ou do agravamento das tensões políticas entre o Governo, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, fala-se em agenda positiva. É bom que o Presidente esteja assumindo que não há uma agenda positiva no seu Governo, porque, pelo menos, estaríamos ouvindo a verdade, já que não há consequências do seu programa de Governo; consequências expressivas, não. Eventualmente, um sucesso aqui, outro ali, mas isso não satisfaz. Não é para isso que um Governo se instala. Um Governo se instala para o avanço, para a mudança, para a modernização do País, para o desenvolvimento nacional e não para comemorar, de forma desonesta, um crescimento econômico que é pífio, que é medíocre, que significa o desperdício de potencialidades, de oportunidades extraordinárias num bom momento da economia mundial. Comemorar um crescimento espetacular de 4,9 em dois anos?! Ou seja, de 2,45 por ano, quando um país como a Argentina cresce em dois anos 19%! A Argentina, sim, pode comemorar! Saindo daquilo que se denominava falência, a Argentina alcança esse crescimento porque teve criatividade e sobretudo autoridade para renegociar os seus compromissos financeiros com o sistema financeiro internacional, fato que não ocorre com o nosso País.



É evidente que altas taxas de juros, carga tributária terrível e ausência de investimentos públicos constituem o tripé responsável pela inibição do processo de crescimento econômico de um país com as potencialidades do nosso. E o Governo pratica altas taxas de juros e não confessa a verdade. Repete insistentemente que é obrigado a praticar altas taxas de juros para conter o processo inflacionário, quando, na verdade, o processo inflacionário está contido pela queda de renda, pela subtração da capacidade de consumir da população brasileira.

O Governo é obrigado a praticar altas taxas de juros para a rolagem da dívida de curto prazo, porque não teve criatividade e autoridade, como teve a Argentina, para estabelecer uma negociação da dívida pública que nos permita um reescalonamento que alivie a economia nacional desse impacto duro, constante, permanente, rotineiro da prática de altas taxas de juros.

Vou conceder, depois, um aparte ao Senador Sibá Machado, mas quero dar oportunidade a ele de apartear depois que eu analisar outros tópicos.

O discurso do Governo: “São golpistas; querem desestabilizar o Governo instalando uma CPI que será palanque eleitoral”. Esse discurso é antigo, está surrado demais, não convence ninguém e é por isso que 86% da população querem, ou melhor, exigem a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a corrupção existente e, sobretudo, desvendar os mistérios dessa relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Poder Legislativo.

O que desestabiliza o Governo é a corrupção, não o combate a ela. O combate implacável à corrupção é caminho para a estabilidade governamental, porque implica conquista de credibilidade. E o que confere maior estabilidade, segurança a um Governo é o conceito que adquire junto à população, é a credibilidade que conquista. Um Governo não vai conquistar credibilidade com essa omissão, com essa conivência, com essa complacência, com essa cumplicidade do seu Presidente.

Certamente, o Senador Sibá vai citar todas as operações da Polícia Federal para dizer que esse Governo combate a corrupção. A Polícia Federal, sim, cumpre seu dever, essa instituição histórica, mas, lamentavelmente, ela não pode chegar, porque não permitem, ao núcleo do poder central, em Brasília, onde está instalada uma corrupção sofisticada. Lá, há a blindagem para os desonestos pelo comportamento de cumplicidade do próprio Presidente da República.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chegamos a ouvir, às vezes, a aberração de que não se pode

investigar em nome da segurança nacional. Ouvimos isso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nesta semana, alegaram que seria um risco à segurança nacional investigar os cartões corporativos utilizados por servidores públicos ocupantes de cargos de confiança do atual Governo. Segurança nacional tem esse apelido agora? Proteção à corrupção eventual, ou suposta, é segurança nacional? O que afronta, o que coloca em risco a segurança nacional é exatamente a corrupção. Esta, sim, deve ser denunciada, combatida, condenada, em nome da segurança nacional.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, antes que se esgote o meu tempo.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) –

Senador Alvaro Dias, agradeço muito a oportunidade. Estou ouvindo-o atentamente. Existem juízos de valor e opiniões. Contra eles, somente outros, não tem jeito. Sobre o que a imprensa retrata a respeito da liberação ou não de recursos públicos, atendendo às emendas individuais e coletivas do Parlamento, para o exercício fiscal, o Ministro Palocci agora, então, está crucificado e impedido de trabalhar, porque o atendimento ao exercício fiscal do País está-se exaurindo, o tempo está passando. No caso de qualquer pessoa ou de qualquer atendimento que fizer, ele estará, inevitavelmente, sob a suspeita de que há favorecimento. Infelizmente, nesse caso, acredito que o Ministro Antonio Palocci está impedido de trabalhar. No entanto, acima da informação está a consciência. O Governo tem a consciência tranqüila quanto ao seu papel e ao seu dever. Trata-se de uma questão de opinião. O Governo trabalha com total soberania sobre todas as instituições públicas. O nosso Governo se recusa a orientar engavetamentos. O nosso Governo se recusa a orientar o trabalho da Polícia Federal. O nosso Governo se recusa a orientar qualquer investigação. Então, de todas as denúncias está havendo, sim, a investigação e, mais do que isso, o combate e a tomada de posição veemente sobre cada fato. Quanto aos números da Economia, essa é uma questão histórica do País. Insistimos sempre que somente agora se conseguiu juntar as questões da democracia, do equilíbrio fiscal e do crescimento, e os números não são parâmetros para fazermos comparações. Os parâmetros são muito ruins, porque saímos da era Collor, do “entreguismo”, do desmantelamento total do País...

*(Interrupção do som.)*



**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – ... para a pseudo-globalização, para a estabilização da moeda, que é uma conquista, e somente agora o País começa a assentar suas verdadeiras bases de desenvolvimento. Podemos até admitir que esse não é um esforço apenas do atual Governo, porque não daria tempo em dois anos e meio, mas os resultados são divulgados: o País que mais exporta, que mais fura bloqueio de mercado, que sai da relação ruim de Brasil/Estados Unidos e Brasil/União Européia e diversifica mercado. Apesar da baixa do dólar e das taxas de juros altas, o País tem exportado muito bem. Portanto, respeito V. Ex<sup>a</sup>, porque se trata de uma questão de opinião, de convicção, mas, nesse caso, ainda insisto em que os sucessos do Governo estão bem acima, estão completamente distantes dessa opinião de que...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) –... não são assumidas as devidas responsabilidades. Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Agradeço, Senador Sibá Machado, a contribuição ao meu pronunciamento.

É evidente que o Brasil exporta mais, hoje, apesar do Governo. O Governo não fez absolutamente nada para que este País exportasse mais. Este País tem um saldo maior na sua balança, porque tivemos extraordinários preços das *commodities* no ano passado e um bom momento da economia mundial, aproveitado de forma competente por outras nações e de forma absolutamente incompetente pelo Governo brasileiro.

Vou repetir porque isso é muito forte. Se as estatísticas não são confiáveis, esse parâmetro de comparação é elucidativo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Crescemos mais, apenas, do que o Paraguai e as Guianas no ano passado e a previsão de crescimento deste ano é de que o Brasil terá o menor crescimento no mundo; crescerá menos do que os países da África, uma previsão não da Oposição brasileira, mas do parceiro do Presidente Lula, o Fundo Monetário Internacional, aquele que orienta a nossa política econômica. Mesmo com essa balela de rompimento com o Fundo, nós, hoje, somos mais realistas do que o rei. O superávit primário alcançado pelo Governo brasileiro é muito

superior e dobra aquele que impunha o Fundo Monetário Internacional.

O fundo monetário doméstico é mais impiedoso, é mais rigoroso do que o de Washington, tanto é que há uma desproporção na relação do...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) –...superávit primário alcançado pelo Governo brasileiro com os índices de crescimento da nossa Economia. Em dois anos, crescemos 4,9. Nos três meses deste ano, 0,3%, sinalizando que essa previsão de que teremos o pior crescimento do mundo é uma previsão absolutamente correta, em que pese o fato de o Presidente da República afirmar que teremos um surpresa, no Brasil, em matéria de crescimento econômico.

O Presidente Lula tem sido um profeta do equívoco. Toda profecia do Presidente Lula tem sido uma frustração. É evidente que essa não é a profissão dele. Se fosse, certamente Sua Excelência estaria muito mal. Em matéria de previsão, é só equívoco, erro, decepção, frustração, lamentavelmente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo desde já a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> de me permitir estourar o tempo regimental e dizendo que o Presidente da República tem uma grande chance. É a minha única esperança. Brasileiro, profissão esperança. Sou brasileiro, quero continuar otimista. Temos que ser duros no diagnóstico, mas otimistas em relação às possibilidades de solução para o futuro.

O Presidente pode nos devolver a esperança se mudar de postura agora. Essa oportunidade lhe é oferecida pela crise moral que se abate sobre a classe política brasileira. O Presidente tem que assumir uma posição de autoridade com rigor, dizendo: “O Governo quer a CPI. Agora, somos nós que exigimos a CPI. Como Presidente da República, passo a exigir a instalação dessa CPI. Quero que o meu Governo seja passado a limpo, porque aqueles que forem apanhados como responsáveis por qualquer ilícito serão rigorosamente punidos. O Governo vai defender a responsabilização civil e criminal de todos os desonestos abrigados sob o manto protetor do meu Governo”.

Se o Presidente tiver esse gesto, virei a esta tribuna para dizer que o Brasil ganhou um estadista.

Essa é a nossa última esperança!

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 073 , DE 2005**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a vigência dos trabalhos da Comissão Especial instituída pelo Ato nº 019, de 2005 - PRESID, incumbida de planejar, organizar e providenciar a exposição de Artistas Plásticos Brasileiros de todas as unidades da Federação, no Senado Federal.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 6 de junho de 2005.

  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
**PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 074 , DE 2005**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regimentais e regulamentares, e com fulcro no Ato nº 10, de 2004, da Comissão Diretora, **RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar para compor a Comissão Única de Licitações os servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Senado Federal: o economista Dimitrios Hadjinicolaou, na qualidade de Presidente; o advogado Wilson Roberto Theodoro, representante da Primeira-Secretaria; o administrador Adalberto José Carneiro, representante da Diretoria-Geral; o advogado Hélio Rodrigues Figueiredo Júnior, representante da Diretoria-Geral Adjunta; o advogado Sérgio Paulo Lopes Fernandes, representante da Advocacia-Geral; o contador Edval Ferreira Silva, representante da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade; o advogado Suélio de Sousa e Silva, representante da Secretaria de Administração de Contratações; o contador Paulo Guilherme Medeiros da Silva Luz, representante da Secretaria de Controle Interno; o engenheiro mecânico Vanderlei Pires da Silva, representante da Secretaria de Patrimônio; o engenheiro civil Francisco Mário Ribeiro de Barros, representante da Secretaria de Engenharia; o contador Carlos Eduardo Lopes Neves, representante da Secretaria Especial de Comunicação Social; o analista de sistemas Petrônio Barbosa L. de Carvalho, representante da Secretaria Especial de Informática; e o advogado José Lindenberg Brandão Moreira, representante da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

**Art. 2º** Este ato entra em vigor a partir do dia 15 de junho de 2005.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 06 de junho de 2005.

  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente do Senado Federal**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 078 , de 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial incumbida de preparar leilão de bens considerados inservíveis, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, tendo em vista que o setor de bens patrimoniais, daquela Secretaria, dispõe de considerável volume desses objetos.

Art. 2º Designar para compor a Comissão, na qualidade de Presidente, o servidor JOSÉ CARLOS AURELIANO, matrícula 24871.

Art. 3º O presidente da comissão nomeará 06 (seis) membros para compor a Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2462 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores EGESIEL MAGALHÃES SIQUEIRA, matrícula nº 4797-4 e LUIS FERNANDO VEIGA AVALONE, matrícula nº 2741-0, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2003, tratado no Processo nº 014.616/03-3, em substituição aos outrora designados por meio do Ato nº 227, de 2004, do Diretor-Geral.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2463 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008817/05-7**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TARCIANA MARIA DE ASSIS RIBEIRO XAVIER**, matrícula n.º 151467, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Wirlande da Luz, a partir de 01/06/2005.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2464 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008847/05-3**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **AMANDA DA COSTA FERNANDES**, matrícula n.º 183201, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-5, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

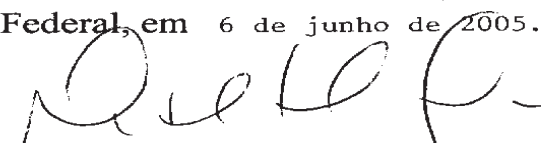


**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2465 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008847/05-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HERON HANDRIÇÃO BARBOSA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.



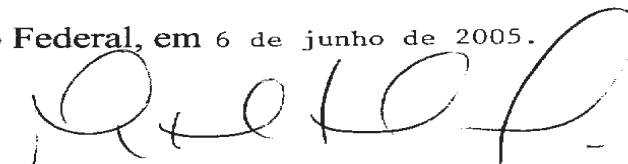
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2466 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008819/05-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.



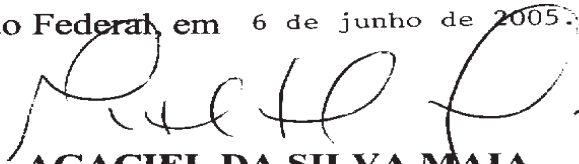
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2467 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008803/05-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO UCHÔA DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.

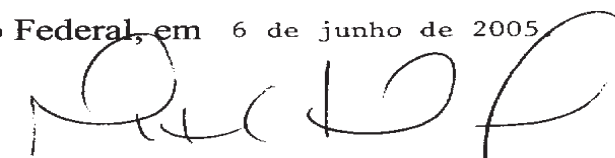
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2468 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008814/05-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA BEZERRA DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2469 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008815/05-4**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA DA SILVA AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2470 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008801/05-3**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA TEREZA LYRA CAMPOS MEIRELLES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2471 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da *Comissão Diretora*,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO, matrícula nº 4613 e, SILVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA, matrícula nº 1474, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008.781/05-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de junho de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
<b>PERNAMBUCO</b>		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM  
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA  
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA <sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

### Notas:

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)



# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

## **MEMBROS NATOS**

<b>Senador CRISTOVAM BUARQUE</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

## **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

### **BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

### **PDT**

	1.
--	----

### **P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

## **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

### **PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  PAULO ROCHA PT-PA	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS**